TCC/UNICAMP
Su35m
1290005292 IE

NIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

THIAGO NORONHA SUGIMOTO

O MERCOSUL COMO UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2009

CEDOC - IE - UNICAMP

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Fernando Sarti

CAMPINAS

2010

TCC/UNICAMP
Su35m
1290005292/IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

UNIDADE: IE
CLASSIF: TA/UNICAMP
AUTOR: Sug 35m
EX.: VOL.:
PATRIM.: 52792
PROC.: 16 130 10
C: D: X
PREÇO:
DATA: 06/09/2011
FONTE REC.:
ID.: 779245

THIAGO NORONHA SUGIMOTO

O MERCOSUL COMO UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2009

Monografia apresentada ao Instituto de Economia como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Fernando Sarti

CAMPINAS

2010

O MERCOSUL como política de desenvolvimento: uma análise do período 2000-2009

Thiago Noronha Sugimoto

Estrutura da Monografia:

- Introdução
- Capítulo 1: Teorias da Integração, Visão Cepalina e Mercosul
- Capítulo 2: O comércio no Mercosul
- Capítulo 3: A internacionalização produtiva no Mercosul
- Considerações Finais

Introdução.

- MERCOSUL foi mais do que um mero acordo comercial? Ou seja, pode ser classificado como uma política de desenvolvimento?
  - Análise se restringe a dois aspectos:
    - Comércio Exterior
      - Caracterização do padrão comercial.
      - MERCOSUL cooperou para uma melhor inserção comercial dos países signatários?
    - Internacionalização produtiva
      - Como ocorreu a recepção e a absorção de IDE?
      - As empresas domésticas aproveitaram as vantagens oferecidas pelo acordo para se internacionalizarem?
      - Ocorreu uma internacionalização que aprofundasse a complementaridade produtiva na região?

Capítulo 1:

- 1.1. A integração econômica e a teoria convencional do comércio
  - Teoria convencional: integração restrita à esfera comercial
  - Criação de uma área de livre comércio
  - Especialização através das vantagens comparativas ricardianas
    - Especialização interssetorial
  - Jacob Viner: trabalho pioneiro
    - Apuração do processo de integração – estática comparativa:
    - *second best*

- **1.2. A integração econômica e a CEPAL**
  - Peculiaridades dos países subdesenvolvidos e, portanto, inadequação dos modelos criados nos países centrais.
  - Aumento dos fluxos comerciais não acarretaria, necessariamente, em elevação do desenvolvimento.
    - Desenvolvimento decorria de profundas mudanças estruturais.
    - Furtado: desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo, se retroalimentam.

- industrialização e construção de políticas públicas.
  - sérias restrições internas e externas: financiamento, tecnologia endógena, dependência externa...
- **Processo de Integração na visão cepalina:**
- Numa abordagem inicial (Prebisch, em "O Mercado Comum Latino-Americano", 1959:
  - Estado e processo de substituição de importações.
  - Vantagens da integração regional: aumento do mercado, propiciando o aumento das escalas produtivas – setores essenciais (Bens de Capital e Bens de Consumo Duráveis); redução da vulnerabilidade externa; e sobretudo, melhor condição de vida para os signatários (renda e emprego).
  - Construção de uma base tecnológica endógena

- Fracasso da política de substituição de importações..
  - filiais das ET's: pouca complementaridade produtiva regional
  - estratégia voltada para os mercados domésticas
  - pouco transbordamento.
- Nova abordagem na questão da integração:
  - "O Regionalismo Aberto na América Latina...." (1994)
    - Convergência entre os interesses integradores e uma ordem comercial mais liberal.
    - Absorção tecnológica do exterior.
    - Mas industrialização continua como vetor principal.

1.3. O MERCOSUL, sua estrutura e sua característica de regionalismo aberto

- Antecedentes históricos de integração regional: ALALC e ALADI -> forte cunho intervencionista e influência cepalina.
  - Fracasso:- ALALC: caráter multilateral do acordo, conflitos de interesses
    - - ALADI: crise dos 1980's, aumento do isolamento regional.
  - Caso específico do MERCOSUL: redução do isolamento dos países sócios a partir dos anos 1970 (Acordo Tripartite).
    - 1985: Declaração do Iguaçu; "pedra fundamental" do MERCOSUL

Objetivos iniciais do MERCOSUL.

- Assinatura do Tratado de Assunção em mar/1991.
  - Maior inserção competitiva dos países sócios; favorecimento do surgimento de economias de escala; estímulo ao comércio com o resto do mundo; promoção de maior abertura econômica...
  - Inicialmente o acordo foi planejado como a criação de um mercado comum – *deep integration.*
  - Mas, temas mais complexos como serviços, circulação de mão-de-obra e capital foram deixados para um tratamento posterior.
  - Tratamento institucional: ficou aquém dos objetivos iniciais.
    - Caráter intergovernamental, ausência de órgãos supranacionais para a solução de conflitos.

O Mercosul como um processo de regionalismo aberto

- Estabelecimento do TEC não culminou numa redução do comércio extrabloco.
  - Após entrar em vigor a TEC os países mantinham níveis de proteção nominal e efetiva inferiores à situação anterior.
  - O aumento da pressão competitiva também agiu no âmbito extrabloco
    - Mercosul não pode ser caracterizado como um bloco fechado.

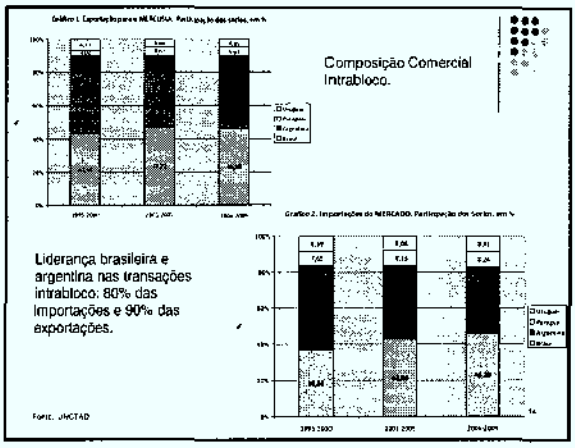
Capítulo 2: O comércio no MERCOSUL

Tabela 2.1] Taxa de Crescimento do PIB e do Comércio Internacional, em %

		1995-2000	2000-2005	2006	2007	2008
Mundo	Export	3,64	11,38	15,66	15,06	14,53
	Import	4,04	11,25	14,77	14,87	14,87
	PIB	3,25	2,82	3,98	3,79	3,07
PD	Export	2,79	9,52	12,6	14,29	11,24
	Import	4,63	10,01	12,98	12,61	11,12
	PIB	3,03	1,94	2,83	2,48	0,75
PED	Export	5,73	14,27	19,76	15,79	17,52
	Import	3,19	13,45	17,39	17,73	17,1
	PIB	4,19	5,46	7,18	7,2	5,45
PED Asiáticos	Export	5,48	15,02	19,83	16,54	17,28
	Import	2,12	15,1	17,09	17,12	19,5
	PIB	4,87	6,54	7,97	8	5,86
MERCOSUL	Export	2,49	14,62	16,02	17,59	24,59
	Import	1,14	4,83	23,45	30,99	40,96
	PIB	1,97	2,63	4,92	5,53	5,65

2.2. O comércio no MERCOSUL

- Êxito comercial do bloco é inegável
  - Maior volume transacionado no período, com maior participação de produtos manufaturados
  - Contudo, a inserção comercial se deu de maneira heterogênea.

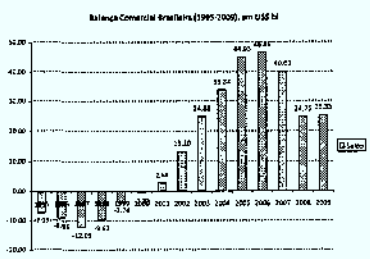


- Comércio Exterior no MERCOSUL é marcado por <u>assimetrias e ambigüidades.</u>
- <u>1ª: Importância Relativa do bloco é inversamente proporcional ao tamanho da economia.</u>
  - Transações Intrabloco:
    - M's: Paraguai= 41,6%; Uruguai = 44,8%; Argentina =24%
      - <u>Brasil= 10%</u>
    - X's: Paraguai= 48%; Uruguai= 27%; Argentina =23%
      - <u>Brasil= 8,5%</u>

2.2.2. O padrão comercial

- <u>2ª: Assimetria entre o padrão comercial intra e extrabloco.</u>
  - Período 1995-2009:
    - Especialização dos países como exportadores de produtos primários, e como importadores de produtos manufaturados, com maior dinamismo.
      - 90% do total importado dos P.D. é de produtos manufaturados.

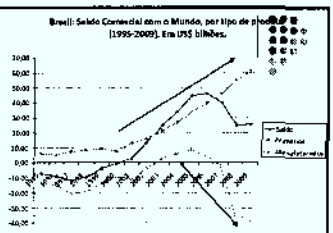
- Caso brasileiro é emblemático
- País obteve grandes superávits comerciais no período recente:

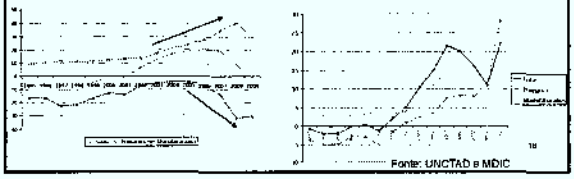


Fonte: UNCTAD

<u>Âmbito extrabloco:</u>

1) tendência de perda de competitividade dos manufaturados brasileiras (PED)
2) Explosão dos preços das *commodities* nos anos 2000.
3) Recente ciclo de crescimento (2004-2009): exacerbou o padrão comercial

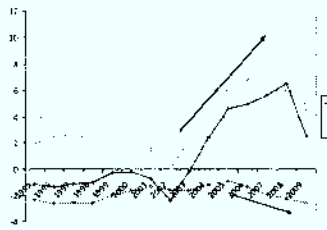




Fonte: UNCTAD e MDIC

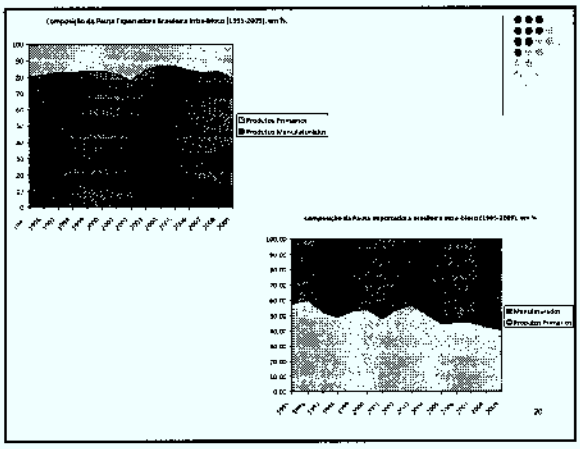
Âmbito intrabloco

Brasil: Saldo Comercial com o MERCOSUL, por tipo de produto (1993-2009). Em US$ bilhões.



Brasil tem um papel muito dinâmico.

19



20

Tabela 2.12) Saldo Comercial por Capítulos da NCM com os Sócios do MERCOSUL. 2008. Em US$

	TOTAL GERAL	4 347 179 409	1 830 044 102	625 972 798
I -	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal	-216 654 822	-2.650.758	-137.993 524
II -	Produtos do Reino Vegetal	-2.309.792.124	-317 049 162	-243.913.029
IV -	Produtos das Indústrias Alimentares	-31.105 433	132.696.761	52.594 017
V -	Produtos Minerais	-529.021.409	313.087.857	224.166.681
VI -	Produtos das Indústrias Químicas	446.196.499	527.532.552	20 595 527
VII -	Plásticos	225 211.437	112 475 771	-68 747.052
XV -	Metais Comuns e suas obras	1 442.100 294	152.675 086	78 196 791
XVI -	Máquinas e Aparelhos, mat. Elétrico e suas partes	2.969 478 695	503.528.121	260.226.903

21

Conclusões:

- Contraste entre a pauta comercial intra e extrabloco
- Brasil tem sido o mais beneficiado
  - Reprodução do padrão de especialização das economias centrais no âmbito intrabloco.
- O comércio intrabloco é muito relevante para os outros países sócios.
- A obtenção de superávits no bloco não é vital para o Brasil. Seria mais importante a redução das assimetrias regionais que propiciassem maior intensidade das relações intra-industriais e aprofundassem a complementaridade produtiva.
- Formação de um círculo virtuoso

22

Cap. 3. A internacionalização produtiva no MERCOSUL

- Estabelecimento de um acordo de integração propicia:
  1) Aumenta o mercado;
  2) Aumenta a proximidade entre produtores e fornecedores;
  3) Reduz os custos de transação

⇒ Maior atratividade para a recepção e realização de IDE

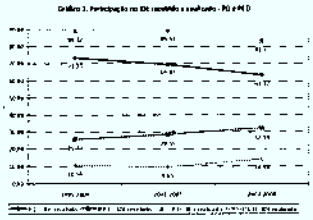
⇓

-Aumento da complementaridade produtiva entre os sócios
-Redução das assimetrias (R e N)
-Formação de círculo virtuoso e redução da vulnerabilidade externa - "transformação com equidade".

23

IDE: Tendências mundiais.

- Tendência semelhante àquela observada no Cap. 2: papel dos PED.



Fonte: UNCTAD

24

Internacionalização no MERCOSUL nos anos 1990.

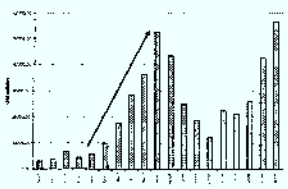
- Brasil e Argentina receberam a maior parte do IDE.
- 1950-1980: política de substituição de importações
- 1980's: crise internacional, estratégias defensivas, fim dos fluxos de financiamento externo
- 1990's: retomada dos fluxos de IDE
  - Liquidez internacional
  - Programas de estabilização da inflação; Reformas estruturais (Consenso de Washington)
  - Intenso processo de privatizações; setor de serviços

25

Tabela 3.3. Fluxos de IDE no MERCOSUL, 1991-2000, em US$ milhões e participação sobre o total mundial

		1991-1993	%	1994-1997	%	1998-2000	%
Argentina	Recebido	9.663,06	4,77	25.353,10	1,72	41.669,67	1,15
	Realizado	1.920,13	0,1	7.763,56	0,51	4.956,79	0,13
Brasil	Recebido	4.454,10	0,22	56.439,64	3,47	90.231,26	2,35
	Realizado	1.044,00	0,25	2.432,04	0,16	6.520,13	0,25
Paraguai	Recebido	267,69	0,05	610,95	0,02	540,5	0,02
	Realizado	30,00	0,01	16	0	16,9	0
Uruguai	Recebido	145,14	0,01	574,3	0,04	632,86	0,02

Ingresso de IDE no MERCOSUL



26

- Economistas liberais
  - as inversões diretas seriam fundamentais para: 1) o financiamento do balanço de pagamentos; e 2) para gerar um choque de competitividade na indústria doméstica ("sobreviventes")
  - O modelo de ISI anterior tinha gerado várias ineficiências e um ambiente pouco competitivo
    - A abertura econômica serviria como uma "panaceia".
- Economistas heterodoxos
  - Predominância da modalidade F&A -> poucos impactos macroeconômicos.
  - Esgotamento previsível
  - IDE não poderia ser um vetor de crescimento sustentável em tais condições.

27

Recepção e Realização de IDE nos anos 2000

Tabela 3.10. Fluxos de IDE no MERCOSUL e participação sobre o total mundial, fluxos (2001-2008), (US$ milhões)

Fonte		2001-2003	%	2004-2006	%	2007-2008	%
Argentina	IDE recebido	5.967,06	0,3	14.927,32	0,47	15.326,03	0,42
	IDE realizado	307,52	0,02	4.425,77	0,14	2.865,45	0,07
Brasil	IDE recebido	49.191,88	2,44	52.034,36	1,64	79.642,06	2,17
	IDE realizado	473,82	0,03	40.526,16	1,26	27.523,73	0,69
Paraguai	IDE recebido	121,6	0,01	264,48	0,01	505,1	0,01
	IDE realizado	9,3	0	59,2	0	45,6	0
Uruguai	IDE recebido	997	0,05	2.873,21	0,09	3.493,50	0,1
	IDE realizado	34,8	0	53	0	90,3	0

Fonte: UNCTAD

28

Tabela 3.12. Ingresso de IDE no Brasil - Atividade econômica, estoque e fluxos acumulados(US$ milhões)

Atividade Econômica	Estoques Acumulados e Participação sobre o Total				Fluxos Acumulados e Participação sobre o Total					
	1995	%	2000	%	2001-2003	%	2004-2006	%	2007-2008	%
Agric. e Pc	924,99	2,22	2.401,68	2,53	3.618,42	6,96	4.530,31	7,83	22.451,91	20,7
Industria	27.507,09	66,0	34.725,62	36,7	19.062,30	36,2	25.854,41	40,4	58.103,78	53,3
Serviços	12.863,54	30,8	65.647,81	64	30.047,59	57	33.533,40	52,4	47.789,96	44,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Recepção de IDE: sobreludo em setores intensivos em recursos naturais e serviços.

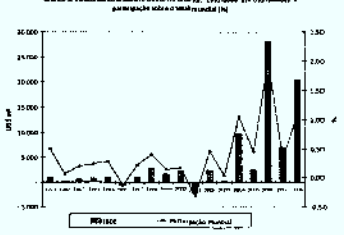
-Impactos foram mais relevantes como fonte de financiamento do que como um transmissor de tecnologia.

-Assim como na análise do comércio os impactos foram heterogêneos: melhor qualidade do IDE recebido pelo Brasil.

29

Realização de IDE nos anos 2000.

- IBDE: redução da assimetria entre recepção e realização de IDE, no período 2004-2008.



Determinantes:

1) Forte crescimento da economia brasileira
2) Melhores condições de financiamento
3) Valorização do real.
4) Políticas públicas (BNDES)
5) Baixas taxas de juros
6) Obtenção de vantagens de propriedade.

Fonte: UNCTAD.

30

Destino do IBDE

Tabela 3.18 | Estoque de IBDE, no Exterior: Principais países de destino

País	US$ milhões	%	% Excluindo os paraísos fiscais
Ilhas Cayman	15.105,06	12,46	-
Ilhas Virgens	11.276,75	9,15	-
EUA	10.535,73	8,64	21,4[illegible]
Bahamas	6.964,3[illegible]	5,64	-
Espanha	5.307,93	4,36	10,57
Dinamarca	5.065,12	4,15	10,36
Luxemburgo	3.617,05	2,96	7,54
Argentina	3.521,45	2,88	7,15
Uruguai	2.518,25	2,06	5,11
Holanda	2.455,20	2,02	5,01
Fonte: Banco Central do Brasil		100	100

31

Setores de atuação do IBDE

Tabela 3.19 | Principais Setores de Destino do IDE realizado pelo Brasil (2004-2007), em %

Estoques	2004	2005	Fluxo 2006		2007	
Prestação de Serviços	[illegible]	[illegible]	Minerais Metálicos	[illegible]	Intermediação Financeira	[illegible]
Intermediação Financeira	[illegible]	[illegible]	Intermediação Financeira	[illegible]	Alimentos e Bebidas	[illegible]
Seguros e Previdência	[illegible]	[illegible]	Alimentos e Bebidas	[illegible]	Serviços	[illegible]
Comércio Atacadista	[illegible]	[illegible]	Serviços	[illegible]	Produtos Químicos	[illegible]
Extração de Petróleo	[illegible]	[illegible]	Metalurgia	[illegible]	Metalurgia Básica	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	Outros	[illegible]	Outros	[illegible]
Total	100	100	Total	100	Total	100

Fonte: Sobeet

32

IBDE no MERCOSUL

Tabela 3.20 | Estoque de IBDE no MERCOSUL (2001-2008), em US$ milhões

País	2001	2004	2006	2007	2008	Taxa de Crescimento 2001-2008 (%)
Argentina	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Paraguai	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Uruguai	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mercosul	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fonte: BACEN

- Maior parte do IBDE foi destinada para fora do MERCOSUL
- Inversões são importantes para os sócios receptores

33

Argentina: o principal destino do IBDE no bloco

Tabela 3.21 | Argentina: Fluxo IDE Total, fluxos originados do Brasil e participação do Brasil. Em US$ mil e %

Ano	Total	Brasil	Participação (%)
2001	2.165,30	47,1	[illegible]
2002	2.149,00	[illegible]	[illegible]
2003	1.651,60	116,7	7,1
2004	4.274,00	534,0	12,5
2005*	4.561,00	1.250,00	27,[illegible]
2006*	4.938,00	274	5,5
2007*	5.750,00	636	11,0

* Os anos 2005, 2006 e 2007 [illegible] (BCRA, 2007)

- Desvalorização do peso, com a crise do início dos anos 2000: boa oportunidade para a aquisição de empresas argentinas.

- Modalidade de entrada: F&A
  Setores: mesma tendência daquela com o resto do mundo, intensivos em recursos naturais e serviços

34

Tabela 3.22 | Estoque de IDE brasileiro realizado na Argentina, por setores, em 2007, em US$ milhões

Setor	US$ mil	%	Setor	US$ mil	%
Petróleo	[illegible]	[illegible]	Transporte	[illegible]	[illegible]
Administradoras de fundos de pensão e aposentadoria	-	-	Comunicações	[illegible]	[illegible]
Alimentos, bebidas e tabaco	[illegible]	[illegible]	Mineração	-	-
Indústria têxtil	[illegible]	[illegible]	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	[illegible]	[illegible]
Indústria de papel, edições e impressões	[illegible]	[illegible]	Construção	[illegible]	[illegible]
Indústria química, borracha e plástico	[illegible]	[illegible]	Serviços de informática	[illegible]	[illegible]
Produtos minerais não metálicos	[illegible]	[illegible]	Serviços de propaganda	[illegible]	[illegible]
Metais comuns	[illegible]	[illegible]	Cinema e Cinemas	[illegible]	[illegible]
Máquinas e equipamentos	[illegible]	[illegible]	Seguros	[illegible]	[illegible]
Indústria automotriz	[illegible]	[illegible]	Setor privado residual	[illegible]	[illegible]
Outras indústrias manufatureiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-
Eletricidade, geração, transporte e distribuição	[illegible]	[illegible]	Turismo e hotelaria	[illegible]	[illegible]
Gás, extração, transporte e distribuição	[illegible]	[illegible]	Outros serviços	[illegible]	[illegible]
Água	[illegible]	[illegible]	Inversões holding	[illegible]	[illegible]
Comércio	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fonte: Banco Central da República Argentina

35

Paraguai e Uruguai

- IBDE teve grande importância relativa sobre o total de IDE recebido por Paraguai e Uruguai.
  - Uruguai (2006-2008): 18,9%
  - Paraguai (2007): 22%
- Assim como no caso argentino a modalidade predominante de entrada de IBDE foi F&A
  - Uruguai: carne bovina (Marfrig e JBS)

36

IDE realizado pelos sócios

- Movimento inverso, IDE realizado pelos sócios do MERCOSUL no Brasil, foi muito pouco significativo:
  - Máxima de 1,52% em 2006.

Tabela 3.23 Fluxo de IDE realizado pelos sócios do Mercosul no Brasil. Total, em US$ milhões, e % sobre o total recebido.

País	2001	%	2002	%	2006	%	2008	%	2009	%
Argentina	56,77	0,27	80,501	0,49	124,96	0,56	125,62	0,29	80,99	0,26
Paraguai	1,23	0,01	0,69	0,00	0,66	0,00	3,73	0,01	7,86	0,03
Uruguai	180,62	0,86	160,59	0,79	212,52	0,96	421,98	0,96	194,98	0,64
MERCOSUL	238,62	1,15	241,78	1,19	338,14	1,52	551,33	1,26	282,93	0,93

Fonte: Banco Central do Brasil

- Sarti e Hiratuka: predominância da modalidade de F&A se relaciona ao fato do impulso de IBDE ser recente e à estratégia de *market-seeking* adotada pelas empresas brasileiras.
- Com o amadurecimento das empresas os investimentos do tipo *green field* tendem a aumentar
  - Aumento da especialização produtiva entre os países sócios, com aumento da integração produtiva.
- Duas iniciativas, no período recente, que podem ter impactos importantes sobre o processo de integração:
  - IIRSA
  - FOCEN

Considerações Finais:

- Comércio Exterior:
  - Ambiguidades
    - Maior dinamismo nas transações intrabloco
    - Aprofundamento do padrão de especialização: exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados
    - Melhor inserção dos dois países maiores, sobretudo o Brasil.

- <u>Internacionalização:</u>
  - Entrada de IDE:
    - Anos 1990: C. de Washingtons
      - Privatizações: F&A, serviços
      - *Market-seeking*
    - Anos 2000: Mudança Setorial
      - *Resourse-seeking*
  - Impactos:
    - Mais significativos como forma de financiamento do que como transmissor de tecnologia e conhecimento
    - Assim como no comércio os ganhos se deram de forma heterogênea – melhor posição brasileira.

Realização de IDE nos anos 2000:

- Brasil: redução da assimetria
  - Setor de serviços e setores intensivos em recursos naturais
  - Maior parte das inversões tem destinação extrabloco
  - No MERCOSUL:
  - maior receptora é a Argentina
    - F&A – setores de serviços e intensivos em recursos naturais.
    - Investimentos ainda são recentes: tendência de aumento da modalidade *green field* e aumento da complementaridade produtiva.

SUMÁRIO

RESUMO 4

INTRODUÇÃO 5

CAPÍTULO 1 9

Teorias da Integração, Visão Cepalina e Mercosul 9

1.1. A integração econômica e a teoria convencional do comércio 10

1.2. A integração econômica e a CEPAL 12

1.3. O MERCOSUL, sua estrutura e sua característica de regionalismo aberto 21

1.3.1. Antecedentes históricos do MERCOSUL 21

1.3.2. Objetivos iniciais e estrutura do MERCOSUL 23

1.3.3. O MERCOSUL como um processo de integração aberta 24

CAPÍTULO 2 26

O Comércio no MERCOSUL **26**

2.1. Tendências do Comércio Mundial 27

2.2. O comércio no MERCOSUL 29

2.2.1. A Composição do Comércio no Bloco 32

2.2.2. O padrão comercial 34

Conclusão 46

CAPÍTULO 3 ..... **48**

A INTERNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA NO MERCOSUL 48

3.1. O investimento direto no exterior no mundo 49

3.2. MERCOSUL 52

3.2.1. O processo de internacionalização produtiva no MERCOSUL na década de 1990 52

3.2.2. A recepção de IDE no MERCOSUL nos anos 2000 60

3.2.3. A realização de IDE no MERCOSUL nos anos 2000 66

Conclusão 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS **80**

Referência **85**

Anexo do Capítulo 2 ..... **88**

RESUMO

O foco do trabalho é discutir se o MERCOSUL, a despeito de seu inegável êxito na esfera comercial, conseguiu explorar as potencialidades inerentes do processo de integração em prol de um maior desenvolvimento econômico na região. O trabalho defende um processo de integração ecconômica como um projeto político, como era defendido desde os trabalhos iniciais da CEPAL, e não como uma mera escolha de *second best,* de acordo com a nomenclatura dada por Viner.

O trabalho analisará a questão da integração no MERCOSUL sob duas variáveis principais: o desempenho do comércio internacional na região, enfocando se no período de em análise é possível observar uma melhor inserção comercial dos países membros, e se existiu um movimento em direção à uma maior complementaridade intra-bloco; e como vem sendo encaminhado o processo de internacionalização no bloco, a prinicipal preocupação neste caso será tentar diagnosticar se as empresas do bloco aproveitaram o MERCOSUL para promover um processo de internacionalização de suas atividades produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: MERCOSUL; integração regional; teorias da integração; desenvolvimento econômico; CEPAL; comércio regional; internacionalização produtiva.

INTRODUÇÃO

O tema da integração regional tem diferentes interpretações em relação aos seus impactos econômicos sobre os países. De um lado, uma visão convencional relacionava um acordo de integração somente à esfera comercial. A teoria convencional apoiada no trabalho pioneiro de Viner (1950) auferia os benefícios/prejuízos de um acordo de integração a partir da criação/destruição de comércio, a partir do estabelecimento de uma margem preferencial entre os países sócios. Nessa visão convencional, portanto, um acordo integrador seria bem-sucedido quando a criação de comércio, propiciada pelo aumento das transações intrabloco, fosse superior à destruição do comércio, resultante da redução do comércio extrabloco.

No entanto, qualquer processo de integração seria um *second best.* O acordo integrador seria melhor que uma posição de total isolamento do comércio internacional –autarquia. No entanto, seria pior que uma situação de multilateralismo, *first best.*

O padrão de especialização comercial, nessa visão, seria aquela baseada nos esquemas ricardianos de vantagens comparativas. Nesse sentido, o comércio teria como base as diferentes dotações dos países. Portanto, um aprofundamento das relações Sul-Sul não teria sentido, em função da semelhança das dotações entre os países subdesenvolvidos.

Em contraposição, a visão da CEPAL para o problema da integração enfoca nos efeitos dinâmicos do processo. A preocupação volta-se para as peculiaridades das economias latino-americanas, e a conseqüente inadequação dos modelos postulados pelas economias centrais. Uma ferramenta apontada para o combate ao problema de subdesenvolvimento na região foi a integração regional.

Em um tratamento inicial a respeito do tema, sintetizado pelo artigo "O Mercado Comum Latino-Americano" (1959) de Prebisch, o argumento sustentado era o de que a

ampliação dos mercados domésticos proporcionaria condições adequadas para a realização de investimentos em setores intensivos em capital, escala e tecnologia; e permitiria o estabelecimento de um padrão comercial intrabloco com maior intensidade de produtos inseridos em etapas mais nobres na cadeia de valor. Portanto, as vantagens surgidas por um acordo regional permitiriam que as economias, em conjunto, ampliassem os processos de industrialização por importações (ISI), o que, por sua vez, resultaria na redução da vulnerabilidade externa que sempre afligiu os países latino-americanos.

O esgotamento da substituição de importações, e a maior abertura comercial e a maior liquidez a partir de meados da década de 1990, implicaram numa nova postura da CEPAL acerca da questão da integração. A industrialização ISI, que era primordial no trabalho de Prebisch, perde terreno em detrimento de uma posição de menor isolamento. Essa nova postura é sintetizada pela expressão "regionalismo aberto", exposta no trabalho "O Regionalismo Aberto na América Latina: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade" (1994). Nessa visão, não há contradição entre a conciliação dos interesses integradores e uma ordem mais liberal do comércio internacional.

Este trabalho procura discutir, a partir do arcabouço teórico cepalino, como o MERCOSUL se insere como uma política de desenvolvimento no período em análise. É defendido que esse acordo pode ser caracterizado como regionalismo aberto, uma vez que após o acordo elevaram-se as transações comerciais intrabloco, mas, sobretudo as extrabloco. O trabalho analisa o desenvolvimento no bloco a partir de duas variáveis: o comércio exterior e a internacionalização produtiva.

A análise do comércio no MERCOSUL é importante, pois permite verificar se os potenciais benefícios de um acordo de integração – como um salto qualitativo rumo à um padrão intra-industrial, e uma maior complementaridade produtiva – podem, de fato, ser verificados.

O comércio exterior no MERCOSUL mostra-se ambíguo. Por um lado, o padrão comercial intrabloco apresenta maior incidência de produtos manufaturados. No entanto, a participação comercial intra-bloco reduziu-se no período 1995-2009, especialmente para o Brasil, a economia líder. Em contrapartida, o padrão comercial

extrabloco tem se caracterizado pela "primarização" da pauta exportadora e pela concentração de produtos com maior intensidade tecnológica na pauta importadora.

Além disso, observa-se uma grande heterogeneidade intrabloco em relação à inserção comercial e à importância relativa do comércio regional. A maior competitividade da indústria brasileira vem implicando em um grande viés em torno dos benefícios gerados pela integração. O país tem sido no âmbito regional, um exportador de produtos manufaturados e um importador de produtos primários dos seus vizinhos.

A análise dos fluxos de investimento e, particularmente da internacionalização produtiva, é importante no sentido de analisar: por um lado, os reais impactos dos ciclos de recebimento recebidos pelo bloco, especialmente por Brasil e Argentina a partir dos anos 1990; e por outro, verificar como a formação do MERCOSUL impactou na decisão de investimento das empresas domésticas e resultou numa maior complementaridade produtiva entre os países, o que implicaria numa melhoria do padrão comercial intrabloco.

A opção de forte incentivo ao recebimento de IDE, especialmente pelo Brasil e Argentina, a partir do sucesso dos programas de estabilização, e a crença de que tais fluxos seriam uma fonte de financiamento sadia para um novo ciclo de crescimento, mostraram-se equivocadas. A entrada de IDE não acarretou em transbordamentos significativos para as empresas locais, e os fluxos logo perderam força a partir do esgotamento do processo de privatizações, culminado em um declínio no início dos anos 2000. Na segunda metade da década de 2000, os fluxos voltaram a ganhar força, mas foram destinados a outros setores econômicos.

A realização de investimentos diretos por parte dos países do MERCOSUL mostrou-se incipiente ao longo da década de 1990 e primeira metade da década de 2000. A partir de meados da primeira década dos anos 2000, o Brasil - impulsionado por um forte crescimento econômico e por situações conjunturais favoráveis – passa a se destacar como investidor internacional. Há, portanto, uma redução da assimetria entre o recebimento e a realização de IDE. Entretanto, embora as inversões na América Latia tenham tido uma importância significativa na internacionalização das empresas brasileiras no período recente, os montantes destinados ao bloco ainda são pouco expressivos. Os investimentos brasileiros intrabloco se destinaram principalmente para a Argentina e forma majoritariamente sob a forma de Fusões e Aquisições (F&A),

ocasionando poucos efeitos macroeconômicos diretos sobre as economias receptoras. Portanto, Os impactos do MERCOSUL na internacionalização produtiva mostraram-se muito mais tímidos do que no caso do comércio.

Após essa breve introdução, este trabalhado está estruturado da maneira que se segue. O primeiro capítulo será discutido as teorias de integração. Serão analisadas as visões convencionas e cepalina, e será defendido que o MERCOSUL identificado como um processo de integração do tipo "regionalismo aberto". Também será feita contextualização breve da origem e dos objetivos iniciais do bloco. No segundo capítulo será estudado o comércio na região, enfocando quais são os padrões comerciais estabelecidos nos países sócios e tentando identificar impactos positivos do MERCOSUL em termos de ganhos de competitividade, aumento da complementaridade produtiva e de melhor inserção dos produtos do bloco no comércio internacional. O terceiro capítulo será enfocado na questão da internacionalização produtiva, particularmente na análise dos impactos dos fluxos de investimento direto sobre os impactos, e, especialmente, na análise de que maneira os países sócios se aproveitaram das vantagens oferecidas pela constituição do bloco para internacionalizar as atividades produtivas das empresas, e, portanto, se ocorreu uma intensificação da complementaridade produtiva intrabloco.

CAPÍTULO 1

TEORIAS DA INTEGRAÇÃO, VISÃO CEPALINA E MERCOSUL

A Teoria Moderna do Desenvolvimento tem sua origem no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Até então, os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico eram tidos como sinônimos. No período pós-guerra uma nova vertente veio à tona, dando um novo sentido para o conceito de desenvolvimento. A readequação da abordagem derivou da necessidade de discutir a questão do subdesenvolvimento.

Esta nova abordagem se contrapunha à visão clássica da teoria econômica, criticando, em particular, a ideia difusionista do mercado, segundo a qual os mecanismos deste seriam capazes de promover o desenvolvimento. De acordo com os neoclássicos, o livre comércio internacional resultaria na geração de ganhos que seriam distribuídos de forma recíproca e cumulativa, existindo para todos. Já a moderna teoria do desenvolvimento se baseava na existência de peculiaridades dos países, em especial dos subdesenvolvidos. De modo que os modelos neoclássicos, tendo sido elaborados para o tratamento dos problemas enfrentados pelos países desenvolvidos, se tornavam inadequados.

Um dos expoentes no estudo do subdesenvolvimento foi a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que defendia a industrialização como ferramenta para enfrentar a questão nos países periféricos. E, em direção ao tema proposto por este trabalho, via na integração regional da economia um meio para que tal propósito fosse atingido. A CEPAL sempre relacionou o processo de integração como uma política de desenvolvimento, contrapondo-se à visão convencional baseada na teoria pura do comércio internacional, cujos trabalhos pioneiros foram elaborados por Jacob Viner (1950).

A primeira parte deste capítulo reúne uma breve discussão sobre os principais argumentos da teoria convencional relativos ao processo de integração econômica. A segunda parte discute os argumentos cepalinos a respeito dos acordos de integração. A terceira parte discute como o MERCOSUL se insere nesta discussão, com uma análise breve de sua trajetória: o contexto de seu surgimento, os objetivos iniciais e os objetivos, de fato, alcançados.

1.1 A integração econômica e a teoria convencional do comércio

De acordo com a teoria convencional do comércio internacional, o processo de integração econômica está restrito à esfera comercial. A integração se dá com a criação de uma área de livre de comércio entre países, através da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias e dos fluxos de fatores de produção. Este arcabouço teórico deriva do esquema ricardiano de vantagens comparativas, em que o livre fluxo de bens e serviços conduzirá a uma melhor alocação dos recursos de um país, em razão da maior especialização comercial.

O autor pioneiro da integração econômica foi Jacob Viner (1950). Sua grande contribuição foi a distinção dos efeitos da integração entre uma "criação de comércio" e um "desvio de comércio". A criação de comércio seria decorrência do aumento dos fluxos entre países pertencentes a um mesmo bloco, graças ao desgravamento tarifário na região. Assim, os produtos menos competitivos domesticamente são substituídos por importações mais competitivas produzidas no bloco comercial.

A destruição de comércio, por sua vez, decorre da queda de importações de países extra-bloco, em função da margem de preferência intra-bloco representada pela cobrança diferenciada de tarifas nas importações dos terceiros. Segundo esta visão, a apuração acerca dos resultados de um acordo de integração se resume à comparação entre a criação e a destruição de comércio. Trata-se de um exercício de análise de estática comparativa: uma situação de autarquia (de economia fechada ao comércio exterior) é comparada a uma situação de acordo de integração econômica regional, que é comparada a uma situação de multilateralismo. Um acordo de integração seria bem sucedido quando a criação de comércio fosse superior à destruição de comércio.

A idéia central desta abordagem convencional é que a opção por um acordo de integração é sempre preferível a uma situação de autarquia – mas este acordo é

caracterizado com um *second best*, visto que seria parte da trajetória até a situação na qual predominasse uma liberalização mais ampla. Então, uma situação com acordo de integração seria sempre pior do que uma situação com multilateralismo, *first best*.

Nesta análise do comércio internacional e do processo de integração econômica baseado na teoria pura, o padrão de comércio característico seria aquele pautado pelas diferentes dotações de fatores de produção entre os países. Haveria uma especialização inter-setorial, fruto da relação entre países desenvolvidos de um lado (com seus produtos dinâmicos e intensivos em tecnologia) e países periféricos de outro (com produtos intensivos em recursos naturais e mão-de-obra). Portanto, o padrão verificado seria Norte-Sul e um acordo de integração entre dois países periféricos não teria sentido para a teoria convencional, já que as dotações de fatores não apresentariam grandes diferenças a ponto de se criar um comércio baseado nas vantagens comparativas.

1.2 A integração econômica e a CEPAL

Ao contrário dos modelos convencionais que tomavam os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico como sinônimos, a CEPAL salientava a inadequação de tais conceitos para os países subdesenvolvidos, em especial para os da América Latina. De acordo com os pensadores cepalinos, a questão implicava em análise muito mais profunda do desenvolvimento e suas raízes, que não era propiciada por um modelo clássico extremamente abstrato e baseado em poucas experiências históricas. Eles sustentavam que o subdesenvolvimento latino-americano era um acontecimento único e que as experiências pretéritas da história do desenvolvimento dos países centrais não poderiam servir de modelo aos países do continente.

Se na visão convencional o subdesenvolvimento era uma fase inequívoca rumo a uma situação de desenvolvimento, o ideário cepalino se fundamentava no enfoque "histórico-estruturalista" – na relação centro-periferia. Esta relação seria marcada pela inserção dos países periféricos no sistema produtivo internacional, mas em atividades primárias, com baixo dinamismo e baixa absorção de inovação tecnológica. Os países centrais, por sua vez, demandantes de produtos primários, concentravam as atividades mais dinâmicas. Nessa configuração cepalina, os fluxos de comércio não se traduziam em maior desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, ao contrário do que pregava o modelo convencional, como afirmou Furtado (2003): "O subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento". Portanto, tal relação se retroalimentava da não

equidade da distribuição dos ganhos com o comércio internacional, de modo que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são considerados dois aspectos pertencentes a um mesmo processo histórico.

A estrutura social dos países periféricos seria marcada pela heterogeneidade e o progresso técnico concentrava-se nas exportações, configurando uma economia dual, com um setor exportador moderno e um setor tradicional de baixa produtividade. A situação se agravava com a oferta elástica de mão de obra, sendo que os ganhos de produtividade não eram traduzidos em ganhos de salário real, mas em reduções no nível de preço, ao contrário do que ocorria com os países centrais.

O desenvolvimento implicava, portanto, em transformações estruturais das sociedades periféricas. A superação da condição do subdesenvolvimento estava primordialmente relacionada ao avanço do processo de industrialização. De acordo com Sarti (2001), o avanço da industrialização, porém, esbarrava em restrições impostas aos países periféricos:

> Este processo (a industrialização) defrontava-se com restrições internas (reduzido desenvolvimento das instituições e mecanismos financeiros, deficiências produtivas e na alocação de recursos, ausência de uma base tecnológica endógena, desigualdade na distribuição de renda e de riqueza, fragilidade financeira do setor público, entre outros) e externas (insuficiente capacidade importadora de bens essenciais, diferentes graus de desenvolvimento produtivo e tecnológico entre países periféricos e centrais, com aqueles apresentando escassez de capital e de tecnologia, o que implicava dependência externa para a aquisição de tecnologia e recursos, entre outros)[1]

Dentro desse contexto, as ações que levariam à superação de tais obstáculos, conforme a CEPAL, passariam pela construção de políticas públicas adequadas. Ou seja, ao contrário da ideia liberal da teoria convencional, o pensamento cepalino tinha o Estado como agente fundamental para a montagem de setor moderno. Contudo, e como já assinalado, o Estado também encontrava percalços para induzir o processo de industrialização. Primeiramente, havia a questão do financiamento da intervenção econômica estatal. Além disso, via-se a necessidade de uma escala mínima de produção de determinados bens, como bens de capital e insumos, para que os investimentos se tornassem viáveis economicamente. Como os países periféricos apresentavam mercados

[1] Ver Sarti (2001)

domésticos reduzidos, e os Estados, escassez de recursos, a ideia de uma política de integração econômica regional aparecia como alternativa para o combate a essas restrições, facilitando o processo de industrialização e tornando viáveis investimentos que seriam impossíveis numa escala reduzida. A integração regional tinha como objetivo ir além da mera criação de comércio: derivava do estabelecimento de uma estratégia regional de desenvolvimento. A criação de comercio a partir do desgravamento tarifário entre os países pertencentes ao acordo, nessa visão, permitiria a ampliação da escala de produção, viabilizando uma estratégia de desenvolvimento.[2]

A ideia de utilizar as potencialidades de um acordo de integração como estratégia para a promoção de desenvolvimento na América Latina sempre esteve presente nos trabalhos publicados pela CEPAL. O artigo "O Mercado Comum Latino-Americano", escrito por Prebisch em 1959, revela o tratamento inicial dado pela organização ao tema. Prebisch enuncia que a integração regional deve ser o resultado de uma política e não de uma fórmula dada. O objetivo no longo prazo proposto pelo autor seria o da existência de um mercado onde "homens e capitais circulassem livremente, sem travas de nenhuma natureza". O argumento principal em prol da formação do mercado comum seria a expansão dos mercados domésticos latino-americanos, permitindo a obtenção de escala suficiente para o avanço da industrialização, com atividades com maior complexidade, reduzindo assim a disparidade no nível industrial entre os países centrais e os periféricos. Deste modo, haveria uma interdependência entre a criação do mercado comum e a aceleração do desenvolvimento econômico.[3]

Prebisch defendia, sobretudo, uma maior racionalização da atividade econômica, a fim de aproveitar o potencial de um acordo de integração para o combate a vários problemas que afligiam – e a maior parte deles ainda aflige – os países latino-americanos. Neste contexto, o autor vê o prosseguimento do processo de substituição de importação como imprescindível para a conquista de um crescimento sustentado. No entanto, criticava a substituição de importação que estava em curso nos países mais desenvolvidos da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), sob argumento de que alguns deles apresentavam, após o início desta substituição, uma posição de

[2] Ver GONÇALVES, R., R. BAUMANN, O. CANUTO, L.C.D. PRADO (1998)

[3] Ver "O Mercado Comum Latino-Americano...", Presbich (1952), em BIELSCHOWSKY (2000)

maior vulnerabilidade externa ainda. De acordo com Prebisch (1959): "Isso [o aumento da vulnerabilidade] se deve justamente ao fato da política de substituição ter-se realizado em compartimentos estanques". Deste modo, quaisquer flutuações no desempenho das exportações impactaram na capacidade importar – inclusive produtos essenciais – e, por conseguinte, impactaram sobre o nível de produto e emprego. O mercado comum aparecia neste caso como uma solução, na medida em que uma intensificação no processo de especialização, culminando em maior participação do comércio recíproco na região, aumentaria a margem de manobra das economias em situação de restrição de divisas com moeda forte.

Este processo de especialização produtiva também permitiria, seguindo o pensamento cepalino, uma maior economicidade no processo de substituição. O aumento das escalas produtivas e a expansão do mercado possibilitariam que atividades industriais, como a indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis que prescindem de escalas mínimas, se tornassem viáveis. O baixo ritmo de crescimento das exportações, restringindo a capacidade de importar das economias latino-americanas, e a demanda crescente por importações reforçava para a CEPAL a necessidade de uma política de substituição que visava reduzir a vulnerabilidade externa.

Com a criação do mercado comum latino-americano, este processo de substituição ocorreria de maneira que, por um lado, os países não seriam obrigados a internalizar de modo isolado todos os produtos que viessem a substituir; por outro, teria um papel importante para a complementaridade na região e inserção de novos parceiros do continente no sistema produtivo, permitindo um aumento do nível de renda nos países que ficaram para trás no processo de industrialização. Desta forma, os produtos antes importados dos países centrais poderiam ser transacionados de modo intrarregional. O exemplo a ser seguido seria o da Europa Ocidental, onde o tráfego recíproco resultou numa alteração da composição da pauta de comércio intrarregional em prol de produtos com maior dinamismo e mais diversificados.

De acordo com essa visão inicial da CEPAL, o baixo dinamismo das economias latino-americanas resultava em grande parte das restrições externas existentes. O sistema produtivo vigente implicava em uma baixa capacidade de importar, em função desta capacidade estar atrelada à exportação de produtos primários. Tais produtos, ainda conforme os cepalinos, apresentavam elevada elasticidade-renda e estavam sujeitos a

grandes oscilações de demanda e de preço. A tese sustentada por Prebisch era a de que os produtos primários exportados pelos países periféricos tendiam à deterioração dos termos de troca no longo prazo, em relação aos produtos manufaturados exportados pelos países centrais. Assim, a estratégia a se adotar seria de avançar no processo de industrialização, como já mencionado acima, internalizando atividades industriais e reduzindo a vulnerabilidade relacionada ao balanço de pagamentos. Segundo o autor, todo esse processo de substituição de importações teria como ponto fundamental o desenvolvimento de uma base tecnológica endógena nos países periféricos.

A idéia de uma integração na América Latina não logrou sucesso durante a vigência da política de industrialização por substituição de importações. A estratégia das filiais das empresas estrangeiras que haviam promovido o investimento externo direto voltava-se para os mercados domésticos dos países latino-americanos – a estratégia de *market seeking*, conforme a metodologia de Dunning. As plantas produtivas estabelecidas eram semelhantes às das matrizes, mas em tamanho inferior, de forma que não havia complementaridade produtiva na região. Além disso, a despeito da necessidade apontada por Prebisch de uma base de desenvolvimento tecnológico endógena na região, a maneira como se deu a industrialização, com as filiais sendo os agentes dinâmicos, não acarretava em transbordamentos tecnológicos que pudessem, gradativamente, sofisticar a produção interna. A importação de insumos tecnológicos das matrizes para as filiais não implicava numa reestruturação nas cadeias produtivas dentro dos países – as fragilidades estruturais que impediam a superação do subdesenvolvimento foram mantidas. Ao descrever o papel das ETs como ferramenta de desenvolvimento, Furtado (2003) sintetiza a crítica cepalina à forma como se deu a industrialização nos principais países latino-americanos, particularmente no Brasil:

Tabela 1

Distribuição regional do comércio exterior em países do Mercosul

Período/área	*Argentina*	*Brasil*	*Paraguai*	*Uruguai*
1961-63				
Aladi	12,8	10,7	27,2	14,5
EUA	18,4	35,6	23,7	6
U.E.	50,1	27	28,1	26,1
Outros	18,7	26,7	21	53,4
1970-72				
Aladi	21,5	9,9	29,3	24,8
EUA	15,8	27	18,5	8,4
U.E.	43,1	33,4	32,6	39,1
Outros	19,6	29,7	19,6	27,7
1980-82				
Aladi	21,3	15	47,7	37,1
EUA	16,5	18,2	7,8	9
U.E.	25,8	20,3	19,7	21,9
Outros	26,4	46,5	24,8	32
1986-88				
Aladi	25,4	12	45,5	40,1
EUA	14,5	23,8	8,5	10,7
U.E.	29,5	24,7	23,6	23,7
Outros	30,6	39,5	22,4	25,5

Fonte: ALADI

> A grande empresa parece ser um instrumento tão inadequado para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento quanto um poderoso exército motorizado se mostra eficaz ao enfrentar uma guerra de guerrilhas (...) Com sua avançada tecnologia e elevada capitalização, as grandes empresas – ao penetrarem numa economia subdesenvolvida, particularmente quando apoiadas por muitos privilégios – provocam efeitos semelhantes aos de certas grandes árvores exóticas introduzidas em determinadas áreas: drenam toda a água e ressecam o terreno, provocando um desequilíbrio na fauna e na flora, com o surgimento de pragas e congêneres (...) [4]

A tabela 1 mostra a evolução da distribuição do comércio exterior nos países que hoje compõem o MERCOSUL (com exceção da Venezuela). Nas décadas de 1960 e 1970, período no qual as maiores economias (Brasil e, em menor medida, a Argentina) passavam pelo processo de substituição, a situação brasileira, em particular, beirava a uma autarquia em relação aos países da ALADI. O comércio exterior acontecia, sobretudo, com a Europa e os Estados Unidos. É notável a relação entre o tamanho e

[4] Ver Furtado (2003)

diversificação da economia e a participação no comércio intrarregional. Embora o comércio regional tenha se fortalecido com a eclosão da crise da dívida em 1980, como contingência do cenário recessivo e da queda de demanda nos países centrais e da capacidade de exportar dos mesmos, o Brasil – país de maior economia e maior diversificação da indústria – sempre se mostrou bem menos dependente do comércio regional que o resto dos países, incluindo a Argentina, que também possui indústria diversificada, mas muito aquém da estrutura brasileira.

> No Brasil, esta estratégia [de substituição de importações] foi levada ao paroxismo, posto que a criação de novos ramos de atividade implicou, sistematicamente, reserva do mercado interno para as firmas ali estabelecidas. Isto impediu que a política comercial brasileira cumprisse adequadamente um papel que é inerente à conduta das economias de grande porte nos processos de integração: a promoção de comércio através da geração de poder de compra nas economias vizinhas com suas importações.[5]

A crise da dívida no início da década de 1980 culminou com o fim desse estilo de industrialização baseado na substituição de importações. O antigo padrão de financiamento através da contração de endividamento externo, no cenário de aumento muito expressivo nas taxas de juros internacionais, se mostrava inviável. Neste cenário, ressurge o debate em torno do processo de integração regional como uma alternativa para a superação dos problemas de vulnerabilidade externa, esta explicitada com a crise da dívida. De um lado, os países latino-americanos enfrentavam problemas para a geração de divisas provenientes de exportações para os países centrais em recessão. E, por outro, a redução dessas exportações implicavam em redução da capacidade de importar produtos essenciais dos países desenvolvidos.

Em "O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade" (1994) há uma mudança importante na proposta de organização dos moldes de uma integração regional, quando comparada com aquela inicial defendida por Prebisch. O novo conceito desenvolvido, o "regionalismo aberto", procura conciliar dois fenômenos: a interdependência decorrente dos acordos preferenciais e a interdependência resultante do processo de liberalização comercial. Assim, até certo ponto, há consonância com o

---

[5] Ver Araújo (1993)

ideário liberal defendido por órgãos supranacionais e com o espírito neoliberal dominante na esfera econômica a partir de meados dos anos 1980.

A política de industrialização que tinha a substituição de importações como o principal foco do processo de integração, como nos anos 1950 e 1960, é abandonada. De acordo com Sarti (2001): "Agora, a integração regional aparece como um processo que deve ser compatível e subordinado ao processo mais amplo de abertura multilateral, defendido e estimulado pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, e negociado no âmbito da Rodada do Uruguai...". Deste modo, não há contradição entre os compromissos integradores propostos e uma ordem mais liberal no comércio internacional, como fica claro no trecho a seguir do documento da CEPAL (1994):

> Um objetivo complementar [do regionalismo aberto] é fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e do Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização comercial em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos. (...)

O grande foco do documento de 1994 é a utilização da integração como uma estratégia de ganho de competitividade nos países latino-americanos. As vantagens apontadas de uma integração são semelhantes àquelas realçadas por Prebisch: aumento das economias de escala, especialmente importante para a organização em função do aumento do protecionismo nos países centrais; redução do poder dos oligopólios; redução dos custos de transação, o que atua para uma melhor sinalização acerca das expectativas de investimento na região; aumento da produtividade decorrente de uma maior especialização. Além disso, a industrialização continua sendo, nessa nova abordagem, o principal eixo da transformação produtiva. Entretanto, em um ponto há uma diferença importante: nas ideias iniciais da CEPAL, e como já foi mencionado anteriormente, uma das formas de reduzir a vulnerabilidade externa e acelerar o processo de industrialização na América Latina seria o desenvolvimento de uma base tecnológica endógena. No contexto do regionalismo aberto, uma das vantagens do processo de integração continuaria sendo decorrente da inovação, mas a ideia de desenvolver uma base tecnológica perde força, em troca da formação de bases institucionais para promoção da incorporação tecnológica proveniente dos países

desenvolvidos. Neste sentido, embora o enfoque tenha se alterado e o desenvolvimento tecnológico tenha perdido importância, o processo de integração vai além de um mero acordo comercial, baseado no intercâmbio de produtos, e implica em um fluxo de pessoas, capital, informação e tecnologia entre empresas e países da região.

Uma tarifa externa comum e um "nível moderado de proteção em relação a terceiros" seriam instrumentos eficientes para a promoção da competitividade e, ao mesmo tempo, reduziriam os estímulos ao contrabando e evitariam acusações de comércio desleal. A adoção de tarifas externas, conforme o documento, diminui a necessidade de uma normatização rigorosa a respeito das origens de cada produto, normatização que poderia representar obstáculo para um ambiente com maior liberdade comercial. Além disso, é aconselhado, como mencionado no trecho retirado do documento: 1) que o bloco seja suscetível a adesões flexíveis, de modo que haja uma ampliação da cobertura geográfica do bloco econômico; 2) que se promova uma conciliação das normas entre os países; e 3) que os investimentos estrangeiros de origem intrarregional sejam tratados da mesma forma que os investimentos domésticos. É notória a defesa da CEPAL, nessa nova fase, por um ambiente com maior transparência e que implicaria em maior êxito do processo de integração.

O ressurgimento do tema da integração a partir de meados dos anos 1980 fica claro com a ocorrência de inúmeros acordos na América Latina, e especialmente em nos anos 1990, período em que foi assinado grande número de acertos bilaterais e convênios entre os países da região. O quadro de pouca reciprocidade demonstrado pela tabela 1 se altera em direção a uma maior participação dos países da ALADI, reflexo da perda da hegemonia norte-americana e do quadro econômico recessivo dos países desenvolvidos. Neste sentido, o aumento da importância das transações intrarregionais é muito mais uma contingência da crise nos países centrais do que um movimento espontâneo dos países latino-americanos.

Além destes acordos formais de integração ("de jure"), o processo de integração "de fato", liderado pelo mercado e não pela instauração de uma política, foi intensificado sob influência da melhoria tanto do cenário macroeconômico quanto político, com maior estabilidade na região. O novo quadro fez aumentar o comércio recíproco e o investimento na América Latina, de forma que muitas empresas dos países maiores têm internacionalizado suas atividades.

De acordo com Oman (1994), esse processo de contraposição à integração "de jure" se insere no contexto da globalização surgida a partir da década de 1990. O regionalismo, segundo o autor, vem como uma resposta à globalização, mas os dois fenômenos não seriam necessariamente contraditórios: se o regionalismo for direcionado para um aumento da competitividade, os fenômenos se retroalimentam.[6]

A globalização, tal como passou a ocorrer a partir dos anos 1980, tem duas características fundamentais, na visão de Oman: a queda de participação dos custos com trabalho intensivo em relação aos custos totais; e a maior necessidade de uma proximidade física dos produtores com os consumidores, e dos consumidores com os produtores. De acordo com o autor, "a tendência é construir redes de produção e distribuição regionais e não globais". Deste modo, regiões como a América Latina, com baixos salários, perdem atratividade frente às novas estratégias das ET para o direcionamento do IDE. Acrescenta Oman: "a globalização atual significa a globalização dos mercados financeiros, a globalização da competição, a globalização da demanda, mas não a globalização da produção e da distribuição produtiva". Predomina o fenômeno denominado *global localisation.*

Neste ponto se encontra o maior empecilho para a inserção dos países em desenvolvimento no sistema produtivo internacional. As ET não buscam apenas vantagens relacionadas aos custos dos insumos, de mão-de-obra ou relacionadas ao nível de protecionismo. A busca, dentro do novo estágio do padrão de concorrência, é por países que possuam três características fundamentais: boa qualidade dos recursos humanos disponíveis, boa estrutura de transporte e boa estrutura de comunicação. É um cenário em que se aumenta o risco de exclusão dos países em desenvolvimento das atividades econômicas mais dinâmicas. A atratividade destes países para recebimento de maior fluxo de recursos depende de investimentos (público e privado) de longo prazo em infra-estrutura moderna e em educação de qualidade.

O texto de 1994 da CEPAL apresenta algumas vantagens do processo de integração que serviriam para a superação dos problemas relacionados à inserção dos países em desenvolvimento no novo sistema produtivo mundial, mencionado por Oman. Por esta visão cepalina, na qual uma economia aberta e sem barreiras comerciais não é

[6] Para uma visão mais aprofundada sobre o processo de globalização ver Oman (1994)

incompatível com determinado nível de proteção dentro de um bloco, a integração seria uma ferramenta para a melhor inserção internacional. A globalização e o processo regional no sudeste asiático permitiriam pensar, para a América Latina, novas formas de exploração de fatores nacionais e regionais visando atrair investimentos diretos e ao aumento da competitividade das empresas locais. A proximidade geográfica é apontada como o principal instrumento para o aumento da complementaridade de recursos e produtos na região.

O caminho a ser trilhado, de acordo com a CEPAL, é aquele que culmine numa transformação produtiva com equidade. Ou seja, o processo de integração deve ter como base um novo tipo de padrão comercial, que privilegie uma especialização do tipo intraindustrial entre os países participantes. Com base em modelos econométricos desenvolvidos no documento de 1994, há correlação positiva entre o coeficiente de exportação intrarregional e o coeficiente de importações extrarregionais. De acordo com o documento, "isto confirma que a abertura unilateral também pode estimular o comércio intrarregional, o que concorda com o processo de convergência da integração de fato orientada pelo mercado e a integração impulsionada por políticas". Os países latino-americanos, em função das dotações semelhantes, possuem um padrão comercial intrarregional que se caracteriza pelo maior peso das exportações intrarregionais com maior intensidade tecnológica, em relação às exportações extrarregionais – em que pesem as diferenças existentes, em especial as assimetrias econômicas entre os países.

1.3) O MERCOSUL, sua estrutura e sua característica de regionalismo aberto

1.3.1) Antecedentes históricos do MERCOSUL

O MERCOSUL não é a primeira experiência de integração ocorrida na América Latina. De acordo com Baumann (2001), a integração latino-americana passou por três estágios distintos. O primeiro ocorreu nos anos 1960 e primeira metade dos anos 1970, por meio de programas com forte cunho intervencionista, focado na redução gradual de barreiras intrarregionais ao comércio. O segundo estágio está relacionado à frustração diante do hiato entre expectativas iniciais do processo de integração e a obtenção de resultados. O aumento do endividamento externo obrigou os países a abandonarem seus programas iniciais, iniciando um período de maior cautela, com predomínio de acordos bilaterais parciais. O terceiro estágio se inicia nos anos 1990, resultado do novo

panorama econômico internacional e da transformação estrutural ocorrida nos países latino-americanos, com forte influência do pensamento neoliberal. Baumann afirma que "a cooperação passa a ser vista como ferramenta para estimular as exportações regionais nos principais mercados internacionais".[7]

A principal experiência de integração antecessora ao MERCOSUL foi a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, através da assinatura do Tratado de Montevidéu. A pretensão era criar uma área de livre comércio que abrangeria, primeiramente, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A ALALC sofria grande influência do pensamento cepalino, de forma que muitos dos objetivos buscados já tinham sido expostos por Presbich em "O Mercado Comum Latino-Americano" (1952). No entanto, a experiência fracassou. Sarti (2001) atribui o fracasso ao caráter multilateral do processo, "à obrigação de estender a todos os membros da ALALC as preferências negociadas (cláusula regional de nação mais favorecida)". Dada a conjuntura econômica internacional e modelo de industrialização em curso na América Latina, o processo de integração tal como defendido pela ALALC se mostrou inviável.

Uma segunda tentativa integradora, reformulando as ideias propostas pela ALALC, ocorreu com a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A ALADI representou uma maior flexibilidade do processo de integração, a fim de que fosse possível o estabelecimento de acordos sub-regionais dentro da associação. Contudo, em decorrência da forte crise nos anos 1980 e a conseqüente necessidade de obtenção de superávits comerciais pelos países latino-americanos, implicou no fracasso, em termos de expansão comercial, da proposta da ALADI.

No caso específico dos países do Cone Sul, os antecedentes históricos fundamentais para a criação do MERCOSUL estão na década de 1970, com a assinatura do Acordo Tripartite Argentina-Brasil-Paraguai, relacionada à questão energética envolvendo as represas hidrelétricas de Itaipu e Corpus. Em 1980 foi firmado um convênio entre Brasil e Argentina para um programa de cooperação nuclear. Ambos os acordos foram decisivos para reduzir o isolamento regional dos países.

---

[7] Ver Baumann (2001)

Em novembro de 1985, com a assinatura da Declaração do Iguaçu, de acordo com Baumann, foi estabelecida a pedra fundamental do processo de integração que viria a surgir na década seguinte. Este marco trouxe o adensamento das relações entre Brasil e Argentina e assinalava a possibilidade da integração entre os dois países. A assinatura em julho de 1986 da Ata para a Integração Argentino-Brasileira, que estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países, pode ser considerado, também segundo Baumann, "o embrião do futuro mercado comum".

1.3.2) Objetivos iniciais e estrutura do MERCOSUL

O MERCOSUL foi estabelecido pelo Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Os principais objetivos eram: i) permitir uma inserção mais competitiva dos quatro países que assinaram o acordo (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) no cenário internacional; ii) favorecer o surgimento de economias de escala, elevando a produtividade na região; iii) estimular o fluxo de comércio com o resto do mundo e criar condições para uma maior atratividade de investimentos; iv) promover esforços em prol de uma maior abertura econômica nos países; e v) apoiar as ações do setor privado, que teriam papel central na integração.

Conforme as propostas iniciais, a criação de um mercado comum teria as seguintes características principais: livre circulação de bens e serviços e de fatores produtivos entre os países signatários; estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e de uma política comercial comum em relação a terceiros países ou grupos de países; coordenação de posições em foros internacionais; e coordenação de posições de políticas macroeconômicas e políticas setoriais entre os países membros.

Os principais instrumentos elaborados para que os resultados almejados fossem obtidos foram: a) a adoção de um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, e a eliminação de barreiras não-tarifárias, com o objetivo de chegar a uma alíquota zero sobre os produtos dentro do bloco; b) a coordenação de políticas macroeconômicas, de modo gradual e convergente com a desgravação tarifária; c) a adoção de um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda durante o período de transição.

O MERCOSUL surgiu com o intuito de constituir um mercado comum em um prazo inicialmente de dez anos (depois reduzido para cinco anos), num processo de

integração de grande complexidade (*deep integration).* Contudo, em janeiro de 1994, na reunião de Colônia, os países participantes readequaram a meta para a formação de uma união aduaneira, e não mais de um mercado comum. Temas como serviços, circulação de mão-de-obra e capital, e também a coordenação macroeconômica, seriam deixados para uma etapa posterior.

No entanto, como destacado por Sarti, os avanços institucionais do MERCOSUL não foram condizentes com os objetivos almejados de início. A institucionalidade é alvo de muitas críticas devido ao seu caráter intergovernamental. Ao contrário da União Europeia, não foram criados órgãos supranacionais para coordenar políticas comerciais e macroeconômicas e para solucionar conflitos entre os países da região. Assim, o MERCOSUL se caracterizou pelo maior êxito da integração de fato, em detrimento da integração de jure ao longo dos anos, sendo que os poucos avanços da institucionalidade não impediram o sucesso do bloco no âmbito comercial.

1.3.3) O MERCOSUL como um processo de integração aberta

O MERCOSUL pode ser caracterizado como uma experiência de regionalismo aberto, tal como o processo foi descrito anteriormente neste trabalho. O estabelecimento de uma TEC comum para os quatro países não acarretou em diminuição dos fluxos comerciais extra-bloco. Ao contrário, a TEC foi estabelecida, em média, num patamar inferior às tarifas nacionais vigentes no período anterior. O estabelecimento de uma margem de preferência, resultante da TEC, estimulou a competição e os fluxos de comércio intra-bloco, mas ao mesmo tempo foi acompanhado de um aumento das importações extra-bloco.

Após a entrada em vigor da união aduaneira, em 1995, os países da região apresentaram uma proteção nominal e efetiva inferior à registrada antes do processo de integração, conforme as estimativas feitas por Machado e Markwald. De acordo com Sarti (2001), "isto significa que o aumento da pressão competitiva ocorreu também com relação ao resto do mundo e não apenas dentro da região, o que descaracteriza o MERCOSUL como um bloco fechado". A despeito da redução tarifária nos países do bloco, em consonância com os acordos firmados com a OMC, os países avançados acirraram posições protecionistas, especialmente com produtos sobre os quais os países em desenvolvimento apresentavam vantagens comparativas. Portanto, corrobora-se a tese defendida por Oman da proliferação de acordos formais de comércio

concomitantemente à existência de um maior nível de protecionismo nos países desenvolvidos.

Em suma, com base tanto na evolução das tarifas como na evolução das importações nos países que compõe o MERCOSUL, e na grande elevação das importações extrabloco[8], podemos caracterizar o MERCOSUL como um processo de integração que se insere num contexto de abertura comercial multilateral.

Nesse sentido, o trabalho visa analisar o processo de integração no MERCOSUL levando em consideração os benefícios potenciais apontados pela teoria cepalina e a caracterização do bloco como um "regionalismo aberto", enfatizando em que medida a constituição da institucionalidade e da margem de preferência podem ter implicado em reais benefícios para todos os países signatários. Na primeira etapa analítica do trabalho, o capítulo seguinte estudará o comércio exterior na região. Como será demonstrado, os benefícios apontados pela CEPAL acerca da integração regional ainda estão longe de serem totalmente alcançados no caso do MERCOSUL. Apesar de o comércio intrabloco apresentar um maior dinamismo em termos de produtos transacionados ele ainda se caracteriza pela heterogeneidade entre os países sócios e entre as pautas comerciais intra e extrabloco.

[8] Estas importações extra-bloco foram muito beneficiadas da valorização cambial nos países do bloco, em especial na Argentina e Brasil, na década de 1990. Tal valorização ajuda a explicar a perda de competitividade dos produtos locais *vis-à-vis* produtos importados.

CAPÍTULO 2

O COMÉRCIO NO MERCOSUL

De acordo com o ideário cepalino, dois potenciais impactos de um processo de integração seriam a sofisticação da pauta comercial dos países sócios e, ao mesmo tempo, a redução da assimetria desta pauta com as economias centrais. Nessa visão, em função das vantagens oriundas da integração (aumentos das economias de escala, do mercado e da produtividade, com a redução dos custos de transação) e também da nova posição que a indústria passaria a ocupar nas economias, novas necessidades surgiriam em prol de uma maior complementaridade produtiva na região. O salto de qualidade da pauta exportadora intrabloco permitiria um desvio de comércio que reduzisse a vulnerabilidade externa, relacionada à rigidez da pauta de importação estabelecida com as nações mais desenvolvidas.

Como já foi comentado no capítulo anterior, o tratamento inicial da CEPAL, representado pela publicação de Prebisch de 1959, tinha o processo de substituição de importações como o vetor central da industrialização. Nessa abordagem inicial, um dos maiores objetivos seria a redução do coeficiente de importações derivado dos países centrais através da substituição na esfera regional. Assim, com a especialização produtiva dos países sócios, não haveria necessidade de toda a substituição das importações fosse feita isoladamente por cada país. Como mencionado no capítulo 1, o projeto de integração cepalina era entendido como a construção de estratégias regionais de vantagens competitivas.

Na década de 1990, há uma mudança nos argumentos defendidos pela CEPAL após o total esgotamento da política de substituição de importações. O tema da integração passa a ser tratado em um novo ambiente, sintetizado pelo conceito de "regionalismo aberto". No novo cenário econômico a partir de meados dos anos 1980, a integração econômica passa a se associar ao multilateralismo. De acordo com Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998), os dois principais sócios do MERCOSUL

intensificaram suas relações comerciais na década de 1980. Segundo os autores: "Dentro do espírito liberalizante dos novos governos (brasileiro e argentino, após as saídas de Sarney e Alfonsín, respectivamente), a integração regional seria um movimento compatível com a formação de blocos no espaço internacional. O MERCOSUL seria parte de um processo de liberalização mais amplo. Este se configuraria naquilo que a CEPAL viria a chamar de Regionalimo Aberto".

No entanto, na análise do comércio do MERCOSUL, observa-se que apesar da existência de uma pauta comercial mais sofisticada no intercâmbio intrabloco, de maneira geral, as vantagens não se distribuíam de maneira equânime. Isso decorre da maior diversificação e especialização da economia brasileira na esfera regional, o que tem implicado em um padrão de especialização intrabloco que dificilmente promoverá uma melhor inserção comercial para as outras economias integradoras do bloco. De um lado, o Brasil é, sobretudo, exportador de produtos mais dinâmicos e importador de produtos básicos; e, por outro, os outros sócios são exportadores de produtos primários e importadores de manufaturados brasileiros.

2.1.) Tendências do Comércio Internacional

O comércio mundial apresentou, no período 1995-2009, taxas de crescimento muito superiores às taxas de crescimento do PIB mundial. Isso fica evidente na análise da tabela 2.1, a seguir. No período 2000-2005, o PIB mundial cresceu a uma taxa inferior a 3% e, no entanto, as taxas de crescimento das exportações e importações foram superiores a 11%. No final da década, e no auge do crescimento econômico anterior à crise de 2008, a discrepância torna-se ainda maior (crescimento de 2% do PIB e crescimento de quase 15% das exportações e importações em 2008).

Outra característica importante do comércio a partir dos anos 2000 é o maior dinamismo apresentado pelos países em desenvolvimento (PED), em relação aos países em desenvolvimento (PD). A tabela indica um maior crescimento tanto do PIB quanto das exportações e importações, com destaque para os países em desenvolvimento asiáticos. O MERCOSUL apresentou um desempenho bastante irregular ao longo da década. Na primeira metade da década, as taxas de crescimento das exportações (14,7%) foram muito superiores às das importações (4,8%). Na segunda metade da década, as taxas de comércio cresceram de maneira impressionante, com um crescimento superior das importações frente às exportações. O crescimento das

transações na região está relacionado ao crescimento econômico na região no período (2004-2008), especialmente da economia brasileira.

Tabela 2.1) Taxa de Crescimento do PIB e do Comércio Internacional, em %

		1995-2000	*2000-2005*	*2006*	*2007*	*2008*
Mundo	Export	3,64	11,38	15,66	15,06	14,83
	Import	4,04	11,25	14,77	14,87	14,83
	PIB	3,25	2,82	3,98	3,79	2,07
PD	Export	2,79	9,52	12,60	14,29	11,24
	Import	4,63	10,01	12,98	12,61	11,22
	PIB	3,03	1,94	2,83	2,48	0,75
PED	Export	5,73	14,27	19,76	15,79	17,88
	Import	3,19	13,45	17,39	17,73	20,16
	PIB	4,19	5,46	7,18	7,20	5,45
PED Asiáticos	Export	5,48	15,02	19,83	16,54	17,28
	Import	2,12	15,10	17,09	17,12	19,50
	PIB	4,87	6,54	7,97	8,00	5,86
MERCOSUL	Export	2,49	14,67	16,02	17,59	24,89
	Import	1,14	4,83	23,45	30,99	40,56
	PIB	1,97	2,63	4,92	5,53	5,65

Fonte: UNCTAD

Esse maior dinamismo dos PED também se reflete no aumento da participação tanto nas importações quanto nas exportações mundiais (tabelas 2.2 e 2.3). Tal aumento da inserção dos PED foi acompanhado pela queda da participação dos PD, e por uma maior participação do MERCOSUL nos fluxos comerciais mundiais.

Tabela 2.2. Exportação de Mercadorias e Serviços e Participação Mundial - Média Anual, em US$ Bilhões e %

	1995-2000	*%*	*2001-2003*	*%*	*2004-2008*	
Mundo	7.025,66	100,00	8.428,93	100,00	15.402,43	100,00
P.E.D	1.958,93	27,88	2.522,54	29,93	5.357,92	34,79
P.D	4.914,19	69,95	5.699,04	67,61	9.491,05	61,62
MERCOSUL	91,52	1,30	109,79	1,30	229,98	1,49

Fonte: UNCTAD

Tabela 2.3. Importação de Mercadorias e Serviços e Participação Mundial - Média Anual, em US$ Bilhões e %

	1995-2000	*%*	*2001-2003*	*%*	*2004-2008*	
Mundo	7.045,75	100,00	8.507,26	100,00	15.303,08	100,00
P.E.D	1.991,89	28,27	2.422,11	28,47	4.948,03	32,33
P.D	4.912,16	69,72	5.904,24	69,40	9.888,71	64,62
MERCOSUL	112,88	1,60	92,94	1,09	196,13	1,28

Fonte: UNCTAD

A partir da década de 1980, a esfera regional passa a ter grande importância nas transações comerciais mundiais. A maior importância dos blocos econômicos fica evidente no caso da União Europeia e do NAFTA, e de maneira mais discreta nos países do MERCOSUL (tabelas 2.4 e 2.5). Em Oman (1994) é destacado o papel da integração, "de jure" (um processo político) e "de fato" (um fenômeno resultante das estratégias das empresas, portanto da esfera microeconômica), na nova conjuntura econômica e a emergência da globalização. De acordo com o autor, o regionalismo pode ser associado, em parte, como uma resposta à globalização, num ambiente econômico no qual ganhou força a proximidade entre fornecedores, produtores e consumidores, fenômeno denominado como *global localisation.* Portanto, os países em desenvolvimento necessitariam de uma reestruturação que visasse uma nova inserção no sistema produtivo mundial, pois as vantagens competitivas relacionadas aos baixos custos de mão-de-obra perderam relevância nas estratégias das empresas transnacionais.

Observamos nas tabelas 2.2 e 2.4 que no caso da União Europeia, no período de 1980-2008, as participações das exportações intrabloco sobre as exportações totais passaram de 62,2% para 67% e as importações de 55% para 67%. No NAFTA as importações intrabloco passaram de 33,5% para 49,5% e as importações têm uma discreta melhora na participação, de 32,8% em 1980 para 33,5% em 2008. Nas transações intrabloco no MERCOSUL, as exportações significavam 11,6% em 1980 e aumentaram para 15,5% em 2008 (em 2000 as exportações intrabloco tiveram uma participação de 20%).

Outro fator apontado para esse crescimento desproporcional do comércio em relação ao PIB é o aumento das transações intrafirma, em função das novas estratégias adotadas pelas grandes empresas transnacionais resultantes de um processo de maior especialização das filiais, implicando em maior volume de importações de insumos dentro de uma mesma corporação.

Tabela 2.4) Comércio Intrabloco - Exportações (US$ bi)

Ano		1980	1990	2000	2003	2006	2008
Bloco							
União Europeia	Intrabloco	499,57	1.032,13	1.641,25	2.141,49	3.090,42	3.972,31
	Resto do Mundo	303,91	497,08	783,43	991,90	1.476,40	1.941,60
	Comércio Total do Bloco	803,48	1.529,21	2.424,68	3.133,39	4.566,81	5.913,90
	% bloco	62,18	67,49	67,69	68,34	67,67	67,17
Nafta	Intrabloco	102,22	226,27	676,14	651,06	902,19	1.013,26
	Resto do Mundo	202,16	320,45	537,52	509,31	773,18	1.034,76
	Comércio Total do Bloco	304,38	546,72	1.213,66	1.160,37	1.675,38	2.048,02
	% bloco	33,58	41,39	55,71	56,11	53,85	49,48
MERCOSUL	Intrabloco	3,42	4,13	17,83	12,73	25,78	43,55
	Resto do Mundo	26,10	42,43	71,32	93,94	165,25	238,35
	Comércio Total do Bloco	29,53	46,56	89,15	106,67	191,03	281,90
	% bloco	11,60	8,86	20,00	11,94	13,49	15,45

Fonte: UNCTAD

Tabela 2.5) Comércio Intrabloco - Importações (US$ bi)

Ano		1980	1990	2000	2003	2006	2008
Bloco							
União Europeia	Intrabloco	500,37	1.023,25	1.545,34	2.014,41	2.964,54	3.852,78
	Resto do Mundo	408,24	568,32	926,64	1.079,05	1.717,58	2.301,64
	Comércio Total do Bloco	908,60	1.591,58	2.471,98	3.093,45	4.682,12	6.154,42
	% bloco	55,07	64,29	62,51	65,12	63,32	62,60
Nafta	Intrabloco	112,81	231,25	686,57	656,98	886,96	988,54
	Resto do Mundo	230,99	450,44	1.009,30	1.102,97	1.699,00	1.966,02
	Comércio Total do Bloco	343,80	681,69	1.695,87	1.759,95	2.585,97	2.954,56
	% bloco	32,81	33,92	40,48	37,33	34,30	33,46
MERCOSUL	Intrabloco	3,33	4,51	18,34	13,64	27,45	46,94
	Resto do Mundo	36,89	27,21	74,53	57,74	119,82	254,24
	Comércio Total do Bloco	40,22	31,71	92,88	71,38	147,27	301,19
	% bloco	8,27	14,21	19,75	19,11	18,64	15,59

Fonte: UNCTAD

2.2. O Comércio no MERCOSUL

O sucesso comercial do MERCOSUL é inegável, tanto em relação ao volume quanto ao padrão especialização intrabloco. Embora a participação do bloco tenha se reduzido para algumas economias, especialmente para o Brasil, ele ainda é relevante principalmente em razão da maior inserção de produtos mais sofisticados e com maior intensidade tecnológica nas pautas exportadoras intrabloco. Esta inserção intrabloco é importante, pois vai em direção oposta ao padrão de especialização extrabloco estabelecido.

Como foi analisado no primeiro capítulo, um acordo de integração poderia implicar numa transformação do padrão comercial dos países sócios. Esta transformação resultaria do incremento do padrão de especialização intrassetorial, em detrimento do padrão interssetorial característico do intercâmbio dos países latino-americanos (exportadores de produtos básicos) com os países desenvolvidos (exportadores de manufaturados). Nesse sentido, um acordo de integração nos moldes do MERCOSUL poderia ser bem sucedido na construção de um padrão comercial que acarretasse uma configuração do comércio que refletisse as vantagens inerentes à construção do bloco (vantagens de economia de escala, redução de custos de transação e aumento de mercado).

No entanto, como será analisado nesse capítulo, a despeito do melhor padrão de especialização comercial na esfera intrabloco, as vantagens do acordo foram colhidas majoritariamente pelo Brasil – e ainda não foram totalmente exploradas. No comércio intrabloco os países têm uma maior participação de produtos manufaturados nas suas pautas de exportação em relação aos produtos básicos, em comparação com o comércio extrabloco. Assim, ao contrário do que ocorreu no intercâmbio dos países sócios com resto do mundo e, especificamente, com os países desenvolvidos e alguns países em desenvolvimento, nas quais se observa um processo de "primarização" da pauta exportadora no período 1995-2009, nas transações no bloco manteve-se uma composição relativamente estável entre exportações de manufaturados e produtos primários.

2.2.1) *A Composição do Comércio no Bloco.*

Os gráficos 1 e 2 ilustram as participações dos sócios do MERCOSUL no período analisado nas exportações e importações totais intrabloco. A Argentina perdeu o posto de principal exportador e importador do bloco para o Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990. Isso parece demonstrar perda de competitividade da indústria argentina *vis-a-vis* a indústria brasileira, especialmente nos anos 2000. No entanto, as tabelas deixam clara a maior competitividade desses dois países no bloco. No período 2006-2009, cerca de 90% das exportações e 80% das importações intrabloco foram realizadas por Brasil e Argentina.

Gráfico 1. Exportação para o MERCOSUL. Participação dos sócios, em %

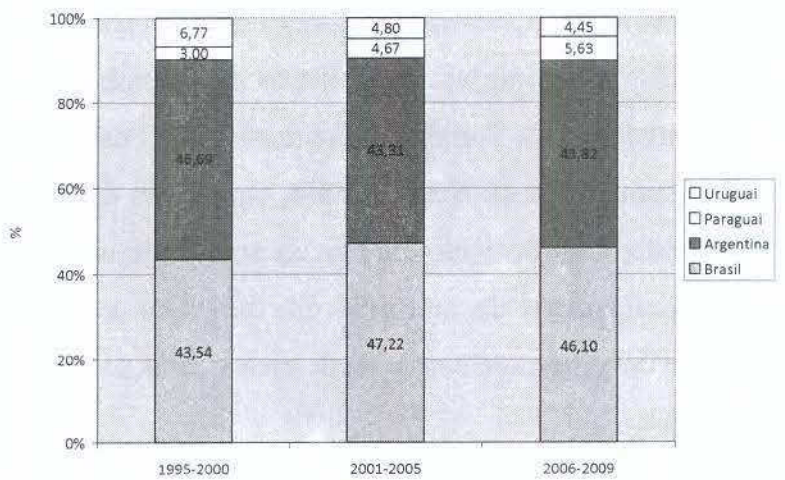
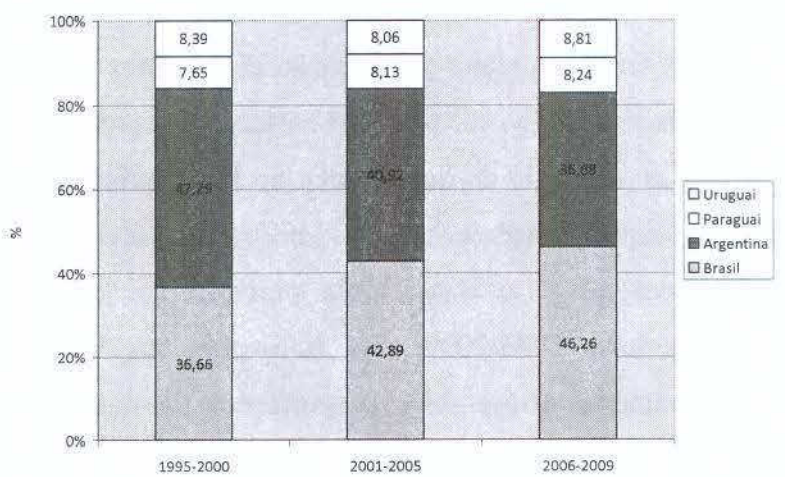


Gráfico 2. Importações do MERCADO, Participação dos Sócios, em %



Fonte: UNCTAD

No entanto, a despeito do aumento da participação brasileira nas transações intrabloco, o peso do bloco como destino das exportações totais e origem das importações totais do país diminuiu. No período 1995-2000, a região era destino de 15% das exportações do país; nos períodos 2001-2005 e 2006-2009, esse valor reduziu respectivamente para 8,8% e 8,5% (gráfico 3). No caso das importações, o MERCOSUL foi a origem de cerca de 15% das importações brasileiras no período 1995-2000. No período 2006-2009, tal participação caiu para menos de 10% (gráfico 4). Em contraste, a Argentina, que perdeu participação nas transações intrabloco, elevou a presença do MERCOSUL como origem de suas importações. Isso ocorreu principalmente em função da elevação das importações originadas do Brasil. No que diz respeito ao papel do bloco como destino das exportações do país, houve uma ligeira queda na participação no período (24,5% para 23,5%).

A participação do bloco nas transações uruguaias e paraguaias explicita a relação inversa entre o tamanho da economia e a importância do comércio intrabloco como destino e origem. As duas economias foram responsáveis, em conjunto, por 10% das exportações e 17% das importações intrabloco no período 2006-2009. Entretanto, apesar da redução na participação no período, o bloco foi o destino de 48% das exportações paraguaias e 27% das exportações uruguaias; e foi origem de 41,6% das importações paraguaias e 44,8% das importações uruguaias.

2.2.2) O Padrão Comercial

As tabelas de I a VIII na parte anexa deste capítulo mostram a composição das exportações e importações dos países do MERCOSUL no período 1995-2009. Na análise dos dados, o maior dinamismo das exportações intrabloco, em relação às extrabloco, fica bem perceptível. No caso brasileiro, por exemplo, as exportações de manufaturados significaram 54% do total exportado no período entre 1995 e 2000. Corroborando a tese de "primarização" das exportações, esse valor diminuiu para 44% no período entre 2006 e 2009. No entanto, no âmbito regional não foi observada essa deterioração da pauta exportadora, sendo que os produtos manufaturados demonstraram grande dinamismo, representando mais de 80% do total exportado pelo Brasil para o MERCOSUL.

No caso argentino, no período 1995-2000, as exportações de manufaturados representaram quase 33% do total exportado, enquanto que no período 2005-2009

corresponderam a 31%. No MERCOSUL, entretanto, essa participação passou de 50% para 60% do total exportado para a região no período. As exportações de manufaturados uruguaios, que representavam mais de 38% no período 1995-2000, tiveram uma redução na participação significativa no período 2006-2009 (27%). As exportações intrabloco, contudo, tiveram uma maior participação de produtos manufaturados no período 1995-2009, de 48% para 55%. No caso paraguaio, as exportações tanto intrabloco como extrabloco são majoritariamente de produtos primários e, ao contrário do que ocorreu com outros países do bloco, a participação dos manufaturados no período foi reduzido tanto nas transações extrabloco quanto intrabloco.

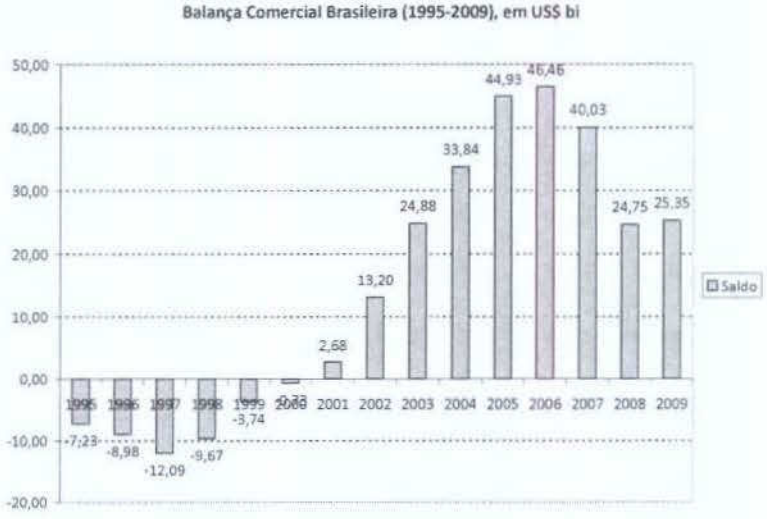
Esses resultados evidenciam o maior dinamismo do intercâmbio no MERCOSUL, em relação àquele estabelecido com o resto do mundo e, principalmente, com os países centrais. Além disso, os dados também sugerem que o comércio intrabloco, embora tenha participação reduzida para Brasil e Argentina, cumpre a função importante de contrabalançar o aprofundamento da deterioração da pauta comercial extrabloco.

A queda da participação das exportações de produtos mais dinâmicos, no comércio extrabloco, foi concomitante ao aumento da importação de tais produtos dos países centrais no período. A participação da importação de produtos manufaturados sobre o total importado dos PD se aproximou de 90% para todos os países sócios no período (1995-2009) – com exceção do Paraguai – corroborando o padrão de especialização mencionado anteriormente, no qual os países seriam importadores de manufaturados dos países centrais e exportadores de produtos básicos no intercâmbio extrabloco.

A tabela 2.1 indica que o dinamismo das importações da região nos anos 2000, e especialmente no forte ciclo de crescimento da segunda metade da década, foi muito superior à média mundial, inclusive à dos PED. Tal característica é preocupante, pois remete ao problema já exposto pela CEPAL em meados do século XX, de sofisticação crescente da pauta importadora e rigidez e pouca elaboração dos produtos exportados pelos países latino-americanos. Essa discrepância entre importações e exportações se agrava em função da característica de regionalismo aberto do MERCOSUL e da conjuntura econômica de maior abertura a partir da década de 1990.

Uma análise da pauta comercial brasileira, economia líder do MERCOSUL, indica de maneira clara a diferença entre o comércio extrabloco, especialmente com os países centrais, e o comércio com os parceiros do bloco.

Na última década, o comércio exterior brasileiro apresentou importantes modificações em relação aos padrões existentes nas décadas anteriores. Desde o começo dos anos 2000, o Brasil mostrou vultosos superávits comerciais (atingindo o ápice de US$ 46,5 bilhões em 2006), como pode ser observado no gráfico 11, a seguir. O bem-sucedido desempenho comercial brasileiro nos anos 2000 está associado ao crescimento econômico do país (em especial no período 2004-2008) e, sobretudo, ao movimento extremamente favorável dos preços das *commodities* no mercado internacional (tabela 2.7).



Fonte: UNCTAD.

Como já apontado na seção anterior, no período 1995-2009, a participação dos países desenvolvidos como destino das exportações e como origem das importações declinou, concomitantemente a uma elevação da participação do intercâmbio com os países em desenvolvimento. A partir dos dados dispostos nas tabelas 2.8, 2.9 e 2.10, é possível analisar essa transformação de forma mais detalhada.

Tabela 2.7) Índice de Preços das Commodities no Mercado Livre, anual, 2000-2009

	2000	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*
Índice de Preços (Todos os Grupos)	99,99	96,38	97,32	104,86	125,78	140,39	182,83	206,53	256,04	213,00

Fonte: UNCTAD

O primeiro ponto a ser destacado é a menor participação do comércio regional, com redução das importações e exportações tanto para o conjunto mais amplo da ALADI, quanto para o bloco do MERCOSUL, nos anos 2000. Contudo, como pode ser observado nas tabelas 2.9 e 2.10, a Argentina se manteve como uma das principais parceiras comerciais do Brasil.

Tabela 2.8. Balança Comercial brasileira por Blocos Econômicos e Países e Participação nas Exportações brasileiras, US$ bilhões, 1999-2009

		1999	*%*	*2002*	*%*	*2005*	*%*	*2007*	*%*	*2009*	*%*
Total Geral	**Exportações**	48,01	100,00	60,36	100,00	118,31	100,00	160,65	100,00	152,99	100,00
	Importações	49,27	100,00	47,23	100,00	73,61	100,00	120,62	100,00	127,65	100,00
	Saldo	-1,26		13,13		44,70		40,03		25,35	
ALADI	**Exportações**	10,56	22,00	9,87	16,35	25,43	21,49	36,43	22,67	29,90	19,54
	Importações	9,46	19,20	8,23	17,42	11,62	15,78	20,56	17,05	21,88	17,14
	Saldo	1,10		1,64		13,81		15,86		8,01	
MERCOSUL	**Exportações**	6,78	14,12	3,31	5,48	11,73	9,91	17,35	10,80	15,83	10,35
	Importações	6,72	13,64	5,62	11,89	7,05	9,58	11,62	9,64	13,11	10,27
	Saldo	0,06		-2,30		4,67		5,73		2,72	
ALADI (exclusive MERCOSUL)	**Exportações**	3,78	7,88	6,56	10,86	13,70	11,58	19,07	11,87	14,07	9,19
	Importações	2,74	5,56	2,61	5,53	4,56	6,20	8,94	7,41	8,78	6,88
	Saldo	1,04		3,94		9,14		10,13		5,29	
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	**Exportações**	10,85	22,60	15,53	25,74	22,74	19,22	25,31	15,76	15,74	10,29
	Importações	11,88	24,11	10,44	22,10	12,85	17,46	18,89	15,66	25,81	20,22
	Saldo	-1,03		5,10		9,89		6,43		-10,07	
União Européia (UE)	**Exportações**	13,74	28,61	15,11	25,04	26,49	22,39	40,43	25,17	34,04	22,25
	Importações	15,02	30,49	13,07	27,67	18,15	24,65	26,73	22,16	29,22	22,89
	Saldo	-1,29		2,04		8,35		13,69		4,82	
ÁSIA (exclusive Oriente Médio)	**Exportações**	5,73	11,94	8,79	14,56	18,55	15,68	26,73	15,62	39,43	25,77
	Importações	6,48	13,14	8,00	16,93	16,87	22,92	30,72	25,47	36,14	28,31
	Saldo	-0,74		0,79		1,68		-3,99		3,28	

Fonte: MDIC

A redução da participação dos PD no comércio exterior brasileiro se reflete nas expressivas perdas de participações dos Estados Unidos e dos países da União Européia, tradicionalmente os principais parceiros comerciais do país. Os Estados Unidos, que representavam 24% do destino das exportações no final da década de 1990, tiveram sua participação reduzida para cerca de 10% no final da década de 2000[9]. As transações comerciais com os países da União Européia, por sua vez, declinaram de um patamar de cerca de 30% no final da década de 1990 para 22% no final dos anos 2000.

Tabela 2.9) Destino das Exportações Brasileiras (2000-2009), em US$ bilhões e participação sobre o total.

País	*2.000*	*%*	*2.005*	*%*	*2.009*	*%*
EUA	13,181	23,93	22,472	18,99	15,602	10,20
Argentina	6,233	11,31	9,915	8,38	12,785	8,36
China	1,085	1,97	6,834	5,78	20,191	13,20
Países Baixos	2,796	5,08	5,283	4,47	8,150	5,33
Alemanha	2,526	4,59	5,023	4,25	6,175	4,04
Total	55,086	100,00	118,308	100,00	152,995	100,00

Fonte: MDIC

Tabela 2.10) Origem das Importações Brasileiras (2000-2009), em US$ bilhões e participação sobre o total.

País	*2.000*	*%*	*2.005*	*%*	*2.009*	*%*
EUA	12,864	23,06	12,664	17,22	20,028	13,09
Argentina	6,843	12,27	6,239	8,48	11,281	7,37
China	1,222	2,19	5,353	7,28	15,911	10,40
Japão	2,960	5,31	3,407	4,63	5,368	3,51
Alemanha	4,421	7,93	6,144	8,35	9,866	6,45
Total	55,783	100,00	73,55142	100,00	152,995	100,00

Fonte: MDIC

Os países asiáticos ganharam grande participação no intercâmbio brasileiro, no período 1995-2009, sobretudo a China a partir dos anos 2000. Este país, que era destino de menos de 2% das exportações brasileiras em 2000, em 2009 era o principal comprador de produtos brasileiros, com uma participação de 13,2%. As importações oriundas daquele país também registraram grande dinamismo, perdendo em participação somente para os produtos norte-americanos, em 2009. A forte aceleração das exportações para a China está inserida no contexto de "primarização" da pauta exportadora brasileira extrabloco. Em 2009, as exportações de soja e de minério de ferro concentraram mais de 60% do total das exportações para o país asiático, sendo que, em participação, significaram mais de 50% das exportações brasileiras desses dois produtos.

Uma análise da evolução dos saldos comerciais do Brasil – por tipo de produto (*commodities* ou manufaturados) – com: 1) o mundo; 2) com os países desenvolvidos

[9] Os resultados obtidos no ano 2009 podem não representar fielmente o comportamento comercial da economia brasileira, em função das turbulências causadas pela crise econômica que impactou de modo severo as economias centrais.

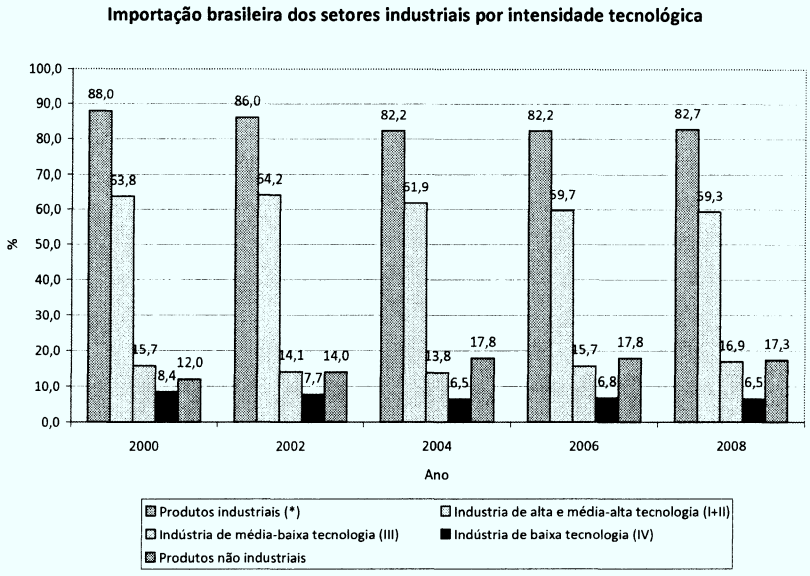
(PD); 3) com os países em desenvolvimento; 4) com a China especificamente, e 5) com o MERCOSUL (de maneira agregada e com seus sócios), indica diferentes padrões de comércio. Enquanto no intercâmbio extrabloco prevalece a "primarização" da pauta exportadora e um incremento da presença de produtos manufaturados na pauta importadora, nas transações intrabloco o processo se inverte.

Analisando primeiramente o padrão com o mundo (gráfico 12), verifica-se que a partir de 2000 aumentam os superávits comerciais derivados do intercâmbio de produtos primários com os demais países. Este fato está diretamente relacionado ao aumento dos preços de tais produtos nos mercados internacionais (tabela 2.8). Em 2001, o superávit brasileiro com produtos primários foi de US$ 10 bi, no final da década esse valor era superior a US$ 60 bi.

A partir de 2005, uma nova tendência surge somada à tendência anterior: num contexto de forte crescimento econômico e de maior apreciação cambial, as importações de produtos manufaturados apresentam uma forte aceleração e passam a ter uma influência fortemente negativa sobre o saldo comercial do país. Assim, o saldo comercial dos manufaturados, que era de um superávit de quase US$ 10 bi em 2005, passa a ser de déficit de quase US$ 40 bi em 2009.

A elevação dos déficits do Brasil com produtos industriais é particularmente preocupante quando analisamos a composição setorial das importações brasileiras (gráfico 11) e a contrastamos com a composição setorial das exportações (gráfico12). Apesar da pequena redução ao longo dos anos 2000, a grande parte dos produtos industriais importados é de alta e média-alta intensidade tecnológica. Isso parece indicar que, a despeito da diversificação industrial do Brasil, grande parte da tecnologia em utilização na sua indústria tem origem exógena. Essa relação se insere nas estratégias adotadas no país pelas filiais das ET, que se caracterizam por um grande coeficiente de importação de insumos e bens finais dos países que abrigam suas matrizes. Em contraposição, o gráfico 12 aponta a maior participação de produtos não industriais ao longo da década e a redução da exportação de manufaturados de média-alta intensidade tecnológica.

Gráfico 11.



Fonte: MDIC

Gráfico 12

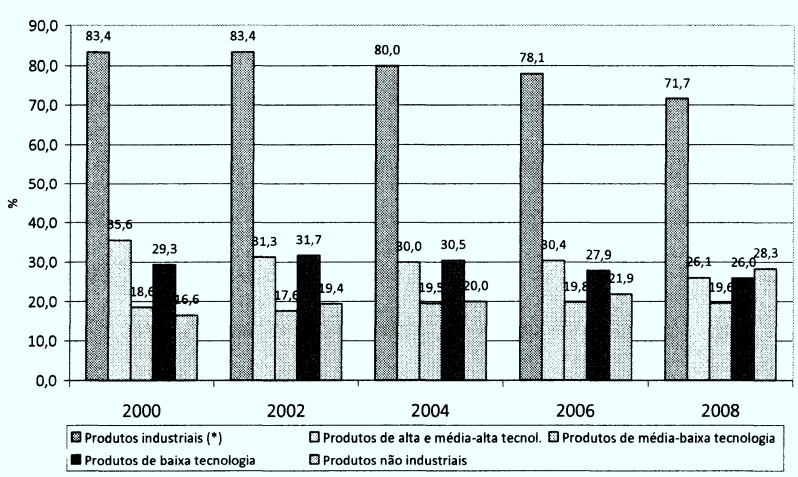
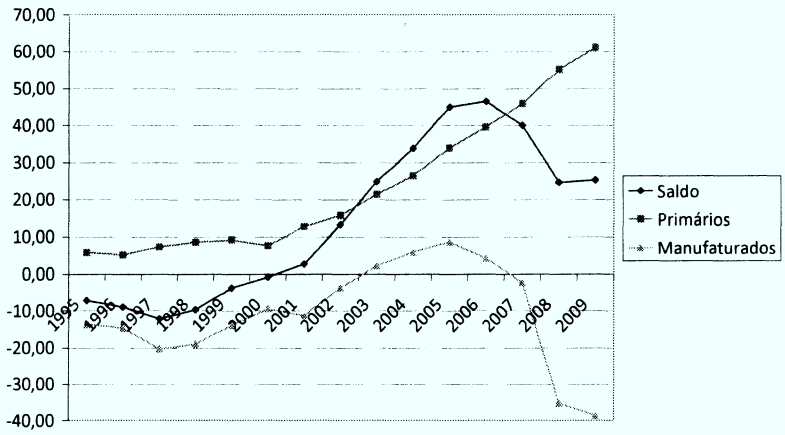


Gráfico 13.

Brasil: Saldo Comercial com o Mundo, por tipo de produto (1995-2009). Em US$ bilhões.



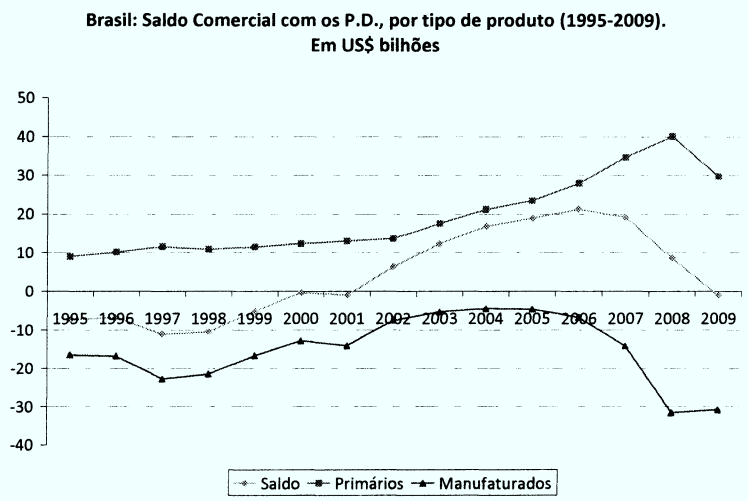
Fonte: UNCTAD

O gráfico 14 mostra a evolução do saldo comercial por produto do Brasil com os PD. O gráfico indica grande influência deste intercâmbio no resultado observado com o resto do mundo. Segue a mesma tendência de elevação de superávits obtidos com os produtos primários a partir dos 2000. Contudo, se analisamos a participação desses superávits obtidos dos PD sobre os superávits totais de produtos primários brasileiros, vemos uma redução dessa relação (superávit de produtos primários oriundos dos PD/superávit produtos primários totais), ao longo do período analisado pelo trabalho. Em 1995, ela era de 155%; em 2001, de 102%; e em 2009, de apenas 48%. No período 2006-2009, 28% das exportações brasileiras destinadas aos PD foram de produtos alimentícios; 15% de minérios diversos; e 7,5% de combustíveis e lubrificantes minerais, o que demonstra uma significativa rigidez da pauta exportadora.

No que concerne ao intercâmbio de produtos manufaturados com os PD, há grande assimetria em relação à situação anterior, com a mesma tendência já observada na relação com o mundo. Os déficits comerciais envolvendo esses produtos aumentam exponencialmente no período 2004-2008, em convergência com o período de maior de crescimento econômico brasileiro. No período 2006-2009, 86,7% das importações brasileiras oriundas dos PD foram de produtos manufaturados, sendo 43,3% relacionados à maquinaria e equipamentos de transporte (SITC 7) e 26,7% químicos

(SITC 5). No entanto, quando analisamos a participação dos déficits em manufaturados com os PD sobre o déficit total brasileiro nesses produtos, observamos uma redução.

Gráfico 14.



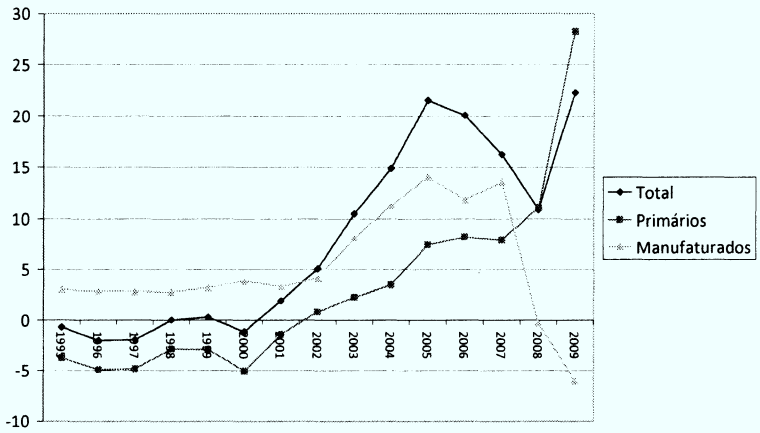
Fonte: UNCTAD.

A redução da participação dos PD, tanto no total do comércio (exportações e importações), quanto nos saldos comerciais de produtos básicos e manufaturados, indica que o dinamismo dos PED, apontado nas seções anteriores do capítulo, também se estende ao comércio brasileiro extrabloco. O gráfico 15 ilustra a evolução dos saldos comerciais do Brasil com esses países no período 1995-2009. O gráfico mostra uma alteração importante no comércio brasileiro com os PED nos anos 2000. Até meados da década, o Brasil era superavitário nas transações de produtos manufaturados com esse grupo de países. Contudo, na segunda metade da década de 2000, observa-se uma tendência de redução desses superávits, até que em 2009 atingiu um déficit de US$ 5 bi.

Em contrapartida, e assim como se observou no intercâmbio com o mundo e com os PD, os anos 2000 foram marcados por uma explosão dos superávits comerciais em produtos básicos. O que significou que, a despeito da elevação dos déficits com produtos manufaturados, o Brasil pode manter uma posição superavitária com os PED – num padrão similar àquele com os PD até 2009.

Gráfico 15.

Brasil: Saldo Comercial com os PED, por tipo de produto (1995-2009). Em US$ bilhões.



Fonte: UNCTAD.

A evolução dos saldos comerciais brasileiros com a China se alterou profundamente nos anos 2000. Conforme se verifica no gráfico 16, a partir de 2001 há um rápido incremento dos superávits com produtos primários e, concomitantemente, um veloz incremento dos déficits com produtos manufaturados. A China é responsável por mais da metade do superávit total de produtos básicos brasileiros com os PED. E, por outro lado, parece ser grande responsável pelo aumento das importações brasileiras de manufaturados oriundos dos PED. A inserção de produtos chineses é uma das principais razões apontadas pelo forte processo de desnacionalização sofrido por alguns setores industriais, especialmente de têxteis e calçados e de materiais elétricos.

No intercâmbio brasileiro com o MERCOSUL, foco central do trabalho, o país desempenha um papel dinamizador semelhante àquele das economias centrais frente à economia brasileira. Em 1998 registrou-se a maior participação de exportação de produtos manufaturados brasileiros para o MERCOSUL, com 26% do total de manufaturados exportados. Nos anos seguintes, houve uma paulatina redução, atingindo um mínimo de 8% em 2002; e, a partir de 2003, ocorreu um novo ciclo de crescimento da participação do bloco como destino da exportação de manufaturados brasileiros. Esse ciclo de crescimento também coincidiu com um período de acumulação de grandes superávits comerciais no MERCOSUL.

Gráfico 16

Brasil: Saldo Comercial com a China, por tipo de produto (1995-2009). Em US$ bilhões.

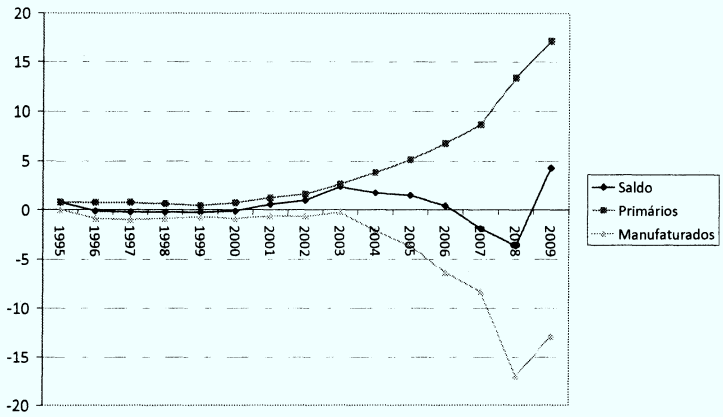
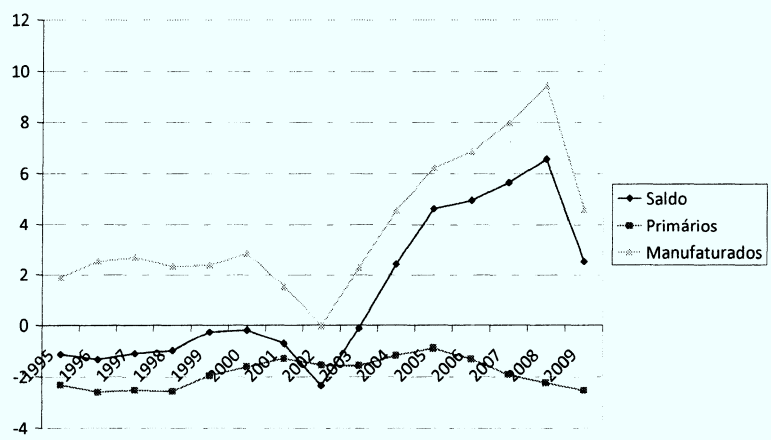


Gráfico 17. **Fonte: UNCTAD**

Brasil: Saldo Comercial com o MERCOSUL, por tipo de produto (1995-2009). Em US$ bilhões.



Quando se analisa a composição dessas exportações intrabloco, no período 1995-2009, constata-se a grande concentração dos produtos manufaturados na pauta (gráfico 18 e tabela 1 da parte Anexa). No período 2006-2009, 82% das exportações brasileiras intrabloco foram de produtos manufaturados, sendo que grande parte dessas exportações era de produtos com maior intensidade tecnológica, como máquinas e equipamentos e produtos químicos (os quais o Brasil é demandante dos PD). Em contrapartida, apresentou déficits nas transações de produtos básicos intrabloco, o que corrobora a tese de que o Brasil, de certo modo, reproduz o padrão de especialização

comercial estabelecido com os PD na relação com seus sócios do bloco. No entanto, no comércio regional quem desempenha o papel central é o Brasil.

Gráfico 18

Composição da Pauta Exportadora Brasileira Intra-bloco (1995-2009), em %.

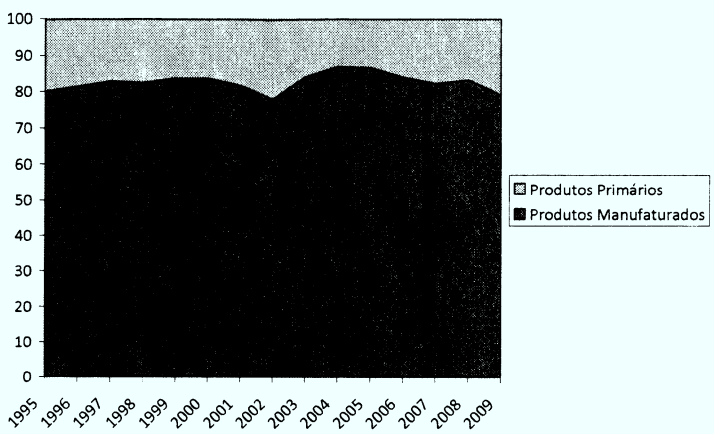
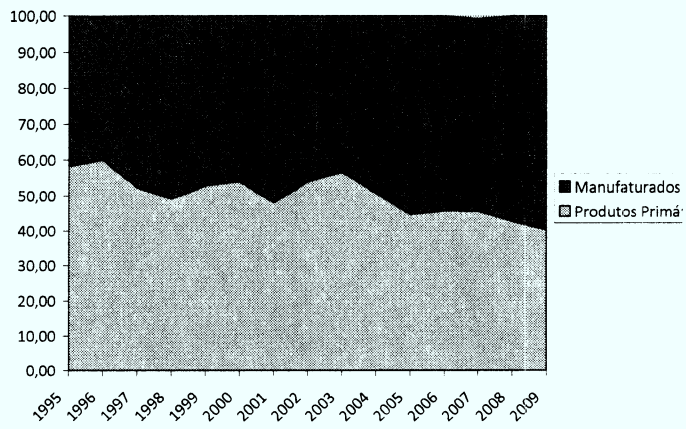


Gráfico 19

Composição da Pauta Importadora Brasileira Intra-bloco (1995-2009), em %



É importante ressaltar que o Brasil, de um lado, não é somente um exportador de produtos mais dinâmicos e com maior intensidade tecnológica e, por outro, um importador de produtos primários dentro do bloco. A sua pauta importadora, na esfera regional, tem sofrido uma pressão crescente dos produtos manufaturados na sua composição – a participação desse tipo de produto passou de 41,7% em 1995 para 59,7% em 2009 (Gráfico 19). As importações brasileiras de manufaturados representaram, em 2009, 42% do total de produtos manufaturados pela Argentina; 30% do total das exportações de manufaturados do Paraguai e 31% do Uruguai.

Tabela 2.11) Brasil: Saldo Comercial no MERCOSUL, total e por tipo de produto (1995-2009), média anual. Em US$ milhões

	Saldo	*1995-2000*	*2001-2005*	*2006-2009*
Argentina	Total	-1.412,36	362,67	3.386,10
	Produtos Básicos	-2.844,25	-1.822,86	-2.293,16
	Produtos Manufaturados	1.426,78	2.180,70	5.636,92
Paraguai	Total	1.276,56	410,18	1.270,10
	Produtos Básicos	48,12	-197,04	63,32
	Produtos Manufaturados	1.228,12	606,72	1.199,34
Uruguai	Total	56,14	88,66	410,57
	Produtos Básicos	-279,22	-125,15	-102,39
	Produtos Manufaturados	537,82	212,37	508,24

Fonte: UNCTAD

Contudo, há evidências fortes de que o Brasil tem sido o principal beneficiário no comércio intrabloco, o que está resultando em constantes objeções dos países

menores do MERCOSUL, que reivindicam uma melhor inserção de seus produtos no comércio regional. Ainda que os países do bloco apresentem uma pauta exportadora com o Brasil de maior incidência de produtos com maior valor adicionado - e conseqüentemente inseridos em etapas mais nobres na cadeia produtiva - do que com o restante do mundo, os superávits brasileiros crescentes (2002-2008) desses mesmos produtos demonstram a maior competitividade do Brasil. A tabela 2.11 mostra a evolução do saldo comercial total e por tipo de produto do Brasil com seus sócios do MERCOSUL. Os resultados evidenciam o aprofundamento da sofisticação da pauta exportadora brasileira, em especial a partir dos anos 2000.

Essa crescente sofisticação do padrão comercial brasileiro intrabloco se acentua numa análise mais desagregada do saldo comercial com os sócios, em 2008 (Tabela 2.12). A tabela indica as seções da NCM que têm maior participação no comércio intrabloco: nela, o Brasil é superavitário nas seções cujos produtos têm média-alta intensidade tecnológica, tais como da indústria química, máquinas e aparelhos, e material de transporte. Em contrapartida, o país contraiu grandes déficits nas seções com baixo conteúdo tecnológico, como animais vivos e produtos do reino animal e produtos do reino vegetal.

Tabela 2.12) Saldo Comercial por Capítulos da NCM com os Sócios do MERCOSUL, 2008. Em US$

Seção NCM		*Argentina*	*Paraguai*	*Uruguai*
	TOTAL GERAL	4.347.179.409	1.830.044.102	625.972.799
I -	**Animais Vivos e Produtos do Reino Animal**	-216.654.822	-2.650.758	-137.993.524
II -	**Produtos do Reino Vegetal**	-2.309.792.124	-317.049.162	-243.913.029
IV -	**Produtos das Indústrias Alimentares**	-31.105.433	132.698.761	52.594.017
V -	**Produtos Minerais**	-529.021.409	313.087.957	224.166.681
VI -	**Produtos das Indústrias Químicas**	448.198.439	527.632.652	20.595.527
VII -	**Plásticos**	225.211.437	112.475.771	-68.747.052
XV -	**Metais Comuns e suas obras**	1.442.100.294	152.675.086	76.196.791
XVI -	**Máquinas e Aparelhos, mat. Elétrico e suas partes**	2.969.478.695	503.628.121	260.226.983
XVII -	**Material de Transporte**	1.356.729.237	189.009.812	301.755.283

Fonte: MDIC

A formação de um bloco econômico mais coeso, no qual os países tivessem uma competitividade semelhante de suas indústrias, seria um passo importante para a consolidação do MERCOSUL como uma política de desenvolvimento. O aumento de competitividade das economias menores do bloco seria fundamental inclusive para o Brasil. A elevação do comércio intraindustrial na região possibilitaria que se reduzisse o coeficiente importado extrabloco e, por conseguinte, auxiliaria na redução da vulnerabilidade externa dos países da região, iniciando-se um círculo virtuoso no intercâmbio intrabloco que propiciasse uma redução da desigualdade social entre os países sócios.

De acordo com Sarti (2001), esse padrão de especialização do comércio no MERCOSUL reflete, em grande parte, a divisão regional do trabalho e as estratégias adotadas pelas grandes corporações. As filiais das ET instaladas no Brasil e na Argentina funcionariam como plataforma de exportações de produtos manufaturados para os outros países da região (incluindo os da ALADI), e por sua vez seriam importadoras de insumos de alta intensidade tecnológica e de bens de capital dos países centrais. Em virtude disso, Sarti salienta que a maior sofisticação da pauta comercial intrabloco não deve ser associada exclusivamente à institucionalidade do MERCOSUL, com o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Uma prova da importância das estratégias das filiais das ET na região é o padrão de especialização de Brasil e Argentina junto aos outros países da ALADI, que também apresentam maior concentração de produtos de intensidade tecnológica, mas que não gozam das vantagens comerciais do bloco.

Conclusão

A análise do período 1995-2009 permite que no MERCOSUL as vantagens de um processo de integração na esfera comercial, tais como as apresentadas pela teoria cepalina, ainda não foram totalmente atingidas. Ao contrário, a análise realizada neste capítulo evidenciou as ambigüidades existentes no comércio exterior nos países do bloco. A composição das transações intrabloco indicam a liderança brasileira, e, no

entanto tais transações têm reduzido sua importância relativa sobre as transações totais do país. Os dois países menores (Uruguai e Paraguai), que apresentam participações modestas sobre as transações intrabloco, têm no bloco um destino e uma origem fundamentais para suas exportações e importações.

A assimetria se estende na análise do padrão comercial. O MERCOSUL apresentou a característica importante de concentrar maior incidência de produtos manufaturados nas transações intrabloco, em detrimento do acirramento da "primarização" das exportações e sofisticação das importações no âmbito extrabloco. No entanto a melhor inserção comercial está restrita, sobretudo ao Brasil. O padrão comercial brasileiro frente aos seus sócios do bloco reproduz o padrão dos países centrais frente aos países da região. Desta forma, o país é importador de produtos primários, com baixo valor adicionado, e exportador de produtos manufaturados, com grande incidência de produtos com alta intensidade tecnológica como Máquinas e Equipamentos, no comércio intrabloco. Além disso, a complementaridade produtiva destacada pelos trabalhos da CEPAL, que permitiria que um padrão de comércio intrassetorial fosse estabelecido, mostrou-se incipiente.

No capítulo seguinte será, numa análise complementar, será feito um estudo a respeito da internacionalização produtiva nos países do MERCOSUL. Um dos pontos principais decorre de como os países aproveitaram as vantagens do bloco para iniciar um período de maior integração econômica através da internacionalização das empresas domésticas.

CAPÍTULO 3

A INTERNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA NO MERCOSUL.

Como foi estudado no capítulo anterior, o intercâmbio intrabloco apresentou uma maior participação de produtos manufaturados na pauta exportadora dos países sócios do MERCOSUL em relação ao intercâmbio extrabloco. Contudo, esse maior dinamismo não se refletiu no padrão comercial extrabloco e o maior dinamismo intrabloco foi fortemente influenciado pela maior competitividade dos produtos brasileiros.

Esse capítulo procura aprofundar a análise da integração do MERCOSUL, com enfoque no processo de internacionalização na região. De acordo com Sabbatini (2001): "... a consolidação do mercado ampliado regionalmente incentiva a atração de IDE, que por sua vez pode promover impactos ampliadores da competitividade local, possibilitando a capacitação dinâmica e crescente dos países envolvidos". Essa visão defendida pelo autor também é observada nos trabalhos da CEPAL, segundo os quais o investimento é uma variável fundamental para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. O capítulo estuda a recepção de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), no período 1995-2009, frisando os impactos dos grandes fluxos de investimento sobre a economia e, em especial, sobre a indústria na região.

O processo de integração pode ter grandes impactos nos fluxos de IDE recebidos e realizados. O aumento do mercado propiciado pela instauração de um bloco eleva a atratividade dos países para a recepção de IDE. Por outro lado, também pode estimular os fluxos de IDE intrabloco, em virtude das oportunidades surgidas com o bloco, como a expansão das atividades produtivas das empresas locais e a complementaridade produtiva entre os países sócios.

O maior objetivo do capítulo é o estudo da complementaridade produtiva na região, em especial o movimento das empresas brasileiras em expandir suas atividades produtivas, contribuindo para uma melhor inserção industrial dos outros sócios do bloco. A tese defendida é que a despeito das potencialidades existentes, o MERCOSUL

apresentou resultados modestos em termos da internacionalização das empresas dos países sócios e em termos de complementaridade produtiva por parte das filiais das ET.

Na verdade, os ganhos - tanto em termos da internacionalização produtiva quanto na recepção de investimento direto estrangeiro (IDE) - foram distribuídos de maneira desigual, favorecendo a economia brasileira, a mais diversificada e especializada da região, assim como aconteceu no caso do comércio exterior analisado no capítulo 2.

De acordo com o Banco Mundial, a recepção dos fluxos de IDE pode trazer benefícios aos países em desenvolvimento através de dois canais: 1) um canal macroeconômico, com melhora na qualidade do financiamento do balanço de pagamentos, aumento das exportações e aumento da produtividade e da eficiência da dotação de recursos; e 2) um canal microeconômico, com introdução de novas tecnologias para o país receptor de IDE, transbordamentos positivos (com capacitação dos recursos humanos, transferência de tecnologia, mudança de governança, etc.) que resultariam numa maior produtividade das firmas, maior acesso a mercados externos, efeito *crowding in,* uma resposta de competitividade das empresas nacionais frente à competição das filiais. (CHUDNOVSKY e LÓPEZ, 2001)

O capítulo analisa as mudanças na recepção do investimento estrangeiro no período recente (2003-2009) em relação aos períodos anteriores. Também será estudado o recente processo de internacionalização produtiva das empresas dos países bloco, especialmente do Brasil, com ênfase na gênese das denominadas empresas "multilatinas".

3.1 – O Investimento Direto no Exterior no Mundo.

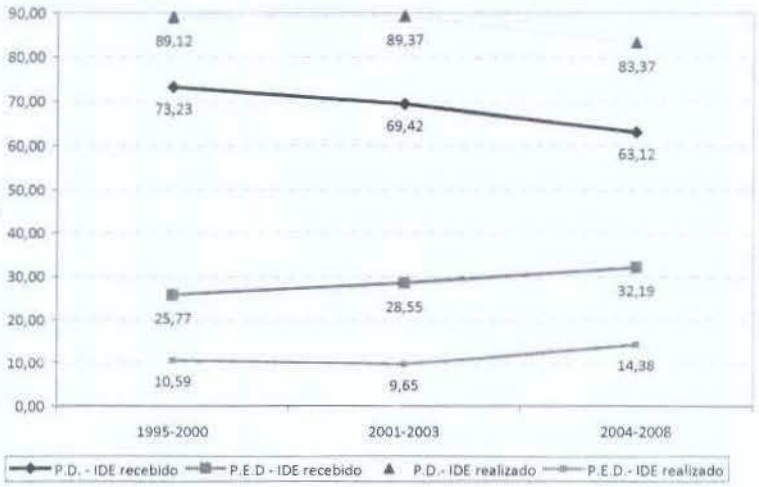
O processo de internacionalização produtiva tem apresentado algumas mudanças no período recente. Os países em desenvolvimento vêm demonstrando um maior dinamismo em relação aos países desenvolvidos, tanto no recebimento de IDE, quanto nos afluxos de investimentos estrangeiros. Isto é verificado quando analisamos as taxas

CEDOC/IE

de crescimento do IDE realizada e recebida, como também quando observamos os montantes totais de IDE e a participação dos grupos de países em relação ao total global, como é mostrado na tabela 3.1.

Apesar dos países desenvolvidos continuarem recebendo mais fluxos de investimento direto, sua participação no mundo decresceu de 73,23% no período 1995-2000 para 63,12% no período 2004-2008. Em menor escala, o mesmo fenômeno ocorre na análise da origem dos fluxos de IDE, com queda dos investimentos realizados pelos países desenvolvidos, de 89,12% para 83,37%. Concomitantemente a essa queda de participação dos países desenvolvidos, ocorre um incremento significativo da participação dos países em desenvolvimento nos fluxos de IDE. No período 1995-2000, mais de 26% dos fluxos de investimento foram recebidos por PED e, no período 2004-2008, essa participação se elevou para mais de 32%. (Gráfico 1)

Gráfico 1. Participação no IDE recebido e realizado - PD e PED



Fonte: UNCTAD

Contudo, esse aumento de dinamismo nos fluxos de IDE nos PED, no período recente, não se deu de maneira homogênea. Os países em desenvolvimento asiáticos ganharam mais destaque na economia mundial como receptores de IDE e, especialmente, como realizadores de investimentos estrangeiros. Esses países foram responsáveis por 63% do IDE recebido e por 73% do IDE realizado pelos PED.

Tabela 3.2. Mundo: Participação do IDE na Formação Bruta de Capital Fixo. Em % (1990-2007)

		1990-	*1996-2000*	*2001-2003*	*2004-2007*
Mundo	Recebido	3,99	12,09	9,67	12,02
	Realizado	4,60	11,55	8,83	12,53
P.E.D	Recebido	5,97	13,12	11,41	13,01
	Realizado	2,64	5,03	3,58	5,96
P.D.	Recebido	3,55	11,76	9,03	11,52
	Realizado	5,20	13,64	10,59	15,56
P.E.D asiáticos	Recebido	5,84	10,41	8,92	10,84
	Realizado	3,06	4,84	3,05	5,72
MERCOSUL	Recebido	4,04	20,73	16,47	13,18
	Realizado	1,01	1,93	0,46	6,38

Fonte: UNCTAD

A partir da década de 1990, num contexto de sobreliquidez internacional, causada pela manutenção de taxas de juros muito baixas por um período muito longo, e, somado a isso, a escassez de mercados de qualidade para destino de investimento – em função da recessão econômica nos países centrais na primeira metade dos anos 1990 -, permitiu que os mercados latino-americanos despontassem como receptores importantes dos fluxos financeiros, especialmente em função das taxas de retorno embutirem um grande prêmio de risco. Neste sentido, nos anos 1990 os países latino-americanos, inclusive os países do MERCOSUL e especialmente o Brasil passaram a ter uma nova fonte de financiamento. A maior recepção dos fluxos financeiros pelos países da região também decorre das reformas estruturais de forte cunho liberal, e que representaram uma forte abertura financeira e comercial. De acordo com Belluzzo e Almeida (2002):

> Os países da periferia, o Brasil inclusive, até então submetidos às condições de ajustamento impostas pela crise da divida, foram literalmente capturados pelo processo de globalização, executando seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados. A regra básica das estabilizações com abertura financeira é a da criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização. Nesse rol estão incluídos títulos da dívida pública, em geral curtos e de elevada liquidez; ações de empresas em processo de privatização; bônus e papeis comerciais de empresas e bancos de boa reputação; e posteriormente, ações depreciadas de empresas privadas, especialmente daquelas mais afetadas pela abertura comercial, valorização cambial e taxas de juros altas. (pg. 366)

3.2) MERCOSUL

3.2.1) O processo de internacionalização produtiva no MERCOSUL na década de 1990.

Os movimentos dos fluxos de recepção de IDE nos países do MERCOSUL têm sofrido grande oscilação desde meados do século XX. Também ocorreram mudanças importantes em relação aos setores industriais, que atraíram investimentos externos e no papel das filiais das empresas estrangeiras na região.

Primeiramente, é importante ressaltar que, no âmbito do MERCOSUL, Brasil e Argentina receberam o grosso dos fluxos de IDE. A partir da segunda metade do século XX até a eclosão da crise da década de 1980, os dois países passaram por um processo de industrialização por substituição de importações, no qual as filiais das empresas transnacionais tiveram um papel fundamental - em conjunto com as empresas estatais - no desenvolvimento de uma base industrial relativamente integrada e diversificada.

Na década de 1980, em virtude da severa crise internacional e seu grande impacto nas economias do MERCOSUL, os fluxos de IDE declinaram de modo drástico. As filiais das ET adotaram estratégias defensivas, resultando em um menor nível de investimentos na região.

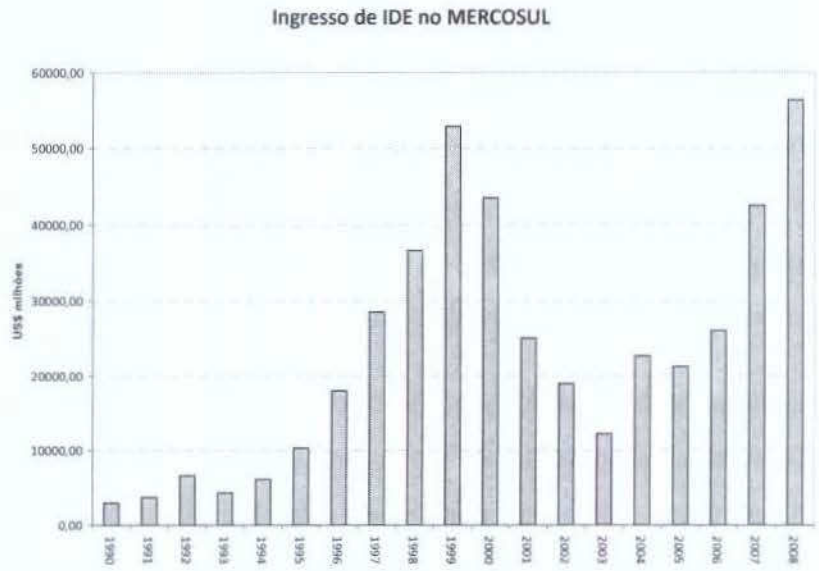
Esse quadro se reverteu a partir de meados da década de 1990, com a reversão do quadro macroeconômico, em função do sucesso dos programas de estabilização e de um maior crescimento econômico mundial, os fluxos de IDE voltaram a se destinar para os países do MERCOSUL, especialmente Brasil e Argentina. Tal retorno dos fluxos de IDE no Brasil e Argentina se insere nas reformas estruturais baseadas no Consenso de Washington (liberalização comercial e financeira, privatizações de empresas públicas). Essa reversão dos fluxos internacionais foi uma característica global, mas os países do MERCOSUL foram um dos principais focos de interesse das ET (Chudnovsky, 2001). O ingresso de IDE no Brasil e Argentina se deu a taxas muito superiores à média mundial. A tabela 3.2 mostra o grande aumento no recebimento de fluxos de IDE ao longo da década de 1990, em especial na segunda metade da década, com grande elevação na participação mundial de Brasil e Argentina. O gráfico 3.3 mostra o comportamento do IDE recebido no MERCOSUL.

Tabela 3.3. Fluxos de IDE no MERCOSUL, 1991-2000, em US$ milhões e participação sobre o

		1991-1993	*%*	*1994-1997*	*%*	*1998-2000*	*%*
Argentina	Recebido	9.663,06	1	25.353,16	1	41.696,67	1
	Realizado	1.920,37	0	7.763,56	0	4.956,79	0
Brasil	Recebido	4.454,10	0	36.339,64	2	90.213,28	2
	Realizado	1.644,00	0	2.432,04	0	6.826,01	0
Paraguai	Recebido	267,69	0	610,95	0	540,50	0
	Realizado	39,08	0	16,00	0	16,90	0
Uruguai	Recebido	145,14	0	574,30	0	672,86	0
	Realizado	0,00	0	13,20	0	5,70	0

Fonte: UNCTAD

Gráfico 2.



Fonte: UNCTAD

Existem diferentes análises dos impactos do IDE sobre as economias da região. Os economistas neoclássicos defendem que o processo de abertura econômica, como o ocorrido no Brasil, foi fundamental na modernização da estrutura produtiva. Eles sustentam que no regime de industrialização anterior (ISI), os fluxos de IDE foram motivados pela existência de um elevado protecionismo, como destaca Moreira (1999): "As empresas optaram pelo *tariff-jumping,* passaram a operar em um ambiente extremamente protegido, em que os preços domésticos superavam em larga margem os preços internacionais". Desta forma, esse regime culminou em estruturas de mercado ineficientes, nas quais havia um número excessivo de firmas que não conseguiam gerar

um ambiente competitivo sadio[10]. Além disso, o excesso de proteção, de acordo com essa visão, teria causado uma diversificação demasiada da indústria em função da inexistência de competidores internacionais, e, portanto, agravando as desvantagens de escala. A falta de competição teria tido impactos negativos na geração de inovações pelas filiais, culminando em estruturas defensivas e com elevados custos.

Neste sentido, pela visão dos neoclássicos, o regime de abertura serviu como panaceia para as falhas do passado. De acordo com Moreira (1999): "A redução da proteção contra as importações fez com que o *tariff jumping* fosse em grande parte substituído pela busca de vantagens locacionais na determinação do investimento direto". De acordo com o autor, o novo regime de industrialização resultou numa estrutura com: maior volume de inovações (de produto e processo); com maior concentração; perda de participação das empresas de capital nacional, menos eficientes; e numa maior inserção das empresas filiais das ET no comércio internacional, em virtude dos ganhos na especialização e de escala.

Em contrapartida, economistas heterodoxos defendem que o processo de abertura e a retomada dos fluxos de IDE nos anos 1990 tiveram impactos muito menos benéficos na estrutura industrial dos países do MERCOSUL. De acordo com Chudnovsky (2001) e Hiratuka e Sarti (2010), os fluxos de IDE recebidos especialmente por Brasil e Argentina, através da modalidade F&A, teriam resultando em baixas taxas de investimento efetivas e baixo incremento na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), como é destacado na tabela 3.2. Apesar do *boom* de ingresso de IDE experimentado na região na década de 1990 ter implicado numa forma de financiamento do balanço de pagamentos com uma menor volatilidade daquela apresentada nos anos 1980, as remessas de dividendos das filiais para as matrizes diluíam os impactos positivos dessa modalidade de investimento. Além disso, os autores mostraram-se céticos quanto à sustentabilidade desse modelo de financiamento do balanço de pagamentos, em função de uma possível mudança do quadro macroeconômico na região. A análise desses autores é que, ao contrário do que era defendido pelos economistas neoliberais, a aposta no IDE como um vetor que promoveria o crescimento

[10] De acordo com Moreira (1999), essa deterioração na condição de competição, no caso brasileiro, ocorreu para todas as categorias de uso, com maior destaque para a de bens duráveis e a de bens de capital.

da economia se mostrou equivocado. O que ocorreu de fato, em virtude das estratégias adotadas pelas ET influenciadas pela conjuntura macroeconômica, foi um agravamento das restrições externas e uma desnacionalização da indústria.

O aumento das exportações com um maior valor adicionado, em conseqüência do regime de abertura, como era propagado pelos economistas convencionais, não ocorreu de fato. O que se observou foi um aumento do coeficiente de importação das filiais das ET, em nível muito superior ao das empresas nacionais, enquanto as filiais das ET apresentavam um coeficiente de exportação similar ao das empresas domésticas[11]. O maior coeficiente de importação das filiais das ET pode ser atribuído à maior integração dessas empresas ao comércio internacional, quando comparadas com suas concorrentes domésticas. Portanto, essas empresas têm maior capacidade de se beneficiar da abertura comercial, em particular obtendo insumos e produtos finais de outras filiais ou das matrizes da corporação.

A tabela 3.3 indica a participação do IDE à FBCF ao longo da década de 1990. A partir de meados da década há um enorme aumento da participação do capital estrangeiro na FBCF, a relação é superior a 20% no Brasil e na Argentina. De acordo com Sarti e Laplane (2002), ao contrário do que poderíamos concluir – e de acordo com a tese defendida pelos economistas liberais -, esse fato não demonstra a contribuição do IDE para o crescimento do investimento. Como salientam os autores: "Na nossa avaliação, há outra interpretação, mais plausível, para o mesmo fenômeno. O fato de a FBCF não acompanhar o crescimento do IDE evidencia a sua pequena contribuição para o aumento da taxa de investimento e não o contrário".

Tabela 3.4. MERCOSUL: Participação do IDE na Formação Bruta de Capital Fixo. Em % (1991-2000)

País		*1991-1995*	*1996-2000*
Argentina	Recebido	9,15	22,41
	Realizado	2,00	3,79
Brasil	Recebido	2,22	20,33
	Realizado	0,72	1,27
Paraguai	Recebido	6,28	11,46
	Realizado	0,62	0,36
Uruguai	Recebido	4,00	6,35
	Realizado *		0,14

* A UNCTAD dispõe dados somente a partir de 1997

Fonte: UNCTAD

É importante destacar quais foram os setores que receberam maiores ingressos de IDE nos anos 1990, e quais foram as estratégias adotadas pelas ET no período. De

[11] Chudnovsky salienta que no período 1992-97 a propensão a exportar das filiais das ET na verdade se reduziu.

modo geral, o setor manufatureiro perdeu terreno *vis-a-vis* o setor de serviços nos anos 1990, em relação à estrutura industrial existente até os anos 1980. As tabelas 3.6 e 3.7 apresentam dados referentes aos estoques de IDE e a participação setorial dos investimentos para o Brasil e para a Argentina. No caso argentino, não há uma grande alteração dos estoques de IDE em 2000 em relação a 1995 em termos da participação dos setores de atividade sobre o total do estoque de IDE. Entretanto, no caso brasileiro a perda de participação do setor manufatureiro em detrimento do setor de serviços é evidente. Em 1995, o estoque de IDE recebido na indústria representava 67% do estoque total, enquanto que o setor de serviços representava 30%. Em 2000, observamos uma grande reversão desse quadro, de tal forma que o setor industrial passa a representar 34% do estoque de IDE recebido, e o setor de serviços assume a liderança representando mais de 60% do total do estoque de IDE recebido.

Esse aumento de importância do setor de serviços está diretamente relacionado ao intenso processo de privatização ocorrido no Brasil e Argentina (de modo mais intenso do que nos dois países menores do bloco). Essa modalidade foi uma das principais formas de entrada de capital estrangeiro nos dois países na década de 1990.

A tabela 3.5 tem dados referentes à parcela de IDE recebida pelos países do MERCOSUL, que foi revertida na compra de ativos já existentes (Fusões e Aquisições), em relação ao total de IDE recebido. Num sentido macroeconômico, tal aquisição de ativos já existentes não pode ser caracterizada como investimento, e os impactos sobre o crescimento da economia são indiretos. Os dados apontam uma grande participação dessa modalidade de IDE no Brasil e na Argentina, especialmente na segunda metade da década de 1990. As F&A estavam associadas ao intenso processo de privatização, o que tornava previsível a queda desse tipo de IDE após o esgotamento do processo de venda de empresas públicas nesses dois países. E, além disso, explicitava as limitações em confiar um processo de crescimento sustentado ao IDE. Assim, diferentemente do que ocorreu na década de 1970, o IDE destinado para Brasil e Argentina – e na América Latina em geral - nos anos 1990 teve um impacto muito mais forte em termos patrimoniais do que na direção de aumentar a capacidade produtiva (IEDI, 2006).

Tabela 3.5 Relação entre F&A e IDE Recebido no MERCOSUL, 1991-2008, em %

País	*1991-1995*	*1996-2000*	*2001-2003*	*2004-2008*
Argentina	31,34	71,53	45,37	-5,82
Brasil	32,96	48,41	16,02	18,52
Paraguai	0,00	4,29	6,58	1,84
Uruguai	8,75	11,86	2,77	5,34

Fonte: WIR 2009

Tabela 3.6. Ingresso de IDE no Brasil - Atividade econômica, estoque **US$**

Atividade Econômica	*Estoque e Participação sobre o total*			
	1995	*%*	*2000*	*%*
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	**924.**	**2.**	**2.401.**	**2**
Indústria	**27.9**	**66**	**34.72**	**3**
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.82	6,	4.618,	4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.63	3,	1.572,	1
Fabricação de produtos químicos	5.33	12	6.042,	5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1.53	3,	1.781,	1
Metalurgia básica	3.00	7,	2.513,	2
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.34	5,	3.324,	3
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.83	11	6.351,	6
Serviços	**12.8**	**30**	**65.88**	**6**
Eletricidade, gás e água quente	0,29	0,	7.116,	6
Construção	202,	0,	415,6	0
Comércio por atacado e intermediários do comércio	2.13	5,	5.918,	5
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	669,	1,	3.892,	3
Correio e telecomunicações	398,	0,	18.76	1
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1.63	3,	10.67	1
Serviços prestados principalmente às empresas	4.95	11	11.01	1
Total	**41.69**	**10**	**103.01**	**1**

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 3.7. Ingresso de IDE na Argentina- Atividade

Atividade Econômica	*Estoque e Participação sobre o total*			
	1995	*%*	*2000*	*%*
Petróleo		**14.11**		**13.17**
Mineração		**0,40**		**2,28**
Industria Manufacturera		**37,70**		**36,29**
Alimentos, bebidas e tabaco		12,69		9,57
Têxtil e Couros		0,30		0,54
Papel		2,02		2,84
Química, borracha e plástico		11,38		9,71
Cimento		1,66		1,75
Metais comuns e elab. de metais		2,32		2,94
Máquinas e equipamentos.		2,28		2,13
Industria automotriz e eq. de transporte		5,05		6,82
Serviços		**40,91**		**39,85**
Eletricidade, Gás e Água		17,42		15,37
Comércio		4,15		4,12
Transporte e Comunicações		10,31		8,50
Bancos		9,03		11,86
Outros		**6,87**		**8,41**
TOTAL		**100,00**		**100,00**

Fonte: DNCI – INDEC

Quanto à origem do capital estrangeiro, no caso brasileiro os Estados Unidos mantiveram-se, na década de 1990, como o principal país investidor. O Japão, a Alemanha e a Suíça, que respondiam por cerca de um quarto do capital investido no país, perderam participação ao longo da década, representando menos de 10% do estoque em 2000. Espanha, Portugal e França, em função de grandes inversões nas compras de empresas públicas, aumentaram muito suas participações no total do capital

investido no Brasil. A Espanha, que tinha uma participação de menos de 1% do estoque total em 1995, saltou para quase 12% em 2000. O investimento espanhol foi destinado, sobretudo para o setor de serviços financeiros. É interessante ressaltar que os países do MERCOSUL foram investidores de pequeno peso ao longo da década. A Argentina e Uruguai, os dois principais investidores da região, representavam menos de 3% do capital aplicado no Brasil.

Quando analisamos o comportamento do estoque de IDE recebido pela Argentina (tabela 3.6), observamos uma queda grande da participação dos Estados Unidos, que em 2000 perdem o posto de principal investidor naquele país. A queda de participação norte-americana é concomitante à ascensão dos países europeus e, tal como no Brasil, especialmente da Espanha, que passa a ser o principal investidor no país vizinho em 2000. Assim como no caso brasileiro, há pouca importância nos investimentos intrabloco, sendo que o principal investidor sul-americano na Argentina em 2000, o Chile, nem mesmo é sócio do MERCOSUL.

Isso mostra o baixo grau de integração e complementaridade produtiva na região na década de 1990. Com exceção de alguns setores industriais, as estratégias das filiais das ET, concentradas no Brasil e na Argentina, voltaram-se à exploração do mercado interno dos países receptores – a estratégia de *marketing seeking*, de acordo com a classificação de Dunning.

Tabela 3.8. Origem de IDE brasileiro, estoque, em US$

País	*Estoque*	*%*	*Estoque*	*%*
Estados Unidos	10.852.18	26,03	24.500.11	23.78
Alemanha	5.828.04	13,98	5.110,24	4,96
Suíça	2.815,30	6,75	2.252,05	2,19
Japão	2.658,52	6,38	2.468,16	2,40
França	2.031,46	4,87	6.930,85	6,73
Reino Unido	1.862,61	4,47	1.487,95	1,44
Canadá	1.818,98	4,36	2.028,30	1,97
Holanda	1.545,80	3,71	11.055,33	10,73
Itália	1.258,56	3,02	2.507,17	2,43
I.Virgens	901,22	2,16	3.196,58	3,10
I. Cayman	891,68	2,14	6.224,81	6,04
Uruguai	874,15	2,10	2.106,62	2,04
Bermudas	853,07	2,05	1.940,05	1,88
Panamá	677,41	1,62	1.580,41	1,53
Suécia	567,16	1,36	1.578,47	1,53
Bélgica	558,23	1,34	656,65	0,64
Bahamas	509,69	1,22	944,02	0,92
Luxemburgo	408,05	0,98	1.034,11	1,00
Argentina	393,58	0,94	757,79	0,74
A. Holandesas	269,53	0,65	493,21	0,48
Liechtenstein	254,72	0,61	364,70	0,35
Espanha	251,01	0,60	12.253,09	11,89
Portugal	106,61	0,26	4.512,10	4,38
Total	**41.695,62**	**100,00**	**103.014,51**	**100,00**

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 3.9 - Origem do IDE argentino, estoque, em US$ milhões

País/ Região	*Estoque*	*%*	*Estoque*
Europa	**10.133**	**36,20**	**36.873**
Alemanha	1.139	4,07	2.090
Espanha	1.809	6,46	16.612
França	1.667	5,95	4.971
Itália	1.141	4,08	2.729
Países Baixos	1.932	6,90	5.470
Reino Unido	987	3,53	2.359
Outros	1.458	5,21	2.642
A. do Norte	**10.234**	**36,56**	**17.641**
Estados Unidos	9.112	32,55	15.864
Outros	1.122	4,01	1.777
A. Central e	**3.520**	**12,58**	**6.388**
A. do Sul	**3.065**	**10,95**	**5.113**
Chile	1.689	6,03	3.445
Outros	1.376	4,91	1.667
Outras Regiões	**1.039**	**3,71**	**1.586**
TOTAL	**27.991**	**100**	**67.601**

Fonte: INDEC

De modo geral, na análise do processo de internacionalização das empresas oriundas dos países do bloco, é nítida a assimetria existente entre a recepção e a realização de IDE. De acordo com Hiratuka e Sarti (2010), discutindo o caso brasileiro:

> O dinamismo observado nos fluxos de IDE nos 90 e ao longo da primeira metade dos anos 2000 acentuou uma das características do padrão de inserção externa brasileira que diz respeito à assimetria entre, de um lado, a elevada presença de empresas estrangeiras e, de outro, o baixo grau de internacionalização produtiva das empresas nacionais.

Ao contrário do que foi preconizado pelos economistas neoliberais, a tendência de maior internacionalização das empresas domésticas induzido pelo choque de competitividade, a partir da abertura comercial e do aumento da participação das filiais das ET, não ocorreu. Esta análise ficará restrita aos dois maiores países do bloco, em função dos resultados pouco expressivos das empresas uruguaias e paraguaias (como é possível observar na tabela 3.3).

Gráfico 3.

Fonte: UNCTAD

O gráfico 3 ilustra o comportamento do IDE realizado de Brasil e Argentina nos anos 1990. As empresas brasileiras não obtiveram grande destaque na expansão de suas atividades produtivas, apesar da elevação do IDE realizado nos últimos anos da década.

Esse pouco dinamismo das empresas brasileiras na internacionalização de suas atividades ficará mais evidente no estudo de tal processo no período mais recente (2001-2009).

Num cenário anterior à formação do bloco, as empresas brasileiras que investiram na Argentina buscavam o *tariff-jumping*, em virtude da forte proteção ao mercado interno local. A consolidação do bloco derrubou grande parte das barreiras tarifárias e culminou com uma elevação do IDE realizado pelo Brasil a partir de meados da década de 1990. Os principais determinantes dessa elevação dos fluxos foram: a busca por ativos que proporcionassem maior proximidade aos clientes; a exploração de ativos que já haviam sido desenvolvidos pelas empresas; e o acesso a mercados que, apesar do estabelecimento do bloco, ainda permaneciam relativamente fechados.

As empresas argentinas apresentaram maior dinamismo que as brasileiras nos anos 1990 e, também, em relação ao próprio desempenho argentino na década de 2000.

3.2.2. A recepção de IDE no MERCOSUL nos anos 2000.

Como pode ser observado no gráfico 3.1, após o ingresso de IDE atingir um montante de quase US$ 53 bilhões em 1999, há uma diminuição do ingresso até 2004, quando um novo ciclo de entrada de IDE se inicia na região. O quadro econômico internacional desfavorável, em função da eclosão da crise das empresas "*dot.com*", resultou numa redução drástica dos fluxos de investimento para o MERCOSUL nos primeiros anos da década de 2000. A partir de 2004, os fluxos de IDE voltam a crescer, acompanhando a tendência internacional. No triênio 2004-2006, houve elevação na participação dos fluxos de IDE recebidos para todos os países do bloco, com exceção do Brasil, como pode ser observado na tabela 3.10 a seguir.

Tabela 3.10. Fluxos de IDE no MERCOSUL e participação sobre o total mundial, fluxos

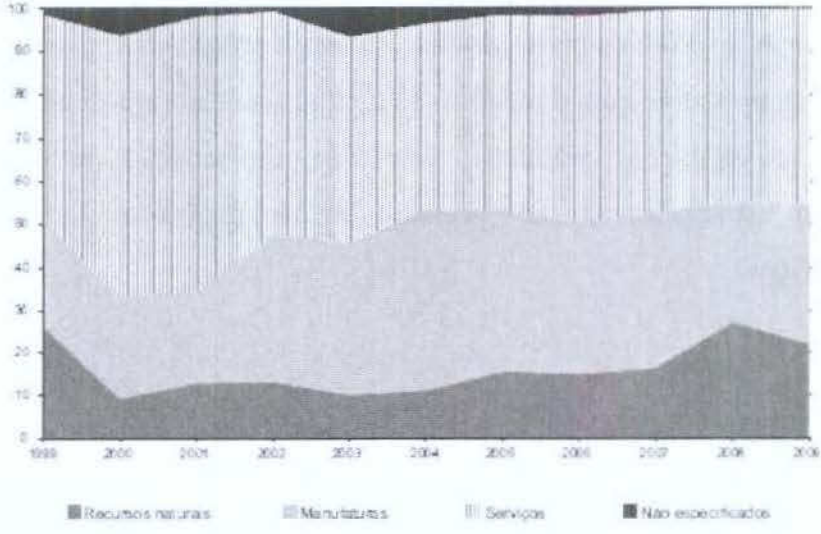
País		2001-2003	%	2004-2006	%	2007-2008	%
Argentina	IDE recebido	5.967,06	0,3	14.927,32	0,47	15.326,03	0,42
	IDE realizado	307,52	0,02	4.425,77	0,14	2.855,45	0,07
Brasil	IDE recebido	49.191,08	2,44	52.034,38	1,64	79.643,06	2,17
	IDE realizado	473,82	0,03	40.526,18	1,26	27.523,73	0,69
Paraguai	IDE recebido	121,6	0,01	264,48	0,01	505,1	0,01
	IDE realizado	9,3	0	19,2	0	15,6	0
Uruguai	IDE recebido	907	0,05	2.673,21	0,08	3.493,50	0,1
	IDE realizado	34,9	0	53	0	90,3	0

Fonte: UNCTAD

A composição dos setores receptores de IDE alterou-se de maneira substancial nessa retomada dos fluxos de IDE na região. Essa alteração é nítida no caso brasileiro, como é destacado na tabela 3.12. O setor de serviços, que apresentou elevado dinamismo na década de 1990, principalmente em decorrência do intenso processo de privatização, perde espaço para a indústria e, sobretudo, para os setores da Agricultura, Pecuária e Extrativo mineral. Por um lado, tal movimento pode ser explicado pela natural redução do ritmo de investimentos do setor de serviços, com o esgotamento do período de *boom* das privatizações. Por outro, a elevação da participação da indústria e da agricultura podem ser atribuídas a fatores macroeconômicos e à conjuntura internacional. Embora se refira à América Latina, o gráfico 4 elucida bem o movimento do IDE recebido pelos países da região e a sua transformação setorial. Essa mudança setorial na recepção de IDE também reflete o ganho de importância do IDE de tipo *resourse seeking*, de acordo com a classificação de Dunning.

Gráfico 4.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: SETORES DE DESTINO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO, 1999-2009
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estimativas com base em cifras oficiais de 6 de abril de 2010

O reaquecimento da demanda doméstica, que a partir de 2004 passa a ser o principal vetor de crescimento da economia brasileira, ajuda a compreender o ganho de importância do setor industrial – a participação da metalurgia sobre os fluxos de IDE recebidos no triênio 2007-2009 foi de 12,4%. Contudo, também ocorreu um aumento na participação de IDE de setores industriais com menor intensidade tecnológica, como o setor de alimentos e bebidas, que no triênio 2004-2006 teve uma participação de 12,7%, e redução de participação de setores mais intensivos em tecnologia, como o automotivo.

A elevação do preço das *commodities* no mercado internacional e a questão do abastecimento de produtos alimentares e energéticos puseram o Brasil num papel de destaque na economia mundial[12].

A mudança da composição setorial também se reflete na queda da modalidade de F&A como forma de ingresso de IDE, em relação à segunda metade da década anterior (tabela 3.5). Isto indica que cada vez mais os investimentos recebidos estrangeiros que chegam ao bloco têm representado novos projetos de investimento, o tipo de investimento *green field.* Além disso, com exceção do Uruguai, que passa a ser receptor de maiores fluxos de IDE nos anos 2000, observa-se uma redução na relação IDE/FBCF em todos os demais países do bloco (tabela 3.11).

A crise econômica eclodida em 2008 culminou numa redução drástica dos fluxos de IDE recebido pelos países do MERCOSUL. Contudo, como destaca o relatório da CEPAL, a respeito do investimento direto estrangeiro de 2010, apesar da queda o montante de IDE recebido em 2009, foi o quinto maior da história na América Latina. A tabela 3.13 indica que, com exceção do Paraguai, onde ocorreu um aumento de IDE em 2009 em relação a 2008, os países do bloco tiveram grandes reduções na recepção dos fluxos. Ainda de acordo com o relatório da CEPAL, no caso brasileiro essa inflexão do movimento do IDE foi resultante, sobretudo, da redução da participação dos investimentos estrangeiros no setor primário (29,2% em 2008 e 13,1% em 2009) e no setor de serviços.

---

[12] Como destacam Hiratuka & Sarti (2010): "A crise financeira internacional iniciada em 2008 e as políticas adotadas para o seu enfrentamento suscitaram novas preocupações com relação ao acirramento de medidas protecionistas e novas estratégias de segurança energética e alimentar"

Tabela 3.11. Participaçao do IDE Recebido na Formação Bruta de Capital Fixo, 2001-2008, em %

País	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*200*
Argentina	5,7	17,6	8,4	14,1	13,4	11,1	10,2	11.6
Brasil	23,8	20,0	12,0	17,0	10,7	10,5	14.8	15,1
Paraguai	7,5	1,1	2,6	2,9	3,7	9,8	8,7	10,2
Uruguai	12,8	15.6	39,4	22,3	29,5	41,5	30,7	36,6

Fonte: WIR 2009

Na Argentina, onde a queda do IDE recebido em 2009 em relação a 2008 foi de 50%, os setores que parecem mais atrativos, em função do número de projetos anunciados, é o de serviços (especialmente o atacado e os serviços prestados para empresas). O setor manufatureiro sofreu uma redução no número de projetos de investimento em 2009, em relação a 2008, o que parece refletir a contração do setor nas exportações argentinas.

No Uruguai, apesar da redução de 38% no período 2008-2009, o montante recebido em 2009 foi alto em comparação com a média da primeira metade da década. Em função dos projetos anunciados para 2009, o setor de papel e celulose aparece como um dos mais dinâmicos.

Em suma, os países do bloco apresentam uma maior incidência na recepção de IDE nos setores de recursos naturais, manufaturados com baixa e média intensidade tecnológica, e de serviços. A região continua recebendo poucos investimentos estrangeiros na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fato que segundo a CEPAL reflete tanto a dificuldade dos países sócios do MERCOSUL em atrair atividades mais dinâmicas para o bloco, quanto o empecilho encontrado pelos países em se inserem em segmentos de maior valor adicionado na cadeia produtiva global.

Ainda de acordo com CEPAL (2010), o IDE teve uma função importante na transferência de tecnologia para a região no período recente. Contudo, seus benefícios ficaram num patamar inferior daquilo que é demonstrado usualmente pela teoria econômica. De acordo com o relatório da comissão:

Tabela 3.12. Ingresso de IDE no Brasil - Atividade econômica, estoque e fluxos acumulados(US$ milhões)

Atividade Econômica	*Estoques Acumulados e Participaçãosobre o Total*				*Fluxos Acumulados e Participação sobre o Total*					
	1995	*%*	*2000*	*%*	*2001-2003*	*%*	*2004-2006*	*%*	*2007-2009*	*%*
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	**924,99**	**2,22**	**2.401,08**	**2,33**	**3.618,42**	**6,86**	**4.630,31**	**7,23**	**22.451,91**	**20,7**
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	207,23	0,5	288,13	0,28	253,33	0,48	552,55	0,86	1.070,04	0,99
Extração de petróleo e Gás Natural	72,01	0,17	1.022,48	0,99	2.232,77	4,23	1.916,13	2,99	4.522,58	4,17
Extração de minerais metálicos	566,71	1,36	611,19	0,59	1.014,00	1,92	1.892,75	2,96	15.170,94	14
Indústria	**27.907,0**	**66,9**	**34.725,62**	**33,**	**19.062,30**	**36,**	**25.854,41**	**40,**	**38.103,79**	**35,**
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.827,52	6,78	4.618,65	4,48	2.844,80	5,4	8.159,63	12,8	4.400,79	4,06
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.633,66	3,92	1.572,73	1,53	509,08	0,97	2.133,33	3,33	1.239,22	1,14
Fabricação de coque, refino de petróleo, e biocombustíveis	-		0,69	0	6,95	0,01	274,35	0,43	4.401,11	4,06
Fabricação de produtos químicos	5.331,12	12,8	6.042,71	5,87	4.034,93	7,65	3.260,49	5,09	2.130,28	1,97
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1.538,66	3,69	1.781,93	1,73	563,3	1,07	838,79	1,31	1.573,40	1,45
Metalurgia básica	3.004,90	7,21	2.513,35	2,4	919,39	1,7	2.839,96	4,4	13.452,64	12,
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.837,70	11,6	6.351,39	6,17	4.272,44	8,1	2.062,80	3,22	3.999,30	3,69
Serviços	**12.863,5**	**30,9**	**65.887,81**	**64**	**30.041,69**	**57**	**33.533,49**	**52,**	**47.789,06**	**44,**
Eletricidade, gás e água quente	0,29	0	7.116,35	6,91	3.625,19	6,88	5.082,32	7,94	2.497,47	2,31
Construção	202,68	0,49	415,62	0,4	589,55	1,12	848,35	1,33	3.618,32	3,34
Comércio por atacado e intermediários do comércio	2.132,20	5,11	5.918,09	5,74	1.529,09	2,9	2.244,11	3,51	4.315,39	3,98
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	669,11	1,6	3.892,99	3,78	2.162,63	4,1	3.190,31	4,98	3.781,67	3,49
Intermedlação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1.638,38	3,93	10.671,26	10,4	3.533,48	6,7	4.382,59	6,85	12.133,93	11,2
Total	**41.695,6**	**100**	**103.014,51**	**100**	**52.722,41**	**100**	**64.018,21**	**100**	**108.344,76**	**100**

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 3.13 IDE Recebido pelos Países do MERCOSUL. Em US$ milhões e %.

País	*2000-2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*	*Diferença Absoluta 2008-2009*	*Diferença Relativa 2008-2009, %*
Brasil	19 197.2	18	34	45 058.2	25	-19 109.6	-42.4
Argentin	4 295.9	5 537.0	6 473.0	9 725.6 4	4 894.5	-4 831.0	-49.6
Uruguai	393.4	1 493.5	1 329.5	1 840.7	1 138.8	-701.9	-38.1
Paraguai	52.8	95.0	201.8	109.1	184.2	75.0	68.7

Fonte: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)

> O IDE parece ter um impacto maior como fonte de financiamento do que como um transmissor de conhecimento e tecnologia, ou como um catalisador para uma mudança estrutural nas economias da região. O que sugere que outras condições são requeridas para maximizar seus benefícios, e que o IDE deveria ser tratado como parte de uma estratégia de desenvolvimento mais ampla, com maior ênfase na capacitação tecnológica. Fortalecer os sistemas de educação e inovação é uma condição essencial.(CEPAL 2010).

A conclusão da CEPAL é consonante com o estudo realizado por Chudnovsky e Lopez (2007). Os autores, ao examinarem a entrada de IDE nos países do bloco na década de 1990 e primeira metade da década de 2000, não encontraram impactos macroeconômicos significativos resultantes do processo. Os impactos parecem ter sido muito mais sentidos na esfera microeconômica. No entanto, tais efeitos sobre a produtividade das empresas nacionais, fornecedoras das filiais das ET, foram ambíguos, de acordo com o estudo. O único caso em que parece ter havido transbordamentos tecnológicos das filiais para as empresas nacionais foi no Brasil.

Desta forma, os benefícios da entrada de IDE no bloco também se deram de forma heterogênea, com o Brasil sendo o maior beneficiado. O país 1) centralizou as principais operações das filiais das ET no âmbito regional; 2) recebeu a maior parte de IDE de maior tecnologia; e 3) o conteúdo tecnológico de suas exportações foi maior que nos outros países do MERCOSUL.

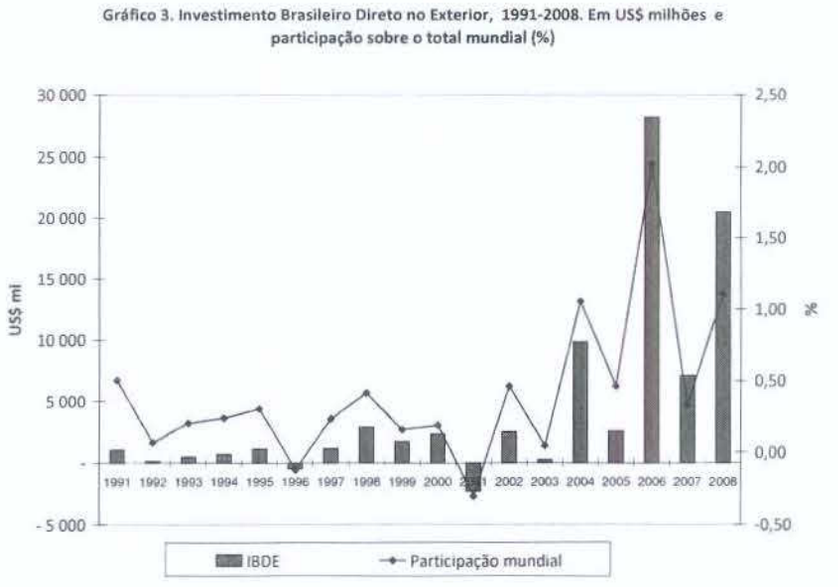
Os autores sugerem medidas que serviriam para maximizar os benefícios das entradas de IDE nos países do bloco, e para que seja estabelecido um IDE com maior qualidade. Entre elas, estariam 1) o fortalecimento das capacidades e competências das empresas locais, com intensificação do processo organizacional na produção e no comércio; 2) a maior difusão de políticas de P&D, tanto para as filiais quanto para as empresas locais; 3) o maior esforço para que, nas negociações com as matrizes, os

países recebam nas filiais atividades com maior conteúdo tecnológico, podendo desta forma produzir "produtos globais" a serem exportados para o resto do mundo; 4) o estímulo para o aperfeiçoamento dos fornecedores locais, a fim de transmitir transbordamentos para as empresas locais; e 5) a promoção de formas de integração das empresas locais em cadeias de valor lideradas pelas ET.

3.2.3. A realização de IDE no MERCOSUL nos anos 2000.

A análise da tabela 3.10 indica uma nova tendência para a internacionalização produtiva nos países do MERCOSUL. Ocorreu uma redução da assimetria entre o montante de IDE recebido e o IDE realizado. Especialmente na análise do caso brasileiro, há um claro movimento de internacionalização das empresas locais no período 2004-2008. Como foi indicado pelo gráfico 1, esse movimento não foi exclusivo do país, mas uma característica dos PED. Contudo, tal fenômeno não foi reproduzido nos outros países do MERCOSUL, de modo que o Brasil foi responsável por mais 90% do IDE realizado pela região no período.

Gráfico 4.



Fonte: UNCTAD

O impulso do Investimento Brasileiro Direto no Exterior (IBDE) está atrelado a alguns fatores determinantes: 1) ao contexto de forte crescimento da economia brasileira no período 2004-2008; 2) às melhores condições de financiamento, com maior acesso ao crédito de longo prazo, e melhor condição de autofinanciamento por parte das empresas; 3) à valorização do real no período, que desestimulou uma estratégia de expansão das exportações e, em contrapartida, estimulou que as empresas fizessem o "salto" para a realização do IDE e, além disso, tornou os ativos estrangeiros avaliados em dólar mais baratos frente ao real; 4) às políticas públicas de incentivo, em especial do BNDES; 5) às baixas taxas de juros nos mercados internacionais combinadas com uma conjuntura de elevada liquidez internacional; e 6) à obtenção de vantagens de propriedade.

A internacionalização das atividades produtivas das empresas do bloco é uma questão central. Como já mencionado anteriormente, esse movimento é fundamental para a consolidação do MERCOSUL como um bloco que promova um padrão comercial com maior participação de produtos de maior valor adicionado e, portanto, que tenha maior incidência do intercâmbio intra-industrial (pautado pela diferenciação dos produtos), em detrimento do intercâmbio inter-industrial, o qual tem sido característico do comércio regional, como apontado no capítulo 2.

No mesmo capítulo 2 foi demonstrado que este tipo de intercâmbio tem sido predominante na relação comercial do Brasil com seus sócios no MERCOSUL. É um padrão comercial que vem contribuindo pouco para uma melhor inserção dos produtos do MERCOSUL no mercado internacional e, além disso, tem provocado conflitos internos no bloco – isso em decorrência dos benefícios da integração não estarem sendo partilhados de forma equânime, e sim privilegiando a economia brasileira, mais diversificada e competitiva.

Gráfico 6

Fonte: Banco Central do Brasil

A recente onda de internacionalização da atividade produtiva das empresas brasileiras teria sido, portanto, uma excelente oportunidade para intensificar as relações econômicas intrabloco e, sobretudo, para elevar a complementaridade produtiva na região. O estoque de investimento direto estrangeiro realizado pelo Brasil atingiu, em 2008, o patamar de US$ 122 bi (gráfico 6) e um fluxo de US$ 28 bi em 2006 (gráfico 3), superando pela primeira vez o fluxo de IDE recebido (US$ 18 bi), atingindo uma participação de 2% nos fluxos mundiais.

Na tabela 3.14 são apresentados dados dos principais países de destino de IBDE em 2009. A análise dos dados dispostos na tabela defronta com sérias limitações: três dos principais países receptores são paraísos fiscais (Ilhas Cayman, Ilhas Virgens e Ilhas Bahamas), destinos que juntos significaram 60% do total de IBDE no ano. De acordo com Iglesias (2007), isto reflete as políticas de planejamento financeiro e a minimização dos custos financeiros das empresas brasileiras. Tais medidas dificultam a análise do destino final dos fluxos de IBDE. A partir desses países receptores, o capital deve seguir para outros destinos e, por isso, uma forma encontrada para auferir a participação dos outros países, com menor distorção, é a exclusão dos paraísos fiscais no cálculo da participação relativa.

Tabela 3.14) Estoque de IBDE no Exterior: Principais países de destino

País	*US$ milhões*	*%*	*% Exclusive os paraísos fiscais*
Ilhas Cayman	52.105,08	42,66	-
Ilhas Virgens	11.179,75	9,15	-
EUA	10.555,73	8,64	21,43
Bahamas	9.594,38	7,86	-
Espanha	5.207,83	4,26	10,57
Dinamarca	5.103,12	4,18	10,36
Luxemburgo	3.617,05	2,96	7,34
Argentina	3.521,45	2,88	7,15
Uruguai	2.518,23	2,06	5,11
Holanda	2.465,70	2,02	5,01
-			
Total	122.140,10	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil

A despeito da reversão sofrida no IBDE em 2009, e que implicou em um valor negativo dos fluxos – devido sobretudo à amortização de empréstimos por parte das subsidiárias –, o Brasil foi o principal país latino-americano, junto com o México, na realização de investimentos estrangeiros no período 2005-2008 (gráfico 7). Além disso, em função da grande atividade das empresas brasileiras na aquisição de empresas no exterior e no anúncio de novos investimentos para o ano, a CEPAL (2010) considera a possibilidade de subestimação do agregado de IBDE (tabelas 3.15 e 3.16).

Tabela 3.15) Principais Aquisições pelas Empresas Brasileiras, em 2009. Em US$ milhões

Companhia Adquirida	*Setor*	*País*	*Adquirida*	*Valor*
Rio Tinto-Potash Assets	Potássio e Soda	Argent	Vale	850
Banco Itaú Europa	Serviços Financeiros	Portug	Banco Itaú	498
Esso Chile Petrolera	Refino de Petróleo	Chile	Petrobras	400
Cementos Argos AS	Cimento Hidráulico	Colôm	Vale	373
El Hatillo, mina de carvão	Carvão	Colôm	Vale	306
Cementos Avellane	Cimento Hidráulico	Argent	Votorantim	202
Banco Espírito Santo S.A.	Serviços Financeiros	Portug	Banco	132

Fonte: ECLAC

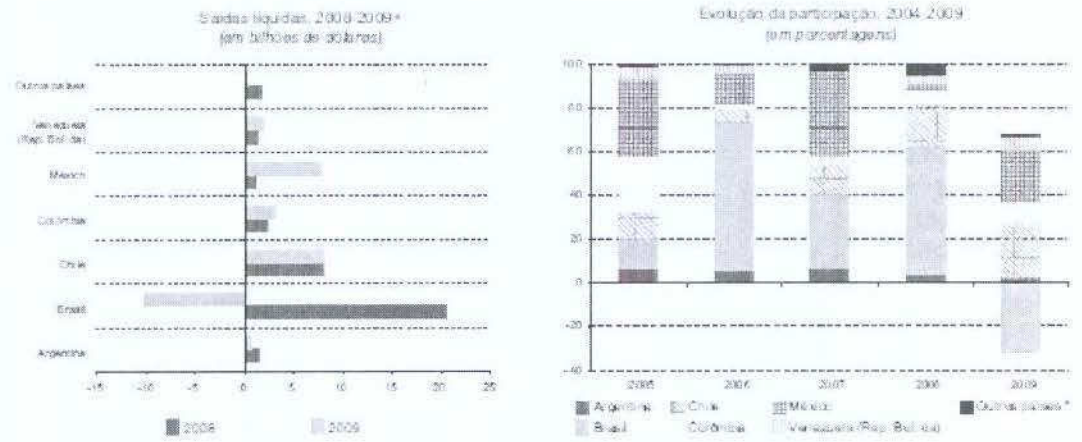
Tabela 3.16) Principais Anúncios de Investimento Estrangeiro das Empresas Brasileiras (acima de US$ 100 mi), em 2009. Em US$ milhões

Companhia	*País Recebedor*	*Setor*
Braskem	México	Plásticos
Braskem	Peru	Plásticos
Grupo Vororantim	Peru	Metais
Petrobras	Turquia	Petróleo, carvão e gás natural
JBS	Rússia	Alimento e Tabaco

Fonte: ECLAC

Gráfico 7.

AMERICA LATINA E CARIBE: INVESTIMENTO DIRETO NO EXTERIOR. PRINCIPAIS PAISES INVESTIDORES



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estimativas com base em cifras oficiais de 6 de abril de 2010

Nos anos 2000, as empresas brasileiras se consolidaram na América Latina em termos de vendas e de investimentos diretos no exterior, bem como de número de empregados fora do Brasil [13]. A tabela 3.18 indica grande crescimento no que diz respeito às vendas e ao número de empregados no exterior, e do grau de internacionalização das multinacionais brasileiras, na variação do IBDE entre os anos de 2008 e 2006. Hiratuka & Sarti (2010) destacam que a maior parte do IBDE teve como destino a América Latina (46%), seguida pela Europa (21%) e a América do Norte (17%).

Tabela 3.18) Grau de Internacionalização das 20 maiores multinacionais brasileiras

	2006	*2007*	*2008*	*Variação 2008/2006 (%)*
Vendas (US$ bilhões)				
Totais	175,1	225,2	290	65,6
No Exterior	37,7	54,4	73,4	94,8
Exterior/Total	21,5	24,2	25,3	
Empregos				
Totais	365.908	452.178	517.048	41,3
No Exterior	61.509	100.979	142.300	131,3
Exterior/Total	16,8	22,3	27,5	
Ativos (US$ bilhões)				
Totais	226,2	310,9	392,7	73,6
No Exterior	59,7	77,5	108,6	82
Exterior/Total	26,4	24,9	27,7	

Fonte: Fundação Dom Cabral

[13] De acordo com CEPAL (2010), das dez maiores empresas latino-americanas em termos de vendas em 2009, cinco eram brasileiras e três eram mexicanas. O primeiro lugar foi ocupado pela Petrobras, com uma receita de US$ 102 bi.

Dividindo o impulso recente do IBDE em dois períodos, o primeiro de 2004-2005 e o segundo de 2006-2007, observa-se uma diferença setorial das inversões (Tabela 3.19). No primeiro período, os fluxos foram destinados, na sua maior parte, para o setor de serviços, especialmente prestação de serviços e intermediação financeira, que representaram mais de 60% do estoque de IBDE no biênio. No segundo período, ocorreu a elevação da participação do setor manufatureiro e do setor primário (minerais metálicos, alimentos e bebidas, metalurgia e produtos químicos). Entretanto, a participação dos serviços e principalmente do setor financeiro manteve-se elevada (33% em 2007). Os dados indicam que as empresas brasileiras concentram suas inversões no exterior sobretudo em serviços (prestação de serviços, intermediação financeira e seguros e previdência) e em setores intensivos em recursos naturais (minérios metálicos e extração de petróleo).

Tabela 3.19) Principais Setores de Destino da IDE realizado pelo Brasil (2004-2007), em %

Estoques			*Fluxos*			
	20	*20*	*2006*		*2007*	
Prestação de Serviços	37,	36,	Minerais Metálicos	6	Intermediação	3
Intermediação Financeira	28,	26,	Intermediação	1	Alimentos e Bebidas	1
Seguros e Previdência	23,	22,	Alimentos e Bebidas	6	Serviços	1
Comércio Atacadista	4,1	4,4	Serviços	5	Produtos Químicos	1
Extração de Petróleo	1,0	4,3	Metalurgia	3	Metalurgia Básica	6
Outros	6,0	6,1	Outros	9	Outros	1
Total	10	10	Total	1	Total	1

Fonte: Sobeet

A ascensão das empresas brasileiras ao posto de investidoras internacionais de peso se insere na mudança ocorrida no mundo nos últimos anos, que resultou no surgimento de grandes empresas multinacionais oriundas dos PED. Dentre essas multinacionais, se destacam as asiáticas, que foram responsáveis por mais de 60% do estoque de IDE realizado pelas empresas emergentes em 2005, e que lograram êxito em se inserir em atividades industriais com maior intensidade tecnológica. No entanto, as *multilatinas* (multinacionais oriundas da América Latina, especialmente do Brasil, México e Espanha) foram responsáveis por grande parte do sucesso das empresas das economias emergentes. E diferentemente do período anterior, quando a transição da etapa de exportação dos produtos para a aquisição de empresas ocorreu no âmbito

regional, ou entre os próprios países emergentes, as empregaram conseguiram se inserir nos mercados desenvolvidos. No caso latino-americano, algumas chegaram inclusive à posição de líderes mundiais, como a mexicana Cemex e as brasileiras Vale e Embraer, além de outras empresas fortemente competitivas nos setores de siderurgia, bebidas e alimentos, petróleo e mineração.

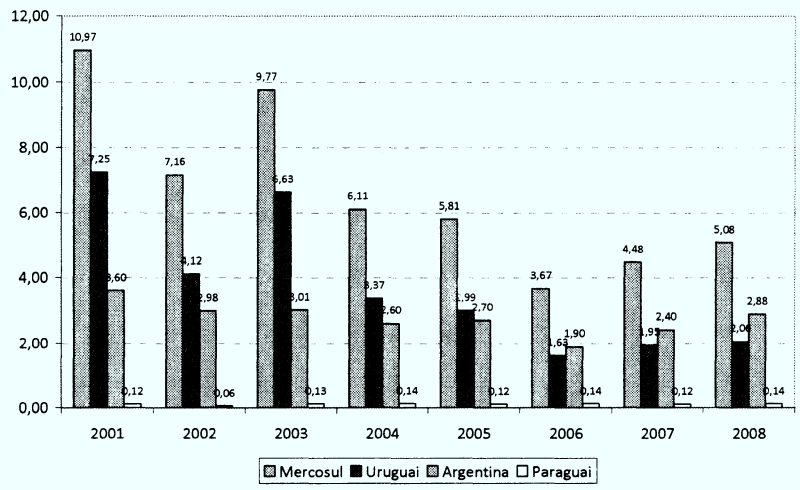
Tabela 3.20) Estoque de IBDE no MERCOSUL (2001-2008), em US$ milhões

País	*2001*	*2004*	*2006*	*2007*	*2008*	Tx.
Argentina						96,81
Paraguai						190,94
Uruguai						-30,11
Mercosul						13,92
Fonte:						

No âmbito do MERCOSUL, o estoque de IBDE aumentou na Argentina e no Paraguai, e reduziu no Uruguai, no período 2001-2008 (tabela 3.20). As taxas de crescimento das inversões brasileiras nos dois primeiros casos foram expressivas, respectivamente de 96,8% e 190,9%. Contudo, a participação do investimento destinado ao bloco é relevante, e ela teve grandes impactos nas economias receptoras, em especial na Argentina e no Uruguai. Hiratuka e Sarti (2010) salientam que a América Latina e especialmente o MERCOSUL foram o destino prioritário de IBDE no recente ciclo de expansão: "Com certeza a proximidade geográfica e cultural, além da existência do acordo regional, fazem com que o processo de integração tenha início pelos países do bloco, em especial a Argentina".

Gráfico 8.

Participação do MERCOSUL no total do Estoque de IBDE, em % (2001-2008).



Fonte: SECEX

A Argentina foi o país do MERCOSUL que mais recebeu investimentos brasileiros (Tabela 3.21). Como mencionado na seção anterior, o estoque de IBDE naquele país aumentou consideravelmente em virtude da consolidação do bloco, a partir de meados da década de 1990. De acordo com o Projeto PIB (Perspectivas do Investimento no Brasil), estudo feito conjuntamente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a crise econômica atravessada pela Argentina no início dos anos 2000 foi uma boa oportunidade para o avanço das empresas brasileiras na economia vizinha.

Tabela 3.21) Argentina: Fluxos IDE. Total, fluxos originados do Brasil e participação do Brasil. Em US$ mi e %

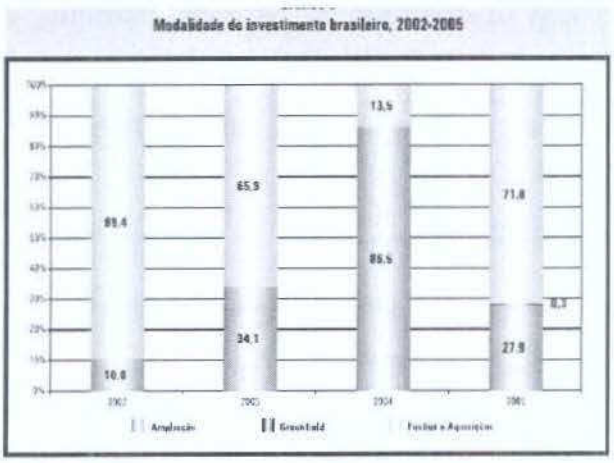
Ano	*Total*	*Brasil*	*Participação (%)*
2001	2.165,7	47,1	2,2
2002	2.149,0	967,7	45,0
2003	1.651,6	116,7	7,1
2004	4.274,0	534,9	12,5
2005*	4.861,0	1.156,0	23,8
2006*	6.938,0	374,0	5,4
2007*	8.380,0	886,0	10,6

Fonte: Iglesias (2007) e Direção Nacional de Contas Nacionais

* Os anos 2005, 2006 e 2007 tem como fonte BCRA (2007)

A desvalorização do peso, com a conseqüente redução do valor dos ativos argentinos frente ao real, foi um fator determinante para a expansão das empresas brasileiras. Isso explica a maior incidência da modalidade de F&A nos investimentos brasileiros no período 2002-2005, com destaque para as aquisições realizadas pela Petrobras (gráfico 9). Em 2004 ocorreu uma elevação dos investimentos de ampliação, possivelmente em função do aquecimento da economia argentina, resultando numa redução da capacidade ociosa das empresas brasileiras. Em 2005 a modalidade F&A voltou a ter uma grande participação (72%).

Gráfico 9.



Fonte: CUB (2005).

O impulso investidor do Brasil, num momento de crise do país vizinho, também revela que a Argentina é um mercado estratégico na ótica dos empresários brasileiros. De acordo com Iglesias (2007):

> O interesse investidor (brasileiro) está baseado na percepção de que a Argentina é um mercado com potencial crescimento e que, portanto, deve se investir para poder crescer e desenvolver o produto junto aos clientes. Isso parece ser particularmente importante para as empresas que produzem insumos industriais diferenciados, que precisam ser ajustados às necessidades dos clientes, quanto aquelas empresas cujos custos e tempos de logística podem pesar muito no custo final do produto.

No entanto, de acordo com o autor, investir diretamente na Argentina não é a melhor opção para todas as grandes empresas brasileiras. Aquelas que dependem de grandes economias de escala podem preferir manter a opção das exportações, uma vez que os tamanhos das plantas produtivas impedem investimentos diretos. Além disso, de acordo com o projeto PIB, não raramente a Argentina é a "porta de saída" das empresas brasileiras, pois o país é muitas vezes o primeiro destino da internacionalização e especialmente importante no investimento direto das empresas de menor porte.

No que se refere à composição setorial do estoque de IBDE destinado à Argentina, observamos que em 2007 a maior participação era do setor automobilístico (27%)[14]. No entanto, o maior crescimento no período 2004-2008 foi em setores com alta intensidade em recursos naturais, seguindo a tendência geral dos fluxos de IBDE.

Os investimentos brasileiros destinados ao Uruguai e Paraguai foram relevantes, especialmente se levarmos em conta a participação sobre o total de IDE recebido pelos dois países. O IBDE teve a importância relativa de 18,9 % do total de investimentos estrangeiros recebidos pelo Uruguai, no período 2006-2008. Os investimentos brasileiros no país têm se destinado ao setor de alimentos, especialmente de carne bovina, com destaque para aquisições feitas pela JBS e Mafrig. O IBDE também ampliou sua participação relativa sobre o total de IDE recebido pelo Paraguai. De

[14] Historicamente este setor sempre teve tem uma grande importância na relação entre Brasil e Argentina, e no MERCOSUL de modo geral.

acordo com o informe nº 13 do Mercosul, os investimentos brasileiros significaram 22% do total de investimentos recebidos pelo país em 2007.

Tabela 3.22) Estoque de IDE brasileiro realizado na Argentina, por setores, em 2007, em US$ milhões

Setor	*US$*	*%*	*Setor*	*US$*	*%*
Petróleo	31,7	0	Transporte	98,1	2
Administradoras de fundos de	-	-	Comunicações	10,6	0
Alimentos, bebidas e tabaco	381,4	1	Mineração	-	-
Indústria têxtil	130,8	3	Agricultura, pecuária e outras	14,7	0
Indústria de papel, edições e	54,0	1	Construção	14,8	0
Indústria química, borracha e	287,2	8	Serviços de informática	7,8	0
Produtos minerais não metálicos	158,4	4	Serviços de propaganda	4,6	0
Metais comuns	612,0	1	Óleos e Cereais	1,9	0
Máquinas e equipamentos	163,9	4	Seguros	16,0	0
Indústria automotriz	925,3	2	Setor privado financeiro	171,7	4
Outras indústrias manufatureiras	103,0	3	Casas e agências de câmbio	-	-
Eletricidade (extração, transporte e	100,2	2	Turismo e hotelaria	0,6	0
Gás (extração, transporte e	0,0	0	Outros serviços	1,6	0
Água	0,0	0	Inversora, holding 11,2	11,2	0
Comércio	11,4	0	Outro setor privado não financeiro	56,9	1
			Total 3.470,3	**3.470,3**	1

Fonte: Banco Central de La República Argentina

No entanto, o movimento inverso, de recepção de IDE oriundo dos sócios do MERCOSUL, não foi muito significativo para o Brasil. Os fluxos de IDE intrabloco significaram cerca de 1% do total dos fluxos recebidos pelo país no período 2001-2008 (tabela 3.23). Entre os países do bloco, o Uruguai foi o maior investidor no Brasil, atingindo em 2008 um patamar máximo de US$ 421 mi de IDE realizado.

Tabela 3.23) Fluxos de IDE realizado pelos sócios do Mercosul no Brasil. Total, em US$ milhões, e % sobre o total recebido.

País	*2001*	*%*	*2004*	*%*	*2006*	*%*	*2008*	*%*	*2009*	*%*
Argentina	56,77	0,27	80,50	0,40	124,96	0,56	125,62	0,29	80,09	0,26
Paraguai	1,23	0,01	0,69	0,00	0,66	0,00	3,73	0,01	7,86	0,03
Uruguai	180,62	0,86	160,59	0,79	212,52	0,96	421,98	0,96	194,98	0,64
MERCOSUL	238,62	1,13	241,78	1,19	338,14	1,52	551,33	1,26	282,93	0,93

Fonte: Banco Central do Brasil

Hiratuka e Sarti (2010) destacam que o IBDE destinado aos países do MERCOSUL, e à América Latina em geral, está mais relacionado às estratégias de tipo *market-seeking*. As empresas buscam, portanto, espaços de acumulação que eram obtidos anteriormente somente através das exportações. De acordo com os autores, o fato de grande parte dessas empresas ainda estarem num estágio inicial do processo internacionalização explica a grande incidência da modalidade F&A no IBDE. Isso significa que, assim como na análise dos efeitos da recepção de IDE nos países do MERCOSUL realizada na seção anterior, as inversões brasileiras não têm resultado em

efeitos macroeconômicos significativos para uma maior complementaridade produtiva e, por conseqüência, numa "transformação produtiva com equidade", tal como postulado pela CEPAL.

Entretanto, é importante ressaltar que as inversões brasileiras estão ainda em uma fase inicial. A partir do momento em que as multinacionais se tornarem mais maduras, espera-se que aumentem os investimentos do tipo *green field*, com incremento dos impactos econômicos do IBDE. Segundo os autores, "... é de esperar que com a maturidade dos investimentos, possa ocorrer maior especialização produtiva entre as filiais, com aumento do intercâmbio de informações produtivas, comerciais e tecnológicas entre as unidades dentro da região, promovendo a integração produtiva.".

Os autores apontam a infraestrutura como um setor chave, onde o IBDE pode ter importância decisiva para o estabelecimento de uma maior articulação produtiva no bloco. Os outros setores da economia, e o próprio crescimento sustentado, são dependentes das inversões realizadas em infraestrutura.

Esse setor ganhou atenção especial dos países sul-americanos por sua importância para a elevação da integração produtiva e comercial entre os países. Em 2000, em reunião com os doze países do continente, estabeleceu-se uma estratégia de enfrentamento para o setor, que ficou conhecida como Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A situação insatisfatória da infraestrutura nos países sul-americanos e, particularmente, no sistema de transporte que liga esses países, é um gargalo para a aceleração do comércio regional. A elevação dos investimentos no setor, portanto, é um pré-requisito para o aprofundamento dos laços comerciais e produtivos entre os países sul-americanos, e em particular entre os países do MERCOSUL.

Segundo Iglesias (2008), o governo brasileiro foi o principal articulador em torno da IIRSA. De fato, as empresas brasileiras de engenharia (Camargo Correa, Odebrecht e Andrade Gutierrez) foram muito beneficiadas pela iniciativa. A maior participação destas empresas em projetos de infraestrutura na região está relacionada, especialmente no período recente, ao aporte financeiro oferecido pelo BNDES. De acordo com o projeto PIB, "O crédito do BNDES completa assim uma tríade interessante junto com a agenda de integração em infraestrutura e a política de diversificação exterior das companhias brasileiras."

Os interesses brasileiros no setor de infraestrutura, portanto, não se limitam à esfera comercial, uma vez que os investimentos realizados pelas empresas de engenharia do país através da IIRSA são uma excelente alternativa para contornar as restrições da demanda pública e privada nacional. Iglesias indica que ocorreu uma coincidência de interesses entre a agenda integradora do governo brasileiro e a necessidade de expansão das empresas de engenharia do país.

A grande participação das empresas brasileiras nos investimentos de infraestrutura, na visão de Hiratuka e Sarti:

> "... os investimentos brasileiros podem estar cumprindo um papel importante no processo de integração produtiva, na medida em que os investimentos em infraestrutura realizados por empresas brasileiras e com financiamento do BNDES, permitam melhorar as condições da integração física da América Latina. Esse provavelmente é um dos principais vetores do processo de articulação de uma economia mais integrada regionalmente, não apenas pelos seus efeitos imediatos, mas também pelos efeitos futuros sobre o processo de integração comercial e sobre novos projetos de investimentos" (p. 39)

Entretanto, os autores ressalvam que grande parte dos investimentos brasileiros está concentrada em projetos que visam melhorar a inserção comercial brasileira. Seria importante que os projetos também se voltassem à complementaridade produtiva e ao comércio intra-regional. Outro ponto preocupante apontado por Iglesias é que a elevação dos gastos domésticos do governo brasileiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tende a reduzir a importância dos investimentos regionais e, por conseguinte, desacelerar os investimentos brasileiros na integração produtiva sul-americana.

Outro ponto importante no que se refere a uma maior coesão entre os países sócios foi a criação do FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL) em 2004, e operando desde 2007. O fundo tem como objetivo principal o combate às disparidades existentes no bloco, especialmente entre os dois países maiores (Brasil e Argentina) e os dois menores (Paraguai e Uruguai). Visa-se, portanto: uma maior competitividade e coesão social entre os países sócios, e maior apoio em projetos estruturais, no intuito de fortalecer o processo de integração.

As cotas de participação do fundo respeitam o peso econômico dos países: o Brasil participa com 70% das contribuições anuais, a Argentina com 27%, o Uruguai

com 2% e o Paraguai com 1%. Embora, como apontam Deos, Mendonça e Wegner (2010), os recursos disponibilizados não sejam muito expressivos nos seus montantes totais (US$ 138,8 mi no biênio 2007-2008), eles não estão muitos distantes do que é disponibilizado pela União Européia para seus fundos estruturais e de coesão. Além disso, o FOCEM é fundamental por ter como destinos setores vitais para a intensificação da integração do MERCOSUL – infra-estrutura física, estrutura produtiva, coesão social e fortalecimento institucional do bloco. De acordo com as autoras: "Como no Mercosul o tamanho e o nível de desenvolvimento são muito díspares, é mister que um fundo voltado para reduzir as assimetrias estruturais se destine a atender economias menores e regiões menos desenvolvidas dos Estados-parte".

Conclusão

A despeito das vantagens oferecidas por um acordo de integração regional (economias de escala, aumento do mercado, redução dos custos de transação e maior proximidade entre produtores e fornecedores), e nas potenciais conseqüências benéficas inerentes desse processo (maior atratividade para o recebimento e realização de IDE, extra e intrabloco), no caso do MERCOSUL, conforme se procurou demonstrar neste capítulo os ganhos parecem estar longe de terem sido totalmente alcançados.

O aumento dos fluxos de IDE direcionados para a região, em especial para Brasil e Argentina, nos 1990 causou poucos impactos econômicos de fato. Dessa forma, os argumentos defendidos pelos economistas liberais a favor da abertura comercial e financeira, e de uma política que atraísse o capital estrangeiro, não se mostraram sustentáveis na prática. Os dois principais receptores de IDE tiveram no setor de serviços a maior concentração de inversões, e estes vieram sobretudo na modalidade F&A. Nos anos 2000 ocorreu uma importante mudança setorial no recebimento do IDE, com destaque para setores intensivos em recursos naturais. A perda de dinamismo do setor de serviços já se mostrava desde o início previsível, em função do esgotamento do setor.

Em suma, apesar do aumento da competitividade e da eficiência das empresas localizadas na região – especialmente as filiais das ET -, os investimentos diretos

recebidos pelos países sócios do MERCOSUL mostraram-se muito mais importantes como uma fonte de financiamento do que como um canal de transmissão de *know-how* e tecnologia. Além disso, assim como na análise do capítulo anterior, os impactos desses fluxos ocorreram de maneira assimétrica dentro do bloco, com uma melhor posição do Brasil.

Por outro lado, a partir de 2004 o Brasil passa a ocupar uma posição de destaque nos investimentos realizados. Esse fato poderia ser um importante passo para a elevação da integração produtiva no MERCOSUL, na medida em que se aumentasse a especialização produtiva e, conseqüentemente, as transações intraindustriais. No entanto, como foi mostrado no capítulo, os investimentos foram destinados predominantemente para países fora do MERCOSUL. Cabe ressaltar que a participação relativa do IBDE nos países sócios foi expressiva, no entanto. A Argentina foi o principal receptor das inversões brasileiras dentro do bloco. Os investimentos brasileiros também foram, sobretudo, sob a forma de F&A, destinados aos setores de serviços e intensivos em recursos naturais.

Apesar dos resultados muito modestos até agora, no que tange a complementaridade produtiva intrabloco, o fato dos investimentos brasileiros serem recentes podem significar que com a maturação eles dêem um salto de qualidade, com maior predomínio de investimentos do tipo *green field.* Além disso, recentes esforços políticos do Brasil (IIRSA e FOCEM) sinalizam uma posição de liderança brasileira que tende a gerar maiores benefícios para os países menores, reduzindo a grande assimetria encontrada dentro do MERCOSUL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi defendido neste trabalho, a constituição de um acordo de integração é uma ferramenta importante na mitigação do subdesenvolvimento. Os argumentos em favor desse acordo se baseiam no pensamento cepalino, o qual sustentava que a construção de um mercado comum permitiria que os países melhorassem a inserção comercial e permitiria uma internacionalização produtiva das empresas domésticas. A especialização produtiva intrabloco associada ao aumento do mercado, permitiria que os países realizassem investimentos que demandam maiores escalas produtivas, e, assim, criaria um círculo virtuoso entre os países sócios, com maior predominância do comércio intraindustrial.

O trabalho procurou discutir o MERCOSUL como uma política de desenvolvimento, tal como defendida pela CEPAL. A análise se restringiu a dois canais: o comércio exterior e a internacionalização produtiva. No que tange o comércio, o principal objetivo era verificar se no período analisado (1995-2009) o bloco cooperou para uma melhor inserção comercial dos quatro países sócios. No que se refere à internacionalização produtiva, o foco é em como se deu a absorção de investimento direto estrangeiro no período - especialmente em que medida tais inversões implicaram em efeitos positivos sobre as economias -, e se, dadas as vantagens oferecidas pelo acordo de integração, as empresas domésticas tomaram um impulso de internacionalização, com preocupação na análise da complementaridade produtiva entre os países.

A análise do comércio internacional, feita no capítulo 2, mostrou uma grande assimetria entre os padrões comerciais intra e extrabloco. Por um lado, os países apresentaram no âmbito regional uma maior participação de produtos manufaturados. Essa melhor inserção se restringiu, sobretudo, às duas maiores economias, Brasil e Argentina. No período 2006-2009, os produtos manufaturados tiveram uma participação sobre o total exportado de 82,3% no caso brasileiro e 60,5% no argentino. No entanto, observou-se uma redução do bloco como destino das exportações, especialmente para o

Brasil a economia líder – no período 2006-2009, as transações intrabloco significaram menos de 10% das transações comerciais totais. O que se observa é uma relação inversa entre o tamanho da economia e a importância relativa do comércio regional para os países do MERCOSUL. Os dois menores países, Paraguai e Uruguai, que tiveram uma participação de cerca de 10% do total de exportações e de 17% das importações intrabloco, tiveram grande participação do bloco como destino de suas exportações e origem de suas importações.

Por outro lado, o período foi marcado por uma forte tendência de deterioração da pauta comercial extrabloco. Em contraste com a situação anterior, predominou um padrão comercial nos qual os países foram fornecedores de produtos primários e demandantes de produtos com maior dinamismo do resto do mundo. Assim, as exportações brasileiras de produtos primários para o mundo, por exemplo, tinham uma participação de 44,% no período 1995-2000, aumentando para 53,4% no período 2006-2009. Em contraposição, as importações de manufaturados eram mais de 70% do total importado pelo país no período 2006-2009, sendo que eram 86,8% do total importado brasileiro oriundo dos países desenvolvidos.

A elevação dos preços internacionais das *commodities* e o crescimento econômico, nos anos 2000, nos países sócios exacerbaram ainda mais esse padrão de especialização. Mais uma vez o caso brasileiro é emblemático. O país obteve vultosos superávits comerciais a partir de 2000, apoiados no excelente desempenho das exportações de produtos primários. O forte crescimento econômico, a partir da segunda metade da década de 2000, impulsionou um novo ciclo de crescimento das importações de produtos manufaturados dos países centrais e de alguns países emergentes – especialmente asiáticos - gerando uma grande pressão negativa sobre o saldo comercial e sobre o saldo de transações correntes.

Portanto, o desempenho brasileiro ilustra bem a assimetria do comércio exterior dos países do MERCOSUL. No plano intrabloco, o país apresenta grande dinamismo nas suas exportações e consegue se inserir em etapas nobres da cadeia de valor. No entanto, nos últimos anos o bloco vem perdendo participação como destino das exportações do país. Em contraste, nas relações extrabloco, observa-se a especialização produtiva em produtos com menor valor agregado, e que apresentam maior propensão

às oscilações de preços nos mercados internacionais; e a acirrou-se a sofisticação das importações.

Os benefícios inerentes do acordo de integração acabaram sendo colhidos de forma desigual. Embora o comércio intrabloco seja menos significativo para o Brasil do que para os outros três sócios, o país foi aquele que, em função de seu maior aporte econômico e sua maior diversificação industrial, conseguiu se inserir melhor no comércio regional no que diz respeito ao tipo de produto. A tabela 2.12 indica a crescente sofisticação do padrão comercial brasileiro intrabloco. O país é, predominantemente, deficitário nas seções da NCM caracterizadas pela menor intensidade tecnológica (Animais Vivos e Produtos do Reino Animal e Produtos do Reino Vegetal), e superavitário nas seções com produtos com maior dinamismo e melhores inseridos na cadeia de valor (Produtos das Indústrias Químicas e Máquinas e Aparelhos, Materiais Elétricos e suas partes).

Embora o as transações regionais sejam muito relevantes especialmente para os dois países menores, elas ainda refletem a pouca competitividade industrial de tais países, de forma que elas são predominantemente de produtos com baixo valor agregado. Nesse sentido a análise do período não demonstrou um salto de qualidade muito significativo das exportações dos países menores do MERCOSUL. Embora, os países tenham no intercambio com o Brasil uma melhor inserção nas exportações de produtos mais dinâmicos nos últimos anos, também se intensificou o padrão de especialização intrabloco no qual o Brasil tem o papel central.

No capítulo 3, numa análise complementar à realizada no capítulo 2, o foco foi para o processo de internacionalização. A análise do período 1995-2000 indicou que Brasil e Argentina, a partir dos anos 1990, passaram a ser grandes receptores de IDE – no período 1994-1997 os dois países tiveram uma participação de 4,2% do total de IDE global. A retomada dos fluxos de IDE na região se insere no contexto de reformas estruturais de forte cunho liberal nos países. O sucesso dos programas de estabilização da inflação somado a necessidade de novas praças que pudessem gerar maiores retornos, numa situação de maior liquidez, propulsionaram as inversões no bloco.

Por um lado, no Brasil a tese defendida pelos economistas liberais era que as inversões diretas seriam fundamentais para: 1) o financiamento saudável do balanço de pagamentos; e 2) para gerar um choque de competitividade na indústria doméstica, que

culminaria no aumento da eficiência das empresas "sobreviventes", de forma que elas seriam capazes de competir internacionalmente. Deste modo, o IDE seria um importante aliado para promover uma maior competição numa estrutura industrial marcada pelo excessivo protecionismo.

Por outro lado, conforme apontado pelos economistas heterodoxos, a modalidade de investimento recebido (F&A) e as estratégias adotadas pelas filiais das ET, não fizeram com houvessem transbordamentos significativos para os outros setores das economias receptoras. Os autores heterodoxos mostraram-se céticos quanto à possibilidade do IDE ser um vetor confiável para um crescimento sustentável. A grande exposição aos produtos importados e às filiais das ET pela qual passou a indústria brasileira ao invés de gerar um crescimento do setor industrial doméstico culminou em grave processo de desnacionalização e numa redução da importância do setor industrial na economia brasileira.

No período 1995-2000, observou-se na análise da recepção de IDE, no Brasil e na Argentina, uma perda de participação da indústria, em detrimento de um grande aumento do setor de serviços, especialmente em função do forte processo de privatizações deste setor nos dois países. Desta forma, a maior parte das inversões veio sob a modalidade F&A. No período 1996-200, essa modalidade de entrada teve uma participação relativa de 71,5% na Argentina e de 48,4% no Brasil.

Os fluxos de IDE sofreram uma mudança setorial a partir dos anos 2000, muito em função do esgotamento – previsível - do processo de privatizações. A elevação dos preços das *commodities* aliada a estratégias de abastecimento direcionaram os investimentos para setores intensivos em recursos naturais. Ocorreu uma redução da modalidade de entrada F&A, com aumento das inversões do tipo *green field.*

Como defende a CEPAL (2010), os fluxos de IDE parecem ter sido mais importantes como fonte de financiamento do que como um propulsor de conhecimento e inovação nos países latino-americanos. Chudnovky e Lopez (2007), defendem que assim como no comércio exterior o Brasil foi o país mais beneficiado na entrada de investimentos diretos dentre os países do MERCOSUL. O país concentrou os investimentos mais "nobres", de P&D, as exportações das filiais das ET tiveram um maior conteúdo tecnológico, e as filiais localizadas no país centralizam as operações no âmbito regional.

O período posterior a 2004 marcou uma nova etapa da internacionalização produtiva brasileira. Reduziu-se a assimetria entre os fluxos recebidos e realizados – em 2006, o investimento brasileiro direto no exterior superou os fluxos recebidos. Essa nova etapa é uma grande oportunidade para o aprofundamento da integração regional, em especial no MERCOSUL. Embora grande parte dos investimentos brasileiros terem sido realizados na América Latina, a participação do MERCOSUL ainda é discreta. O estoque de IBDE destinado para o bloco em 2008 teve uma participação relativa um pouco superior a 5% do total. No entanto, o IBDE teve uma participação relativa importante para os países sócios, no caso dos dois países menores, Uruguai e Paraguai, a participação do IBDE sobre o total do estoque de IDE recebido se aproximou de 20%. Entretanto, o principal sócio receptor das inversões brasileiras foi a Argentina. As características de seu mercado e a desvalorização do peso em relação ao real, em função da severa crise econômica pela qual atravessou o país no início dos anos 2000, propiciaram um grande avanço das empresas brasileiras na economia vizinha.

Tanto nos investimentos brasileiros realizados extrabloco, quanto aqueles realizados intrabloco ocorreu o predomínio da modalidade de investimento F&A e direcionados para o setor de serviços e setores intensivos em recursos naturais. Assim, as empresas brasileiras que aprofundaram o processo de internacionalização no período recente optaram pela aquisição de ativos já existentes no exterior. Hiratuka e Sarti (2010) relacionam essa opção de investimento ao fato do impulso investidor ainda ser recente, e argumentam que com a maturação dessas posições no exterior o investimento do tipo *green field* tende a aumentar, aumentando os impactos positivos sobre a integração no bloco e elevando, por conseguinte, a integração produtiva no MERCOSUL.

A análise do trabalho indica que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que o MERCOSUL possa atingir o *status* de uma política de desenvolvimento com equidade, tal como proposto pela CEPAL. Os avanços comerciais e na internacionalização produtiva esbarram ainda na fragilidade institucional do bloco. Em especial, os países menores reivindicam uma melhor inserção, de modo que os ganhos não fiquem restrito às economias com maiores mercados, com maior potencial investidor e atratividade de investimentos estrangeiros. A formação de um acordo de integração com maior profundidade vai além de meras questões econômicas, abarcando apenas o comércio e o investimento. O sucesso da integração passa pela redução das

assimetrias econômicas e sociais, permitindo que se crie um ciclo virtuoso entre os países que culmine em redução do desemprego, aumento da renda e o desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, embora os resultados ainda sejam modestos, a recente postura da economia líder – especialmente no governo Lula – de privilegiar o tema da integração não apenas na esfera comercial, mas procurando combater deficiências estruturais, dá uma perspectiva otimista para a consolidação do bloco. Projetos como o FOCEN são passos importantes rumo à construção de um bloco mais coeso. O fortalecimento do MERCOSUL implica em um redirecionamento da geografia econômica para os países sócios, com o surgimento de um novo pólo de poder. O sucesso do bloco pode permitir que os interesses políticos de cada país sócio sejam convergentes, numa relação de benefícios mútuos.

REFERÊNCIA

ARAÚJO (1993). "Reestruturação Industrial e a Integração Econômica: As Perspectivas do MERCOSUL". Revista Brasileira de Economia"- FGV, n°1, volume 47, Rio de Janeiro, janeiro/março

BAUMANN, R. (2001) "Mercosul: Origens, Ganhos, Desencontros e Perspectivas" in MERCOSUL: Avanços e Desafios da Integração.Brasília, IPEA

BELLUZO, L. G. E J. ALMEIDA (2002), Depois da Queda, Cap. 7. Editora Civilização Brasileira.

BIELSCHOWSKY, R (2000) (org) Cinquenta Anos de CEPAL, CEPAL e COFECON . Editora Record

CEPAL (1994) El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe: La integracion econômica al servicio de la tranformacion productiva com equidad. Nações Unidas, CEPAL, Santiago

CEPAL (2010), " Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean". CEPAL, Santiago.

CHUDNOVSKY, D. (org) (2001) El boom de la inversión extranjera directa en el Mercosur. Cap. 1 e Cap 3

CHUDNOVSKY, D. E A. LOPEZ (2007), " Inversión extranjera directa y desarollo: la experiencia del Mercosul", Revista da CEPAL n° 92.

DEOS, S; A, MENDONÇA; e R, WEGNER (2010), "Cooperação Financeira no MERCOSUL e o Financiamento do Investimento".

FURTADO, C. (1985) A Fantasia Organizada. Editora Paz e Terra.

FURTADO, C. (2003) As Raízes do Subdesenvolvimento. Editora Civilização Brasileira

GONÇALVES, R., R. BAUMANN, O. CANUTO, L.C.D. PRADO (1998). A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira . Cap.3. Editora Campus.

HIRATUKA, C. e SARTI, F. "Internacionalização das empresas brasileiras no período recente"

IEDI (2006), "Investimento Direto no Brasil: Um panorama".

IGLESIAS (2007), Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul, Confederação Nacional da Indústria.

IGLESIAS (2008), "Algunos elementos para caracterizar los interesses brasileños en la integración de la infra-estrutura em América del Sur"

LAPLANE, M. E F. SARTI (2002), "O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990", Economia e Sociedade, Campinas, v.11 n. 1

LAPLANE, M., F. SARTI, R. SABBATINI e G. BRITTO "Política de Competitividade no Mercosul" in Chudnovisky e Fanelli(org) El desafio de integrarse para crecer (2001)

MASI, F. (2007) "O Dilema da Integração na América Latina: Crescer para fora ou para dentro?", Revista Brasileira do Comércio Exterior, nº92.

MOREIRA, M.M.(1999). "Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior". Rio de Janeiro: BNDES, Departamento Econômico (Texto para Discunssão, 67)

OMAN, C. (1996) "The Policy Challenges of Globalisation and Regionalisation". Policy Brief n.11 OECD development centre.

SABBATINI, R.(2001), "Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul"

SANTISO, J. (2008), "La emergencia de las multilatinas", Revista da CEPAL nº 95.

SARTI, F.(2001) Internacionalização Comercial e Produtiva no MERCOSUL nos anos 90; Tese de Doutorado, IE-Unicamp,

Anexo do Capítulo 2.

Tabela. I. Exportações Brasileiras, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	50.247.811,76	100,00	81.426.879,80	100,00	162.348.061,45	100,00
	Básicos	22.445.738,12	44,67	37.513.428,57	46,07	86.634.182,79	53,36
	Manufaturados	27.037.011,88	53,81	42.454.144,25	52,14	72.082.291,49	44,40
P.D	Total	28.796.826,98	100,00	43.271.537,09	100,00	71.371.753,71	100,00
	Básicos	15.078.078,21	52,36	20.992.165,24	48,51	40.407.280,12	56,62
	Manufaturados	13.613.986,32	47,28	22.168.576,71	51,23	30.698.802,70	43,01
MERCOSUL	Total	7.649.283,47	100,00	7.211.670,67	100,00	13.781.131,92	100,00
	Básicos	1.333.042,19	17,43	1.103.977,20	15,31	2.382.447,48	17,29
	Manufaturados	6.307.290,28	82,46	6.100.840,86	84,60	11.336.265,31	82,26
Argentina	Total	5.721.159,59	100,00	5.849.441,30	100,00	14.136.781,24	100,00
	Básicos	823.500,96	14,39	817.593,19	13,98	2.095.438,30	14,82
	Manufaturados	4.890.295,84	85,48	5.026.939,65	85,94	11.975.753,53	84,71
Paraguai	Total	1.714.440,97	100,00	765.140,37	100,00	1.763.323,41	100,00
	Básicos	448.094,99	26,14	128.241,16	16,76	452.640,60	25,67
	Manufaturados	1.265.720,50	73,83	636.399,12	83,17	1.303.196,40	73,91
Uruguai	Total	942.195,88	100,00	597.089,00	100,00	1.326.310,26	100,00
	Básicos	252.973,48	26,85	158.142,86	26,49	429.980,45	32,42
	Manufaturados	687.816,93	73,00	437.502,08	73,27	891.381,71	67,21

Fonte: UNCTAD

Tabela II. Exportações Argentinas, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	24.551.730,50	100,00	31.388.054,01	100,00	57.003.853,81	100,00
	Básicos	16.288.014,08	66,34	21.564.397,43	68,70	38.153.678,04	66,93
	Manufaturados	8.080.127,75	32,91	9.318.697,08	29,69	17.859.114,63	31,33
P.D	Total	7.952.620,09	100,00	10.195.181,90	100,00	16.888.578,56	100,00
	Básicos	6.011.136,73	75,59	7.788.945,19	76,40	13.369.602,05	79,16
	Manufaturados	1.934.179,14	24,32	2.406.236,71	23,60	3.518.976,49	20,84
MERCOSUL	Total	8.200.958,12	100,00	6.614.691,60	100,00	13.099.923,58	100,00
	Básicos	3.985.772,33	48,60	3.116.907,62	47,12	5.174.749,12	39,50
	Manufaturados	4.215.003,14	51,40	3.497.643,18	52,88	7.925.174,47	60,50
Brasil	Total	6.810.257,39	100,00	5.487.366,72	100,00	10.815.035,78	100,00
	Básicos	3.380.647,85	49,64	2.620.213,43	47,75	4.300.768,04	39,77
	Manufaturados	3.429.562,93	50,36	2.867.153,29	52,25	6.514.267,74	60,23
Paraguai	Total	603.247,67	100,00	454.236,04	100,00	832.430,22	100,00
	Básicos	340.070,94	56,37	271.668,99	59,81	356.698,33	42,85
	Manufaturados	263.112,63	43,62	182.567,04	40,19	475.731,90	57,15
Uruguai	Total	787.453,07	100,00	673.088,85	100,00	1.452.457,57	100,00
	Básicos	265.053,54	33,66	225.025,20	33,43	517.282,75	35,61
	Manufaturados	522.327,58	66,33	447.922,84	66,55	935.174,83	64,39

Fonte: UNCTAD

Tabela III. Exportações Paraguaias, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	954.592,62	100,00	1.291.032,85	100,00	3.486.468,61	100,00
	Básicos	797.265,92	83,52	1.112.593,24	86,18	3.075.852,93	88,22
	Manufaturados	156.945,12	16,44	178.019,25	13,79	410.072,15	11,76
P.D	Total	305.014,95	100,00	211.949,98	100,00	433.120,53	100,00
	Commodities	250.959,20	82,28	156.664,21	73,92	380.599,72	87,87
	Manufaturados	52.563,96	17,23	55.220,79	26,05	52.298,13	12,07
MERCOSUL	Total	527.078,42	100,00	712.952,18	100,00	1.683.831,21	100,00
	Básicos	441.957,75	83,85	632.233,12	88,68	1.437.782,26	85,39
	Manufaturados	84.839,82	16,10	80.494,64	11,29	245.943,75	14,61
Argentina	Total	96.718,85	100,00	72.265,62	100,00	434.474,07	100,00
	Básicos	63.850,99	66,02	34.584,69	47,86	350.385,67	80,65
	Manufaturados	32.758,55	33,87	37.537,16	51,94	84.074,42	19,35
Brasil	Total	385.000,79	100,00	334.057,02	100,00	529.153,52	100,00
	Básicos	345.118,00	89,64	303.450,24	90,84	417.838,54	78,96
	Manufaturados	39.755,81	10,33	30.543,54	9,14	111.236,89	21,02
Uruguai	Total	45.358,77	100,00	306.629,54	100,00	497.045,62	100,00
	Básicos	32.988,76	72,73	294.198,18	95,95	476.923,36	95,95
	Manufaturados	12.325,46	27,17	12.413,94	4,05	20.109,14	4,05

Fonte: UNCTAD

Tabela IV. Exportações Uruguaias, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	2.422.538,47	100,00	2.493.684,38	100,00	4.949.318,62	100,00
	Básicos	1.496.831,38	61,79	1.660.221,30	66,58	3.623.589,55	73,21
	Manufaturados	924.699,52	38,17	833.390,26	33,42	1.325.615,59	26,78
P.D	Total	735.906,34	100,00	1.055.974,85	100,00	1.485.617,80	100,00
	Básicos	533.021,21	72,43	839.987,59	79,55	1.294.717,61	87,15
	Manufaturados	201.683,09	27,41	215.987,26	20,45	190.876,86	12,85
MERCOSUL	Total	1.189.121,81	100,00	733.495,62	100,00	1.331.787,80	100,00
	Básicos	620.426,05	52,18	357.747,22	48,77	597.107,30	44,84
	Manufaturados	568.372,08	47,80	375.678,54	51,22	734.617,46	55,16
Argentina	Total	363.690,67	100,00	215.045,02	100,00	399.836,82	100,00
	Básicos	92.782,96	25,51	48.317,52	22,47	74.194,48	18,56
	Manufaturados	270.593,67	74,40	166.706,81	77,52	325.589,89	81,43
Paraguai	Total	63.684,50	100,00	61.332,68	100,00	81.670,13	100,00
	Básicos	44.408,35	69,73	36.848,45	60,08	34.179,79	41,85
	Manufaturados	19.276,15	30,27	24.470,83	39,90	47.490,34	58,15
Brasil	Total	761.746,65	100,00	457.117,91	100,00	850.280,85	100,00
	Básicos	483.234,75	63,44	272.581,24	59,63	488.733,04	57,48
	Manufaturados	278.502,27	36,56	184.500,90	40,36	361.537,23	42,52

Fonte: UNCTAD

Tabela V. Importações Brasileiras, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	57.321.567,32	100,00	57.521.209,93	100,00	128.201.904,82	100,00
	Básicos	15.135.501,31	26,40	15.474.535,42	26,90	36.196.106,79	28,23
	Manufaturados	42.140.622,56	73,52	42.046.505,28	73,10	89.987.310,12	70,19
P.D	Total	35.611.729,94	100,00	32.570.101,50	100,00	59.362.880,53	100,00
	Básicos	4.166.157,34	11,70	3.239.683,33	9,95	7.340.265,72	12,37
	Manufaturados	31.397.548,06	88,17	29.330.349,13	90,05	51.504.994,72	86,76
MERCOSUL	Total	8.478.077,10	100,00	6.443.364,38	100,00	12.311.068,18	100,00
	Básicos	4.600.577,07	54,26	3.254.279,43	50,51	5.333.650,95	43,32
	Manufaturados	3.874.641,50	45,70	3.189.009,38	49,49	6.953.371,63	56,48
Argentina	Total	7.133.515,41	100,00	5.486.771,02	100,00	10.750.685,77	100,00
	Básicos	3.667.748,15	51,42	2.640.452,99	48,12	4.388.601,20	40,82
	Manufaturados	3.463.519,54	48,55	2.846.242,46	51,87	6.338.831,80	58,96
Paraguai	Total	437.884,84	100,00	354.961,21	100,00	493.219,97	100,00
	Básicos	399.979,35	91,34	325.281,05	91,64	389.324,80	78,94
	Manufaturados	37.595,63	8,59	29.680,16	8,36	103.856,02	21,06
Uruguai	Total	886.057,91	100,00	508.430,87	100,00	915.742,86	100,00
	Básicos	532.193,36	60,06	283.295,12	55,72	532.374,40	58,14
	Manufaturados	353.563,60	39,90	225.135,75	44,28	383.140,98	41,84

Fonte: UNCTAD

Tabela VI. Importações Argentinas, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	26.066.375,38	100,00	18.859.066,27	100,00	44.144.014,71	100,00
	Básicos	3.192.494,65	12,25	2.527.474,67	13,40	6.405.893,76	14,51
	Manufaturados	22.805.905,10	87,49	16.191.140,16	85,85	37.453.504,93	84,84
P.D	Total	14.438.160,28	100,00	8.028.383,47	100,00	14.858.641,30	100,00
	Básicos	982.975,65	6,81	515.887,26	6,43	1.259.782,32	8,48
	Manufaturados	13.449.859,88	93,15	7.512.488,18	93,57	13.598.069,50	91,52
MERCOSUL	Total	6.572.737,51	100,00	6.754.357,79	100,00	15.524.758,14	100,00
	Básicos	1.207.411,93	18,37	1.289.982,33	19,10	2.791.381,62	17,98
	Manufaturados	5.365.276,44	81,63	5.464.375,45	80,90	12.733.376,51	82,02
Brasil	Total	5.922.583,96	100,00	6.136.683,55	100,00	14.076.932,26	100,00
	Básicos	878.291,12	14,83	936.168,99	15,26	1.783.234,74	12,67
	Manufaturados	5.044.247,69	85,17	5.200.514,56	84,74	12.293.697,53	87,33
Paraguai	Total	264.636,39	100,00	337.759,24	100,00	1.010.533,40	100,00
	Básicos	228.754,43	86,44	300.007,21	88,82	922.402,17	91,28
	Manufaturados	35.880,82	13,56	37.752,03	11,18	88.131,23	8,72
Uruguai	Total	385.517,16	100,00	279.915,00	100,00	416.099,48	100,00
	Básicos	100.366,38	26,03	53.806,13	19,22	78.779,30	18,93
	Manufaturados	285.147,93	73,97	226.108,87	80,78	337.320,18	81,07

Fonte: UNCTAD

Tabela VII. Importações Paraguaias, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	2.784.887,10	100,00	2.341.828,54	100,00	6.647.523,26	100,00
	Básicos	839.055,68	30,13	701.023,68	29,93	1.539.469,06	23,16
	Manufaturados	1.944.525,58	69,82	1.640.706,32	70,06	5.102.739,32	76,76
P.D	Total	845.458,81	100,00	458.703,93	100,00	1.162.834,01	100,00
	Básicos	149.194,27	17,65	114.383,38	24,94	193.255,89	16,62
	Manufaturados	695.051,93	82,21	344.229,46	75,04	966.593,22	83,12
MERCOSUL	Total	1.372.196,63	100,00	1.280.548,60	100,00	2.765.424,54	100,00
	Básicos	640.294,12	46,66	492.499,03	38,46	943.108,66	34,10
	Manufaturados	731.305,31	53,29	788.042,10	61,54	1.821.460,55	65,87
Argentina	Total	534.319,39	100,00	521.302,69	100,00	995.873,69	100,00
	Básicos	349.387,43	65,39	345.453,49	66,27	545.333,11	54,76
	Manufaturados	184.751,32	34,58	175.849,19	33,73	450.195,33	45,21
Brasil	Total	770.096,45	100,00	700.490,57	100,00	1.687.478,64	100,00
	Básicos	246.816,18	32,05	112.149,11	16,01	365.797,88	21,68
	Manufaturados	522.879,59	67,90	588.334,00	83,99	1.321.170,67	78,29
Uruguai	Total	67.780,79	100,00	58.755,35	100,00	82.025,75	100,00
	Básicos	44.090,51	65,05	34.896,43	59,39	31.950,86	38,95
	Manufaturados	23.674,39	34,93	23.858,92	40,61	50.074,88	61,05

Fonte: UNCTAD

Tabela VIII. Importações Uruguaias, bens primários e bens manufaturados. Média anual em US$ mil e %

País/Região	*Produto*	*1995-2000*	*%*	*2001-2005*	*%*	*2006-2009*	*%*
Mundo	Total	3.422.220,10	100,00	2.841.607,43	100,00	6.594.653,24	100,00
	Básicos	864.203,58	25,25	1.011.446,37	35,59	2.563.861,19	38,88
	Manufaturados	2.558.007,06	74,75	1.830.161,05	64,41	4.030.787,71	61,12
P.D	Total	1.231.399,56	100,00	718.905,64	100,00	1.302.814,75	100,00
	Básicos	122.419,03	9,94	99.934,87	13,90	156.117,49	11,98
	Manufaturados	1.108.608,49	90,03	618.970,76	86,10	1.146.697,13	88,02
MERCOSUL	Total	1.504.318,37	100,00	1.269.137,93	100,00	2.957.688,38	100,00
	Básicos	458.809,58	30,50	426.940,32	33,64	1.245.571,95	42,11
	Manufaturados	1.045.508,63	69,50	842.197,62	66,36	1.712.112,23	57,89
Argentina	Total	760.096,28	100,00	658.056,95	100,00	1.552.911,65	100,00
	Básicos	278.933,73	36,70	256.528,53	38,98	767.789,43	49,44
	Manufaturados	481.162,40	63,30	401.528,43	61,02	785.118,02	50,56
Brasil	Total	726.149,49	100,00	595.292,44	100,00	1.367.470,00	100,00
	Básicos	173.391,63	23,88	165.575,97	27,81	456.391,50	33,37
	Manufaturados	552.757,86	76,12	429.716,47	72,19	911.078,50	66,63
Paraguai	Total	18.072,60	100,00	15.788,54	100,00	37.306,73	100,00
	Básicos	6.484,23	35,88	4.835,82	30,63	21.391,02	57,34
	Manufaturados	11.588,37	64,12	10.952,72	69,37	15.915,71	42,66

Fonte: UNCTAD